

OS DISCURSOS PREVENTIVOS SOBRE O USO DE DROGAS E AS
POTENCIALIDADES DOS EDUCADORES NA PREVENÇÃO PRIMÁRIA
– RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Gilberta Acselrad

OS DISCURSOS PREVENTIVOS SOBRE O USO DE DROGAS E AS
POTENCIALIDADES DOS EDUCADORES NA PREVENÇÃO PRIMÁRIA
— RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

Gilberta Acselrad

Dissertação submetida como requisito parcial
para obtenção do título

Mestre em Educação

Rio de Janeiro
Fundação Getúlio Vargas
Instituto de Estudos Avançados em Educação
Departamento de Psicologia
1989

A todas as mulheres-mães que trabalham e
que se obstinam em perseguir os caminhos
da reflexão teórica.

À Henri, companheiro de vinte anos que,
apesar do meu tumulto interior, procura
me passar sua paixão pelo conhecimento.

NOTAS EXPLICATIVAS

Este estudo se baseou no trabalho que venho desenvolvendo do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Atenção ao Uso de Drogas, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

No desenvolvimento desta experiência de prevenção primária do uso e abuso de drogas, no ano de 1988, e relatada nesta dissertação, tive o prazer de trabalhar com Angela Gerk que, mais do que excelente companheira de trabalho, partilhou comigo a emoção e o conhecimento vividos nesse caminho. A ela agradeço a seriedade, a dedicação e o carinho com que leu os escritos iniciais, correção que contribuiu para melhorar a apresentação do texto.

Agradeço aos educadores do município onde realizamos este trabalho: confiaram na nossa competência e nos confiaram suas dúvidas e angústias em orientar os jovens diante de uma questão tão complexa como a do uso de drogas.

Agradeço ao meu orientador, professor Gaudêncio Frigotto que me apoiou e me estimulou ao longo de todo o trabalho que aqui apresento.

Grande parte do que hoje sei sobre a questão do uso de drogas devo ao privilégio de ter conhecido o professor Claude Olievenstein que mesmo à distância tem sido para mim um grande mestre.

Foi muito difícil escrever esse texto. O verdadeiro tumulto em que vive uma mulher-mãe que trabalha e que ousa enveredar pelos caminhos da reflexão teórica, por vezes tornou esse período bastante penoso. Agradeço a Maria e Vitor que suportaram minha tenacidade nesses últimos tempos. Escrevi esse texto pensando neles e em tantos adolescentes que devem ter garantido seu direito à escuta e à compreensão de suas experiências.

SUMÁRIO

Este estudo objetiva definir as potencialidades dos educadores na prevenção primária do uso e do abuso de drogas, lícitas e ilícitas. Na primeira parte deste texto, foram analisados alguns manuais destinados à prevenção nas Escolas do nosso país, selecionados e classificados de acordo com os diferentes discursos, neles contidos, quanto ao uso de drogas e quanto à atuação dos educadores na prevenção primária.

Na segunda parte, procedeu-se ao relato de uma experiência particular de prevenção primária, desenvolvida num município do estado do Rio de Janeiro, durante o ano de 1988, realizada com educadores da região. Durante esta experiência, procurou-se construir uma visão crítica sobre o uso de drogas, sobre os diferentes níveis de consumo e sobre o momento sócio-cultural no qual se dá esta prática. Do ponto de vista metodológico, buscou-se apoio na pedagogia psicanalítica, resgatando experiências cotidianas na construção de um saber coletivo, definido como a prevenção que aqueles educadores desejavam desenvolver. Utilizou-se, também, técnicas de mobilização e de integração, através das quais, processos de projeção e introjeção puderam resultar numa elaboração interna das questões relativas ao uso e abuso de drogas.

A análise dos manuais e da experiência particular de prevenção primária relatada, apontou alguns caminhos: propostas preventivas autoritárias devem ser definitivamente superadas; propostas preventivas que privilegiem a escuta da demanda de orientação e de ajuda, por parte dos alunos usuários de drogas, que admitam a discussão sobre a estrutura geradora do consumo de drogas, que incorporem a necessidade de prazer e se liberem das imposições do poder constituído, têm possibilidades de contribuir para a diminuição dos problemas decorrentes do abuso de drogas; as práticas dos educadores na prevenção primária do uso e do abuso de drogas terão mais chances na medida em que houver um processo de "desintoxicação" da própria sociedade.

RESUME

L'objectif de ce travail est celui de définir les possibilités d'action qu'ont les éducateurs dans la prévention primaire de l'usage, ainsi que de l'abus de drogues licites et illicites. Dans la première partie du texte, on a étudié quelques manuels de prévention concernant les écoles brésiliennes. Les manuels choisis ont été classés selon leur discours sur l'usage des drogues et sur l'action des éducateurs dans la prévention primaire.

Dans la deuxième partie, on étudie une expérience particulière de prévention primaire que s'est développée dans une commune de l'état de Rio de Janeiro, au cours de l'année 1988, et qui a été menée par des éducateurs. Au cours de cette expérience on a essayé d'élaborer un discours critique sur l'usage des drogues, sur les différents niveaux de leur consommation et sur le moment socio-culturel dans lequel cette consommation a lieu. La méthodologie utilisée s'est inspirée dans la pédagogie psychanalytique. On a recueilli des témoignages sur des pratiques quotidiennes d'élaboration d'un savoir collectif sur la prévention primaire qu'ils espéraient mettre en place. On a également utilisé des techniques de mobilisation et d'introjection qui ont permis de poser de nouvelles questions concernant l'utilisation ou l'abus dans la consommation des drogues.

À partir de l'analyse des manuels et de celle de l'expérience de prévention primaire, on a pu dégager un certain nombre de conclusions: des pratiques préventives autoritaires doivent être définitivement écartées; des pratiques préventives qui, a) privilégient l'écoute de la demande d'orientation et d'aide de la part des élèves qui consomment des drogues, b) qui admettent la discussion sur les structures qui déterminent la consommation des drogues, c) qui incorporent le besoin de plaisir et, d) qui gardent de l'autonomie à l'égard des impositions des pouvoirs constitués, peuvent contribuer à l'atténuation des problèmes qui découlent de la consommation excessive des drogues; la pratique des éducateurs dans le domaine de la prévention primaire a d'autant plus d'efficacité que si la société elle-même subit un processus de "desintoxication".

Í N D I C E

	Pág.
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I – OS DISCURSOS SOBRE O USO DE DROGAS: SUAS CLASSIFICAÇÕES	6
CAPÍTULO II – OS PROGRAMAS DE ATUAÇÃO PREVENTIVA PARA AS ESCOLAS ...	26
2.1 – O discurso preventivo autoritário	26
2.2 – O discurso preventivo de interpretação de texto	48
2.3 – O discurso preventivo dialógico	64
CAPÍTULO III – POTENCIALIDADES DOS EDUCADORES NA PREVENÇÃO PRIMÁRIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA	73
3.1 – O município e a demanda espontânea	73
3.2 – O Grupo de Orientação e Acompanhamento Institucional e Comuni- tário (procedimentos)	78
3.3 – Três fatores essenciais na compreensão da drogadicção	85
3.3.1 – A droga	86
3.3.2 – A personalidade do toxicômano	100
3.3.3 – O momento sócio-cultural	105
3.4 – Os encontros e as "falas"	122
OS IMPASSES E CAMINHOS DA PREVENÇÃO PRIMÁRIA DO USO DE DROGAS: A TÍ- TULO DE CONCLUSÃO	140
BIBLIOGRAFIA	147

INTRODUÇÃO

Esta dissertação tem como objetivo central a reflexão sobre as potencialidades dos educadores no campo da prevenção primária do uso e do abuso de drogas lícitas e ilícitas. O conhecimento dos mecanismos geradores do consumo de drogas é indispensável para que se possa pensar formas de atuação pedagógicas que não mais se reduzam ao exercício do controle da população jovem, por aqueles que são investidos de algum nível de autoridade. É preciso pensar na elaboração de programas preventivos que sejam fruto da reflexão das instituições de ensino e da própria comunidade sobre sua história. É preciso abrir espaço para uma abordagem que ultrapasse a competência técnica da reformulação metodológica, sem dúvida necessária, mas assumindo um compromisso político, no encaminhamento da questão.

Muito se fala sobre a prevenção primária do uso e do abuso de drogas. Na medida em que age antes que se dê uma perturbação, um problema, essa seria a melhor forma de lidar com o problema. No nosso país, em algumas capitais, já existem Centros de tratamento e de recuperação destinados a usuários de drogas, com um atendimento gratuito. De forma geral, entretanto, o tratamento e a recuperação são caros, longos e de resultado incerto. Mas, se priorizamos a prevenção primária, que objetivo deveria ser buscado?

Em alguns manuais destinados à prevenção primária nas Escolas, o objetivo principal tem sido o de evitar de forma radi

cal o consumo de drogas ilícitas, de acordo com o previsto na Lei 6.368, do Código Penal, que regulamenta o uso de drogas, prevendo a responsabilidade dos educadores que não ajam no sentido de impedir esta prática. Estes programas se referem também ao consumo de drogas lícitas como uma prática a ser evitada (o uso indevido), mas seu objetivo principal diz respeito ao consumo das drogas ilícitas. A ênfase é dada na informação sobre os efeitos físicos e psíquicos do consumo das drogas ilícitas, principalmente sobre as punições advindas desse uso. Como o objetivo é prevenir o desrespeito à lei que proíbe o consumo de certas drogas, o educador se vale, prioritariamente da sanção (tanto quanto o juiz, o policial) para garantir o objetivo a ser alcançado, a rejeição a qualquer tipo de consumo das drogas ilícitas. Nesses programas, o educador abdica de sua função educativa – orientar e ajudar seus alunos – e incorpora a função repressiva de sancionar.

Outras propostas buscam prevenir o uso abusivo e o uso indevido de drogas lícitas e ilícitas. Entretanto, quando discutem os diferentes níveis de uso de drogas, a personalidade do usuário e o momento sócio-cultural, o objetivo da prevenção primária recai mais uma vez na rejeição ao consumo de qualquer droga, mas principalmente no consumo de drogas ilícitas. A rejeição a qualquer tipo de drogas é a "palavra-de-ordem" central e o consumo de drogas lícitas é, numa maior ou menor medida, absolvido, em função da licitude de seu uso. Em termos da atuação prevista para os educadores, propõem uma tecnologia pedagógica que, em alguns momentos, compromete o objetivo declarado de pre

venir o uso abusivo e o uso indevido de drogas: se propõem a incentivar atividades que criem um "clima social" em que o uso de drogas sequer desperte interesse, incentivando o preenchimento das horas de lazer com atividades aprovadas pela sociedade. Mas que critérios tornariam isso possível? E seria possível conceber uma metodologia tecnicamente competente, independente das proposições básicas de um programa de prevenção? Seria possível conceber uma metodologia neutra? Nestes programas, o educador não absorve a função de sancionar seus alunos, e tenta recuperar seu papel pedagógico de orientar e ajudar seus alunos no que se refere ao uso de drogas. Mas em que medida essas propostas se realizam?

Há também programas preventivos do uso e do abuso de drogas que baseiam seu discurso igualmente nos três fatores essenciais já considerados – a droga, personalidade do usuário e o momento sócio-cultural – e que também advogam para o educador o papel de orientar os educandos com relação ao uso indevido e ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas. Os que diferenciam dos anteriores é que para concretizar este objetivo, definem que os educadores devem orientar os jovens quanto às possibilidades de relação com a droga, quanto ao conhecimento de seu organismo e de sua personalidade, seus limites físicos e psicológicos, quanto ao momento sócio cultural de hoje que incentiva o uso de drogas ainda que o proíba diariamente, momento este que podemos, desde que conscientes, transformar. Nesses programas, que absolutamente não incentivam o uso de drogas, mas que entendem este uso como uma prática secular, o objetivo principal da

prevenção primária seria evitar, limitar os danos causados pelo abuso e pelo uso indevido de drogas. Esses programas assumem o risco de confiar na ação dos educadores e na tomada de consciência dos alunos, garantindo o espaço da escolha individual e coletiva.

Compreendendo a importância de uma reflexão crítica sobre os pressupostos que embasam os diferentes discursos preventivos do uso e do abuso de drogas, selecionamos e classificamos nos Capítulos I e II, alguns Programas de Ação, propostos para as Escolas. Consideramos que essa reflexão é necessária na escolha da atuação preventiva que se deseja desenvolver. De uma maneira geral, observamos que muitas propostas preventivas privilegiam uma abordagem descritiva das drogas, das características da personalidade do toxicômano, abordando o momento sócio-cultural unilateralmente. Entendemos que uma visão crítica sobre os diferentes discursos possibilitará aos educadores o exercício de uma atuação preventiva, desde que conscientes da necessidade de serem autores do conhecimento sobre o uso de drogas, e favorecendo uma postura semelhante entre os alunos, não se conformando apenas em ser repetidores de um conhecimento fechado e pré-estabelecido.

No terceiro capítulo procuramos analisar as potencialidades de atuação preventiva dos educadores, através do relato de uma experiência de prevenção do uso abusivo e do uso indevido de drogas, desenvolvida num município do Estado do Rio de Janeiro, durante o ano de 1988. Nesse relato, procuramos explicitar como se deu o contato inicial com a equipe do município e

a metodologia que adotamos. Como forma de explicitar os procedimentos utilizados, relatamos alguns dos encontros realizados com o Grupo. Tentamos, a partir dos casos relatados pelos participantes, esclarecer questões relativas às drogas mais usadas na região, à personalidade dos usuários com os quais já tinham travado contato, e ao momento sócio-cultural, dessa maneira abrindo espaço para que os próprios educadores elaborassem um discurso preventivo próprio, a partir da reflexão sobre sua prática cotidiana de lidar com esse problema. A experiência relatada continua em aberto, mas apontamos um balanço de sua primeira fase.

Se não conseguimos fornecer dados suficientes para a elaboração de um discurso de prevenção primária do uso e do abuso de drogas, em termos ideais, pelo menos apontamos as medidas que podem piorar a situação. Os educadores devem ter clareza de sua função de orientar e ajudar seus alunos no seu processo de amadurecimento durante o qual, tem fortes chances, de encontrar as drogas.

CAPÍTULO I — OS DISCURSOS SOBRE O USO DE DROGAS:

SUAS CLASSIFICAÇÕES

Os discursos de orientação sobre o uso e o abuso de drogas lícitas e ilícitas, explicitados em programas pedagógicos de prevenção, são mais facilmente identificados através da produção teórica, relativamente abundante, do que percebidos em programas de ação realizados concretamente, seja na Escola espaço institucional em que se confia especialmente para o desenvolvimento de práticas preventivas, seja no âmbito da comunidade.

Observamos que, embora as experiências práticas de prevenção do uso e abuso de drogas sejam pouco numerosas ou difundidas, os modelos teóricos de discurso preventivo se manifestam na prática pedagógica, de forma mais ou menos consciente, através de ações isoladas de qualquer programa preventivo eventual. Esses modelos são construídos a partir de "teorias de explicação da realidade e de suas transformações e constituem transposições para o plano das idéias, de relações sociais muito determinadas" (CHAUI, 1984, p.10). Entretanto, não há uma visão crítica dos pressupostos teóricos destes modelos, por parte dos educadores (professores de disciplinas, orientadores educacionais e pedagógicos, supervisores, diretores de Escola, profissionais ligados à educação para a saúde). A falta desta visão crítica é reforçada pela dificuldade, característica da cultura brasileira contemporânea, de lidar com a diferença — a fi

gura do drogado é estigmatizada, é identificada à figura do doente mental, do transgressor da ordem moral, jurídica, constituindo uma ameaça ao status quo (VELHO, 1981, p.62). Neste contexto, abre-se espaço para dois mecanismos extremos acionados com frequência: a omissão diante do uso e do abuso de drogas, fruto da insegurança do educador que não teve formação adequada para lidar com o problema e prefere fingir que não vê o caso do que intervir de forma prejudicial, e medidas drásticas – suspensão, transferência de escola, expulsão do aluno, como forma de afastar o problema, evidência de uma incapacidade de conviver com a diferença.

Há uma extrema necessidade de reflexão sobre os modelos preventivos do uso e abuso de drogas e seus pressupostos teóricos confrontados com os programas de ação correspondentes. Dessa forma, o educador consciente dos princípios básicos que sustentam tais modelos preventivos, poderá optar com mais clareza sobre o papel social que deseja assumir junto a seus alunos.

"O problema da droga não existe em si, mas é o resultado do encontro de um produto, uma personalidade e um modelo sócio-cultural. Isso quer dizer que, qualquer pessoa a qualquer momento pode encontrar um produto tóxico, legal ou ilegal, em seu caminho. Toda política de prevenção deve levar em conta esses pressupostos. Entretanto, a maioria das pessoas que experimentam drogas uma ou algumas vezes não se tornam doentes o que significa dizer que, diante da droga, não existe um destino igual para todos."

(OLIEVENSTEIN, 1984, p.2).

De uma certa maneira, os modelos teóricos preventivos parecem, atualmente, incorporar esse princípio mas, na verdade, o que conseguem construir, e não poderia ser de outra forma tendo em vista os pressupostos ideológicos em que se baseiam, ē uma nova roupagem para seu discurso de orientação agregado aspectos que, indiscutivelmente, são aceitos hoje em dia. Não há como deixar de referir-se às drogas legais que usadas de forma abusiva ou indevida, causam danos ã saúde. Não há como ignorar o contexto sócio-cultural, a sociedade de consumo e o fantástico desenvolvimento tecnológico da farmacologia predispondo as pessoas a soluções químicas no enfrentamento das dificuldades cotidianas. Mas referir-se a esses aspectos não significa admitir a interação dialética entre eles através de propostas de ação correspondentes. Não se trata pois de um princípio neutro, que possa ser aplicado a programas preventivos, independentemente dos valores das pessoas, agentes desses programas.

Entre as propostas de classificação dos discursos sobre o uso de drogas, Nowlis, em 1975, definiu quatro modelos "decorrentes das posições assumidas a respeito das variáveis droga-indivíduo-contexto sócio-cultural, mas que dependem também de outras suposições relativas ao comportamento" (NOWLIS, 1975, p.50): o modelo jurídico-moral, o modelo de saúde pública, o modelo psico-social e o modelo sócio-cultural.

Tradicionalmente, os discursos sobre o uso de drogas buscaram, através da punição ou da ameaça de punição, manter o indivíduo afastado das drogas. Esta proposta corresponde ao mo

delo jurídico-moral no qual a punição proposta ou, a ameaça de la, se relaciona com a necessidade de evitar um comportamento considerado indesejável. A informação sobre os perigos do uso de drogas ilícitas é um aspecto fundamental desse modelo na medida em que fortalece e justifica as leis repressivas ao uso e abuso de drogas, assim como constitui-se como fator de influência no comportamento. Este modelo incorpora o discurso jurídico e legal às propostas de educação. Todas as drogas são consideradas igualmente perigosas, mas as drogas ilícitas são definidas como as mais perigosas ainda, na medida em que são as preferidas pelos jovens, considerados mais vulneráveis, física e psiquicamente. Pressupõe-se que todos os indivíduos são passíveis de se tornarem dependentes, e que a primeira experiência conduz, inexoravelmente, todos, à dependência e à escalada de consumo de outras drogas. O contexto sócio-cultural é visto como permissivo, e a atual crise de valores imporia a necessidade de leis duras. Os efeitos do uso de drogas são considerados sempre absolutamente trágicos. E como todos são vulneráveis, os programas devem ser dirigidos a todos, mas principalmente aos jovens – neste caso o perigo do uso de drogas e a própria fase da adolescência, considerada como período em que as percepções da realidade estão se transformando, somam perigosamente.

O modelo preventivo de saúde pública "se apoia essencialmente no isolamento dos utilizadores que devem ser tratados, evitando-se que contaminem os demais" (NOWLIS, 1975, p.50). A droga é considerada como vetor, o indivíduo é o hospedeiro e o con

texto sócio-cultural é o meio ambiente. Este modelo de discurso se identifica com o modelo das doenças infecto-contagiosas. A substância neste modelo tem um papel ativo, o mais importante, acerca do qual a população deve ser informada. Essa informação deve ser dada, considerando tanto as drogas ilegais quanto as legais. Trata-se de preservar a saúde e evitar a doença. Todos os indivíduos são considerados vulneráveis já que o meio ambiente, "permissivo e destituído de valores, é favorável à contaminação". Os programas preventivos decorrentes desse modelo correspondem a verdadeiras campanhas de vacinação anti-drogas.

O modelo psico-social parte do princípio de que "o uso ou não uso de drogas é um comportamento humano, algo de complexo e sujeito a fatores sociais e culturais" (NOWLIS, 1975, p. 50). O indivíduo é percebido neste modelo como aspecto preponderante a ser considerado, é o centro das atenções. A informação sobre os efeitos do uso de drogas, lícitas e ilícitas, permanece como questão importante mas há modificações em relação aos modelos anteriores: constata-se que a informação divulgada de forma autoritária e, recebida passivamente, ou não contribui para o alcance dos objetivos propostos ou é mesmo contraproducente. Considera-se que a falta de credibilidade quanto às informações divulgadas até então, estimulavam o consumo, na medida em que não correspondiam à realidade e despertavam a curiosidade dos jovens. A informação, portanto, neste modelo se modifica no que diz respeito aos métodos de sua transmissão: ela é participativa, permitindo que os jovens atuem na realização dos

programas preventivos. Trata-se de relacionar informação e formação de atitudes, fortalecendo a capacidade de tomar decisões.

No modelo sócio-cultural, Nowlis afirma que "as estratégias de prevenção se preocupam com o contexto social do comportamento para tentar transformá-lo, sugerindo mudanças neste contexto, ao invés de tentar adequar o indivíduo ao meio" (NOWLIS, 1975, p.51). Este é o modelo preventivo que preconiza a humanização das instituições de ensino e de trabalho, no sentido de que elas devem se organizar, mais em função da clientela que atendem, do que em relação a seus especialistas e dirigentes. É o modelo que defende a diminuição da propaganda voltada para as drogas lícitas e a necessidade de "se rever as leis que causam mais danos do que o comportamento que visam controlar" (NOWLIS, 1975, p.52).

Segundo Nowlis, o modelo de discurso preventivo mais eficaz deve incorporar necessariamente essas quatro perspectivas num modelo psico-social abrangente. A autora sugere técnicas no sentido de alcançar os objetivos: informação criteriosa e científica, para garantir a credibilidade por parte do público a que se destina. Mas qual seria a finalidade dessa informação sobre as drogas? A autora associa o objetivo de "fornecer uma informação que sirva de base às decisões com conhecimento de causa" à necessidade de se prevenir os danos causados pelo abuso de drogas. (NOWLIS, 1975, p.55). Sua proposta de modelo preventivo é centralizada na drogadicção e pré-estabelece os resultados a serem alcançados. Isso fica claro quando afirma ser "uma

questão capital saber até que ponto as posições contrárias ou contra argumentos ao efeito desejado deverão ser incluídos, apresentados em primeiro ou em último lugar. É considerado útil incluir todos os argumentos e explicitamente formular a conclusão que se deseja fazer aceitar pelo grupo" (NOWLIS, 1975, p. 57, grifo nosso).

O modelo preventivo da drogadicção no entender de Nowlis deve se humanizar: a informação deve ser "construtiva", nada de apelos dramáticos, que são considerados contraproducentes. Trata-se de informar e formar atitudes fortalecendo a tomada de decisões. A informação será dada através dos programas curriculares de história, química, biologia, literatura e ciências sociais. Deve-se criar um clima favorável na Escola de forma a que os alunos gostem de si mesmos e mantenham boas relações com os colegas. A escola deve fornecer aos alunos, alternativas intelectuais, sociais, culturais e recreativas ao abuso de drogas (NOWLIS, 1975, p.64). E isso dentro da compreensão de que "a participação de todos na realização dos programas preventivos leva à melhoria de comportamentos socialmente desejáveis" (NOWLIS, 1975, p.65, grifo nosso). Os meios para alcançar esses objetivos devem ser: a formação de grupos de monitores, grupos de aconselhamento, o treinamento de lideranças. Nowlis afirma que os professores encarregados de passar informação sobre o uso e abuso de drogas devem ter uma formação especializada (grifo nosso). Concluindo diz que "trata-se de fazer de maneira diferente o que já vinha sendo feito antes ou então de favorecer a mobilização de talentos que não estavam sendo aproveitados na sua

capacidade máxima" (NOWLIS, 1975, p.62). A nosso ver é, portanto, um modelo de discurso preventivo que tenta ultrapassar o reducionismo (característico dos modelos anteriores) criticado pela autora, mas nos parece que Nowlis permanece nos limites da competência técnica. Moderniza-se a linguagem e a metodologia sem transformação real dos valores subjacentes ao modelo: trata-se de adequar o indivíduo "ao efeito desejado" e "à conclusão que se deseja fazer aceitar pelo grupo". Todos devem participar na realização dos programas preventivos, mas seu planejamento permanece o mesmo. (grifos nossos).

Quanto ao papel do educador, no modelo psico-social abrangendo de Nowlis, e considerando que cabe à Escola iniciar o processo de socialização formal da criança, fica estabelecido que é preciso ir além da informação, devendo a escola contribuir para a formação de valores pessoais e sociais. Educadores e pais devem trabalhar juntos na busca de "uma instituição mais apropriada a responder às necessidades identificadas" (NOWLIS, 1975, p.73). Difícil entretanto nos parece alcançar tal objetivo quando a possibilidade de participação de todos se limita a execução não havendo espaço para interferência no planejamento e nas discussões de princípios. Nos parece difícil alcançar esse objetivo se a Escola não se transforma e continua no seu papel tradicional de preparar as crianças para o mundo dos adultos.

Mais recentemente, KORNBLIT (1988, p.9) estabelece uma classificação semelhante a de Nowlis, citando quatro modelos de discurso sobre o uso de drogas: o modelo ético-jurídico que é cen

tralizado na informação sobre as substâncias e sobre as medidas legais e penais. O modelo médico-sanitário que considera o drogadicto como um enfermo que deve ser curado. O modelo psico-social que se preocupa com as necessidades que levam ao abuso de drogas e o modelo sócio-cultural que considera o contexto como gerador de drogadicção.

Cada um desses modelos correspondeu, segundo a autora, a uma fase da prevenção. Nos anos 60, teria predominado o discurso ético jurídico que através da Escola procurou fornecer aos alunos informações ameaçadoras sobre o uso e efeitos das drogas. Nos anos 70, após as primeiras avaliações dessa proposta e considerando-se o seu fracasso, concluiu-se pela necessidade de mudanças na abordagem preventiva. Começa-se a falar em participação dos jovens e da comunidade na realização dos programas, como forma de garantir o sucesso dos resultados almejados. (grifo nosso). Se insiste em técnicas mais adequadas: grupos de crescimento pessoal, classificação de valores, treinamento de lideranças e fortalecimento da tomada de decisões dentro do princípio de que mudanças de atitudes geram mudanças de comportamento. A partir dos anos 80, após nova avaliação, teriam surgido duas tendências na prevenção: a proposta americana que mantém programas específicos de educação sobre o uso e efeitos das drogas, basicamente através do modelo psico-social de Nowlis, e a tendência européia na "qual se propõe a evolução do modelo médico e interpessoal para programas gerais de educação para a saúde, deixando de tomar o uso de drogas como uma questão a parte, devendo influir sobre o estilo de vida, no quadro de uma

política integral voltada para a juventude" (KORNBLIT, 1988, p.10). Essa proposta, segundo Kornblit, encontrará dificuldades de aplicação nos países subdesenvolvidos porque, ainda segundo a autora, a maioria dos jovens em idade escolar não frequenta a escola e o nível de participação social é baixo, reprimido por Estados autoritários. Neste sentido, os modelos de educação para a saúde sobre drogas ficariam condicionados pelas normas institucionais da Escola, ainda que a Escola permaneça como suporte principal dos programas preventivos. Nessa proposta aconselha-se evitar o excesso de informação, o sensacionalismo e, segundo a descrição da autora, deve-se promover a auto-observação e o senso crítico: "educar para a saúde significa poder conceituar a drogadicção entre outras condutas, como parte de um contexto em que os jovens não escapam às exigências de um processo econômico em expansão ao qual opõem a sua contra-cultura" (KORNBLIT, 1988, p.11), ao qual opõem um outro tipo de percepção da realidade.

Kornblit assinala, também, a evolução do valor dado à informação sobre o produto e os efeitos do uso e abuso de drogas no organismo que cede lugar à ênfase dada à formação de atitudes. A partir da metade da década de 70, teria-se feito a crítica do princípio, segundo o qual, mudanças motivacionais provêm de mudanças de atitudes já que, afinal, o consumo de drogas não diminuiu. Na falta de resultados positivos, conclui-se que "mudanças a nível do comportamento tem origem em mudanças do próprio comportamento muito mais do que em mudanças de atitudes" (KORNBLIT, 1988, p.11) e propõe-se "um processo gradual de se

trabalhar o desejo de mudança, o hábito em si, a predisposição ao hábito. Segundo esta mesma autora, um outro enfoque partiu da premissa de que a drogadicção constitui uma conduta destituída de valores sociais e tentou fortalecer a auto-estima, reforçando as decisões do indivíduo. Um terceiro enfoque, chamou a atenção para os condicionamentos impostos pelo contexto sócio-cultural e tentou fortalecer a capacidade de tomar decisões responsáveis no que se refere ao uso de drogas.

Kornblit assinala algumas recomendações, tidas hoje em dia, como necessárias à efetividade de programas preventivos do uso de drogas: "redefinição da drogadicção não como doença, mas como um 'mal comportamento', ampliando a base de sustentação social e cultural do problema; entendimento de que é na comunidade que se encontram os recursos capazes de organizar intervenções efetivas; atuação dos agentes de saúde da própria comunidade não se devendo privilegiar a atuação através de agentes externos; entendimento da necessidade de se falar sobre o consumo de drogas legais e ilegais e que o consumo abusivo de tabaco e de álcool é um fator de risco que torna os jovens que abusam destas substâncias, vulneráveis à drogadicção; entendimento de que a legalidade ou ilegalidade de uma droga não tem se dado em função da intensidade dos problemas médicos provocados pelo seu uso, mas em função de aspectos econômicos, culturais e políticos; necessidade de desdramatizar a questão da droga ligando-a aos outros problemas vividos pelos jovens, combatendo o sensacionalismo cujo objetivo é a marginalização dos usuários; combatendo o uso e não só o abuso, porque na prática,

a melhor estratégia preventiva consiste em reduzir os níveis globais de consumo na comunidade, na medida em que a intensidade dos problemas relacionados com o consumo de uma droga é proporcional ao nível de consumo global por habitante" (KORNBLIT, 1988, p.12 e 13).

Enquanto que Nowlis considera que o uso de drogas faz parte da história da humanidade, preconizando programas voltados prioritariamente para os danos causados pelo abuso de drogas, Kornblit retoma a questão do próprio uso e assinala a importância de se tentar diminuir o consumo em qualquer nível, entendendo que quanto maior for o consumo por habitante maior será a intensidade dos problemas causados por este consumo (KORNBLIT, 1988, p.13).

Como podemos observar, há uma certa semelhança entre as duas autoras na medida em que definem os modelos preventivos "em função das posições assumidas a respeito das variáveis droga-indivíduo-contexto sócio-cultural" (NOWLIS, 1975, p.50). Na primeira classificação nenhum dos quatro modelos é considerado eficaz e Nowlis faz a crítica do reducionismo de abordagem dos quatro modelos na medida em que privilegiam ora uma, ora outra variável. A síntese dos quatro pontos de vista com predominância do enfoque psico-social associada a uma tecnologia pedagógica adequada nas relações educador-educando levaria ao resultado almejado, ou seja, "à melhoria de comportamentos socialmente desejáveis" (NOWLIS, 1975, p.65). Em nenhum momento é feita a crítica dos pressupostos ideológicos que embasam cada um dos pontos de

vista apresentados. No modelo psico-social abrangente defendido por Nowlis, droga-indivíduo-contexto sócio-cultural devem ser igualmente levados em conta na análise e encaminhamento da questão do uso e abuso de drogas, mas não se percebe, nos parece, a interação dialética existente entre as três variáveis e que irá determinar os limites entre a experiência ocasional, o uso regular e a dependência de drogas.

A classificação de Kornblit avança em relação a proposta por Nowlis, na medida em que coloca uma historicidade da prevenção da drogadicção. Mas os pressupostos ideológicos dos modelos e tendências apresentados não aparecem ainda com muita clareza. Entretanto a autora abre possibilidade para esta compreensão na medida em que acentua a importância da tendência europeia de programas preventivos inespecíficos de educação para a saúde, "de intervenção não assistencialista, e enfatizando a mobilização de recursos da comunidade" (KORNBLIT, 1988, p.10). Estes programas preventivos "devem buscar a transformação dos climas sociais favoráveis à drogadicção em climas sociais favoráveis a evolução social" (KORNBLIT, 1988, p.12). Nos parece que, nos treze anos que separam as duas publicações, houve um avanço: Nowlis propunha criar um clima "positivo" na Escola, formando grupos de monitores, grupos de aconselhamento, melhorando as condições de comunicação dos serviços na instituição educacional, treinando lideranças, formando atitudes, medindo atitudes, fortalecendo a tomada de decisões. Nos parece que essa tecnologia aplicada às práticas pedagógicas de prevenção do uso e abuso de drogas, tem a ver com os pressupostos da psicologia com

portamental. Mais recentemente, Kornblit se refere a recomendações consideradas fundamentais nos programas preventivos e opta por programas inespecíficos de educação para a saúde, nos quais a droga é um entre outros problemas de um contexto onde vivem jovens e adultos e que, através de um trabalho comunitário pode-se abrir campo para modificações sociais.

Segundo Cotrim, "existem três propostas distintas de linhas de atuação na escola, visando a prevenção ao abuso de drogas: o aumento do controle social, o oferecimento de alternativas e a educação". (COTRIM, 1989, p.49). O modelo preventivo baseado na necessidade de aumento do controle social parte da compreensão que os adultos devem retomar, manter um controle sobre as gerações mais jovens, incapazes de discernimento. É um discurso conservador. O segundo modelo citado, oferecimento de alternativas parece semelhante ao modelo proposto por NOWLIS (1975) de humanização das instituições de ensino, que devem se preocupar com os problemas dos alunos para além do estritamente pedagógico. Cotrim se refere a este modelo como "bastante utilizado no Terceiro Mundo (COTRIM, 1989, p.50).

No que se refere às propostas de ação preventiva baseada na educação, esta autora se refere a seis modelos: "o modelo do princípio moral, do amedrontamento, da informação científica, da educação afetiva, da vida saudável, da pressão de grupo" (COTRIM, 1989, p.49). De uma maneira geral, nos parece que tais modelos preventivos ora se apoiam no enfoque jurídico-mo

ral que condena não o abuso mas também o uso de drogas basicamente ilícitas; ora se revestem de uma tecnologia pedagógica mudando a forma mas não mudando seu conteúdo central. Em ambos os casos o espaço do uso de drogas é visto sempre como abuso devendo ser rejeitado.

Entre essas propostas faríamos uma exceção "ao modelo de estilo de vida saudável, proposta que tem sido trabalhada na França, através da disciplina de Ecologia Médica, de inspiração de Olievenstein. Seu pressuposto básico é a melhoria da qualidade de vida: "alimentação balanceada, controle do peso, das taxas de colesterol, da pressão arterial, exercícios físicos regulares e de uma discussão sobre os problemas advindos do avanço tecnológico e da sociedade urbana industrial, assim como estratégias para como superá-los (poluição, trânsito, substâncias tóxicas, perigo atômico)" (COTRIM, 1989, p.51). Acreditamos que este modelo, diferente dos demais, abre espaço para um diálogo entre educadores e alunos, abre espaço para uma tomada de consciência dos sujeitos em relação à sociedade em que vivem. Bucher também faz referência a este modelo, a "drog-educação" como forma de prevenção contra a drogadicção, centralizada no abuso de drogas, que entende "a função simbólica do consumo de drogas, qual seja a de aceder ao mundo adulto, participar nos prazeres e experiências até então inacessíveis, entendendo o consumo de drogas como uma prática secular". A "drog-educação não se dissocia da educação como um todo e tem a ver com o modelo preventivo, amplo e não específico já pro

posto por Nowlis, (de uma certa maneira) por Olievenstein (mais claramente), por Cassiers e Orenbuch, autores citados por Bucher. Neste modelo preventivo da drogadicção entende-se que "fatores econômicos, legais, sanitários, sociais, educativos, políticos contribuem para o abuso de drogas" e que a noção de "consumir para ser feliz é uma promessa de felicidade que se transfere com facilidade para o consumo de drogas". Daí que esse modelo visa "a aquisição de uma autonomia pessoal diante das opções que se apresentam na vida", "preparando o jovem para enfrentar situações com plena consciência", não se tratando a questão do uso ou não uso de drogas de forma isolada de outras questões sociais. É ainda Bucher que esclarece que, neste modelo amplo, "o papel do especialista se reduz a informar, formar e auxiliar os educadores e pais, com base em amplos programas comunitários, para que possam enfrentar os problemas vinculados às drogas, nas famílias e escolas, com conhecimentos seguros, com naturalidade e sem medo (BUCHER, 1986, p.138).

Entendemos que o discurso preventivo da drogadicção e de orientação sobre o uso de drogas em geral, explicitado em propostas de ação para as escolas, reflete um discurso pedagógico mais amplo. Este, por sua vez, "se insere num contexto histórico-social-econômico-cultural determinado, sofrendo as pressões dele decorrentes e manifestando-as através das instituições, dos grupos, dos indivíduos" (CARNEIRO LEÃO, 1985, p. 123). Na construção de um discurso sobre o uso de drogas, sobre a prevenção da drogadicção nos parece ser importante levar em conta que "o nosso contexto brasileiro é determinado por três vertentes: a vertente política que invade todas as atividades humanas — a educação enquanto ação social, ação política, sofre as injunções do poder; a vertente técnico-científica que assume um tipo de crescimento que se transforma em ameaça à qualidade de vida social, psíquica e cultural (as inúmeras poluições, a disseminação do uso de drogas), e a vertente do próprio contexto

do Terceiro Mundo, caracterizado pela miséria, pela instabilidade e pela crise". Essas três vertentes exercem pressões e impõem valores através da ação pedagógica que ora reproduz e repete valores estabelecidos, ora inova e produz alternativas (CARNEIRO LEÃO, 1985, p.126). A partir dessa possibilidade de produzir e inovar, acreditamos que possa se abrir espaço para um discurso sobre o uso de drogas e um discurso preventivo da drogadicção que aproxime educador-educando.

"Na escola as pessoas falam, escrevem e lêem. São falas que fazem falar, e também falas que calam, inibem, ocultam, confundem. Professores e estudantes instalam um discurso que ora reproduz mecanicamente os conteúdos ora se compromete com o ato de estudar mais rigorosamente".

(PEY, 1988, p.11).

No que se refere aos conteúdos pedagógicos mais gerais e considerando o discurso pedagógico tradicional, "cabe ao professor ensinar e cabe ao aluno aprender, mas o professor fala, mas pode ouvir para ensinar melhor; o estudante ouve, mas pode falar o que sabe para aprender melhor o que não sabe. O ouvir do professor é introduzido na dinâmica do discurso como o elemento que desmancha a hierarquia, e valendo-se dela para construir o estudo do conteúdo a ensinar e aprender" (PEY, 1988, p.19). Mas no discurso sobre o uso de drogas entre professores e alunos, está definido quem ensina, e quem aprende? Em que medida a possibilidade de diálogo fica comprometida enquanto o professor se sentir "despreparado" para lidar com a questão? E em que consistiria essa preparação? Quando o professor opta por uma bus

ca de adaptação do aluno a uma verdade pré-estabelecida, ou quando o professor procura desenvolver alternativas às formas tradicionais de abordagem do problema, que consequências particulares essas opções trazem para o encaminhamento dos casos?

Entendemos que o discurso preventivo sobre uso e sobre o abuso de drogas lícitas e ilícitas tem se revestido tradicionalmente de uma postura autoritária que ainda está em pleno vigor nos nossos dias, ainda que teoricamente, seja considerada ultrapassada. Esta postura autoritária parte de uma visão da realidade que é tomada como norma; considera que obedece a critérios de verdade e coerência; utiliza técnicas comportamentais que visam adequar o indivíduo a princípios pré-estabelecidos e indiscutíveis, ainda que algumas concessões possam ser feitas sem grandes problemas, desde que se mantenham nos marcos das questões já comprovadas. O discurso preventivo autoritário do uso e abuso de droga respaldado no discurso pedagógico tradicional, não permite reversibilidade entre os interlocutores, ou seja cabe ao professor ensinar, falar, e cabe ao aluno aprender, escutar. Mas se o professor se sente despreparado? Tudo se arranja: lhe serão fornecidas algumas técnicas e o texto da Lei sobre os tóxicos e ele se sentirá apoiado. O professor se torna porta voz, de um conhecimento e de valores que não são (obrigatoriamente) os seus, porta voz de um conhecimento científico que anula a fala do outro, que inibe, oculta, mistifica, mitifica. O aluno é reduzido ao silêncio sob o peso das penalidades legais, em caso de transgressão. O discurso preventivo autoritário tem predominado mesmo que de forma desorganizada, não pla

nejada, e em alguns momentos tem sido mesmo referendado pelos órgãos normativos da questão do uso de drogas.

Identificamos como um segundo tipo de discurso sobre o uso e abuso de drogas aquele que corresponde ao "discurso da cópia, repetição de um conhecimento dado, que reconhece o professor como único sujeito do saber e o saber com um único sentido, dando origem a práticas pedagógicas que raramente põem o estudante na posição de intérprete e quase sempre, na condição de repetidor, o que contribui para o distanciamento dos agentes da educação da condição de autores do conhecimento" (PEY, 1988, p. 20). Neste discurso há espaço para perguntas, mas para cada uma das questões há uma resposta pré-estabelecida no conhecimento dado, resposta previsível. Ora, para admitir a conversa é necessário admitir contribuições diferentes, imprevisíveis; entretanto aceitar a diferença, aceitar o uso de drogas, o espaço da dependência, é o primeiro passo que ameaça a estabilidade, o equilíbrio interno de quem se acostumou a deter a posse de um saber único. Este discurso preventivo de cópia corresponde ao método de interpretação de texto do discurso pedagógico mais geral (PEY, 1988, p.19).

Como alternativa aos discursos sobre o uso e abuso de drogas já referidos e, seguindo a classificação proposta por M.O. Pey referente ao discurso pedagógico em geral, nos parece que "a pedagogia dialógica, provocante, desafiadora, suscitando questões de ambos os lados, fazendo a crítica do real, buscando identidade com a prática, num estudo rigoroso, comprometido com a transformação e só no final chegando a uma sistematização cole

tiva" (PEY, 1988, p.29) é a mais adequada. Neste modelo preventivo, o discurso sobre o uso de drogas, sobre a drogadicção teria as características de intercâmbio crítico entre sujeito do conhecimento e objeto a ser conhecido; incentivando o espírito crítico; desmitificando e desmistificando questões sobre o uso de drogas, professores e alunos numa busca ativa, "não se retirando do professor a responsabilidade pela direção da busca. O processo discursivo dialógico estabelece a relação de autoridade do professor para com o objeto do conhecimento e consequentemente também de autoridade para com o aluno" (PEY, 1988, p.33). Resgata-se o saber coletivo, popular. Professor e aluno passam a ser considerados como sujeitos de transformação e não mais sujeitos de repetição (grifo nosso).

Uma vez colocada essa classificação de três modelos de discurso sobre o uso de drogas e sobre a drogadicção – autoritário, de cópia e dialógico, com base na relação que se estabelece entre educador-educando, passamos a analisar algumas propostas de ação que consideramos representativas dos modelos sugeridos, seja pelo fato de serem recomendadas pelos Conselhos normativos da questão do uso e abuso de drogas, seja pela sua penetração nas instituições especializadas no encaminhamento da questão. Num momento posterior, analisaremos os princípios que nortearam uma experiência alternativa que desenvolvemos, num município do Rio de Janeiro, através de uma instituição pública voltada para a prevenção/tratamento da drogadicção.

CAPÍTULO II – OS PROGRAMAS DE ATUAÇÃO PREVENTIVA PARA AS ESCOLAS

2.1 – O discurso preventivo autoritário

Entre as propostas de ação que correspondem, a nosso ver, aos modelos preventivos autoritários, destacamos em primeiro lugar, um texto-base recomendado pelo Conselho Estadual de Entorpecentes de São Paulo e pelo Conselho Federal de Entorpecentes "em vista da campanha de prevenção contra a praga dos tóxicos" (CHARBONNEAU, 1988, p.8).

Teremos uma preocupação particular em analisar o que é considerado como discurso de orientação, ou seja, a visão geral que embasa o modelo e a partir da qual vai se delinear a ação preventiva. Quanto às informações científicas sobre o uso das drogas e seus efeitos nos limitaremos a apontar em que medida questões ideológicas se manifestam, comprometendo o nível de cientificidade da informação.

O texto-base citado, se propõe a mostrar o discurso de orientação do autor, num citado clima de liberdade, "fornecendo os elementos necessários para uma opção livre e esclarecida sobre o uso de drogas lícitas e ilícitas para que a reflexão possa levar a essa convicção pessoal que é a única capaz de afastar os jovens dos tóxicos" (CHARBONNEAU, 1988, p.11), o grifo é do autor. Em seguida o texto pretende "oferecer informações científicas relativas à medicina, à farmacologia, psicologia e biologia que esclarecem sobre o uso de drogas mostrando por que

e como eles terão que pagar muito caro as experiências que pensavam ser apenas um jogo" (CHARBONNEAU, 1988, p.11), o grifo é nosso.

O contexto sócio-cultural é descrito como um mundo harmonioso que,

"estã sendo perturbado por um furacão, que arranca tudo à sua passagem, que faz desmoronar, em menos tempo do que é necessário para dizê-lo, as famílias mais bem constituídas, e que não deixa senão ruínas atrás de si. Brilha o sol de todas as esperanças e de todas as promessas, e de repente as trevas envolvem o jogam, com violência, uns contra os outros, pais e filhos, adolescentes e adultos... É o tornado da droga..."

(CHARBONNEAU, 1988, p.13)

A descrição sobre o contexto sócio-cultural é fluente e tem toda uma linguagem característica: tudo acontece num clima de guerra sórdida, de batalhas que parecem perdidas de antemão, contra inimigos dissimulados e perigosos, e é preciso usar armas, para alcançar vitórias, ainda que persista o fantasma da derrota. A metáfora militar, a linguagem de paranóia política refletem a desconfiança em relação a um mundo pluralista ao mesmo tempo em que correspondem ao estado de guerra latente que vivemos hoje em dia e, também, ao clima dos jogos eletrônicos do tipo "Guerra nas Estrelas" (SONTAG, 1989, p.23). Diante desse contexto sócio-cultural, "os adultos – pais, 'psis', moralistas, estão confusos, impotentes, inseguros" e isso é considerado muito grave "porque o problema da droga é vital" (CHARBONNEAU, 1988, p.19). Mais adiante o autor afirma que "não se deve interpre

tar mal o discurso preventivo dos adultos, afinal eles são responsáveis pelo bem comum da nação e pela saúde" (CHARBONNEAU, 1988, p.19) e "se prestarmos bem atenção, o que parece ser, não é, afinal os propósitos nada tem de negativo". (CHARBONNEAU, 1988, p.27). A questão da proibição do uso de drogas ilícitas é um aspecto básico para esse modelo, que entende que o jovem pode e deve se afirmar desde que seja de forma "sadia" (CHARBONNEAU, 1988, p.27).

Após situar o contexto sócio-cultural onde se dá o uso – identificado como abuso – de drogas ilícitas, são dadas algumas normas, consideradas como necessárias, ao bom encaminhamento da "pedagogia da prevenção" (CHARBONNEAU, 1988, p.28): não infundir medo através da informação divulgada, "afinal já está provado que isso não dá certo, sendo mesmo contraproducente"; desenvolver o que é chamado, nesse modelo, de "educação afetiva", ou seja, atender o aluno para além de suas necessidades cognitivas e intelectuais; proceder ao exame da situação; usar e educação preventiva tradicional de divulgação de informações sobre a substância; usar de técnicas pedagógicas que despertem interesse e promovam a participação dos alunos em experiências de aprendizagem, desenvolvendo métodos ativos que procuram desenvolver atitudes e comportamentos como educação moral e cívica (CHARBONNEAU, 1988, p.31), grifo do autor.

Ainda no campo da "pedagogia da prevenção" esse modelo preventivo do uso e do abuso de drogas em sua forma autoritária, define "a necessidade de realização de exercícios de clas

sificação de valores, de simulação, psicodrama, no treinamento de soluções de problemas e de tomadas de decisão" (CHARBONNEAU, 1988, p.33), processo que, segundo o autor do texto, favorece a "formação de atitudes e tomada de decisões de acordo com o seu interesse e com o interesse dos outros" (CHARBONNEAU, 1988, p.33). Quatro fases se realizam no processo de tomada de decisões, aconselhado pelo modelo: "a definição do problema ou conflito; a enumeração das escolhas ou opções disponíveis para a sua resolução; o exame das consequências de cada linha de conduta possível; a determinação da solução mais satisfatória" (CHARBONNEAU, 1988, p.34).

Colocada a dimensão política da pedagogia da prevenção proposta por esse modelo, é feita uma referência à história da prevenção. Segundo o autor, passamos de um período em que o uso de drogas correspondia a uma patologia individual para, nos dias de hoje, viver uma patologia social, o uso generalizado. É feita a crítica da sociedade atual "que produz indiferença, violência, mentira, interesses sordidos e que ignora os valores do espírito" (CHARBONNEAU, 1988, p.39). O discurso reconhece que nessa "sociedade doente a droga tornou-se uma espécie de resposta ao absurdo" ao mesmo tempo em que se diz aos jovens que é preciso estar alerta "porque esse mundo não perdoa aqueles que querem escapar-lhe" (CHARBONNEAU, 1988, p.41).

A droga é considerada "um elemento de feitiçaria" (CHARBONNEAU, 1988, p.48), seu uso associado à práticas perigosas, ocultas, diferentes. As cidades "são monstruosas e não se res

peita os espaços verdes", "o lar tem um colorido de sepulcro" (CHARBONNEAU, 1988, p.51) e nesse sentido ao chegar à Escola o adolescente não tem muita opção e passa a "integrar o meio escolar povoado de toxicômanos em potencial" (CHARBONNEAU, 1988, p.53). Nesse meio escolar se formam os grupos de amigos e, segundo o autor, "a palavra de ordem dos adolescentes um por todos, todos por um, parece ridícula" (CHARBONNEAU, 1988, p.54). Isso tudo acontece no "inferno da toxicomania". O uso é identificado como abuso, sendo um campo aberto à estigmatização dos jovens. Para resolver o problema, a prevenção eficaz é a "educação para a liberdade, fornecendo aos adolescentes as informações que precisam para tomar as decisões que se impõem" (CHARBONNEAU, 1988, p. 59). Há toda uma linguagem contraditória a nosso ver como conciliar "clima de liberdade" com "tomar decisões que se impõem"?

O discurso preventivo proposto por este texto-base, referendado por um dos Concelhos Estaduais de Entorpecentes e pelo Conselho Federal de Entorpecentes, em 1988, tem a preocupação de afirmar que felizmente "esse quadro dramático não é geral", "não atinge todos os adolescentes, mas que é preciso prevenir já que "são as amizades que levam à drogadicção" (CHARBONNEAU, 1988, p.56).

Nessa "descida aos infernos que é a toxicomania" o governo, segundo o autor, "faz o seu papel de intransigentemente proibir as drogas, assim como o fazem, outro tanto, as demais autoridades, através de penas severas tanto para o traficante como para o usuário". O termo drogas nesse caso se refere às drogas

ilícitas, e usuários são identificados aos traficantes, perante a lei. Nesse texto, o governo deve reagir ao perigo da droga "que se torna desordem suprema, contestação radical da ordem estabelecida" (CHARBONNEAU, 1988, p.61), e dessa forma o autor reflete na prática autoritária, a categoria de acusação do "drogado" assinalada por Gilberto Velho: "na cultura brasileira contemporânea a categoria drogado explícita de imediato a problema tica da patologia individual. O drogado seria por definição médica, um doente. Constrói-se todo um discurso sobre a anormalidade do consumo de drogas. O drogado é questionado a nível da sua moral, atitudes, comportamentos em relação à família e ao trabalho. A doença mental dá conta de qualquer coisa e ela pode explicar a subversão e a droga revelando a dificuldade da sociedade em lidar com a diferença (VELHO, 1981, p.57).

Num outro momento, é assinalado que "o adolescente é dominado atualmente pelo materialismo". "Desde o nascimento a criança é envolvida por delícias de toda a espécie, de tal forma que, quando ela atinge a adolescência, toda a gama de sentidos já está esgotada. Parece que nada se poderia acrescentar às sensações já experimentadas. Estas já foram assinaladas e solidamente incorporadas. Chega-se assim, ao limite do prazer, de todos os prazeres" (CHARBONNEAU, 1988, p.69), estando aberto o caminho para a drogadicção. Entretanto será essa a realidade da maioria das crianças ao nosso país? Pesquisas recentes entre crianças e adolescentes de baixa renda, em escolas de São Paulo, revelam sem dúvida alto consumo de solventes voláteis entre esse grupo, mas se prestarmos atenção ao depoimento de crian

ças carentes, será que podemos estabelecer alguma relação entre as motivações desses meninos e a realidade apresentada pelo autor? Os "meninos da rua", em suas falas, nos dizem:

"A cola tira a fome, fico com mais coragem..."

(M.T.L., 13 anos)

"Sinto uma coisa leve. Andar por aí, brincar. Tem hora que a gente pega visual na parede. A gente fica olhando assim, as ruas ficam cheias de bichos"

(A.F.J.S., 13 anos)

"A gente vê filme da parede sem ter cinema, ouve música sem ter rádio e se diverte com nada"

(M.F.A., 12 anos)

"No contato com o grupo de meninos, vemos que eles fazem uso da cola e o quanto ela serve de alternativa para sua vida, vindo de encontro às suas necessidades de suprir a fome, o frio, necessidade de ser forte, corajoso e de fugir à realidade, vivenciando um outro mundo, cheio de cores, alegrias" (Estudo de Caso, apresentado durante Curso de Capacitação em Educação para a Saúde sobre uso de drogas/NEPAD/UERJ, pelas "educadoras de rua", Vânia Maria O. Pereira e Zulmira Gomes de Souza, 1988).

"Do uso ao abuso há um deslizar imperceptível", segundo este discurso preventivo que define o espaço das primeiras experiências e o espaço do consumo regular de drogas, mas como etapas inexoráveis, rapidamente ultrapassadas em direção à toxicomania num final de "desagregação cerebral, solidão, e estado de infelicidade" (CHARBONNEAU, 1988, p.71).

Finalmente, no que diz respeito ao discurso de orientação deste discurso de "combate", o autor diz que nem tudo está perdido. Afinal "o adolescente tem a tendência de achar que a culpa é sempre dos outros, mas na verdade é a ele, e só a ele que cabe a decisão de escolher ou não a droga: de forma pessoal e autônoma a ele cabe escolher; droga-se, se quiser"(CHARBONNEAU, 1988, p.85, grifo nosso), dessa forma associando uso de drogas e culpa individual numa dissociação das características sócio-culturais que favorecem e incentivam esta prática.

Quanto às informações científicas sobre as drogas, notamos uma preocupação do autor em se basear em dados científicos fornecidos pela Organização Mundial da Saúde, na maioria das vezes correta. Duas questões entretanto nos chamaram a atenção: o álcool, é considerado como uma verdadeira droga, apesar de lícita e, lamentavelmente (segundo ao autor) é encorajado o seu consumo na nossa sociedade, com graves consequências tanto a nível psíquico quanto a nível físico. É dito que "as alterações causadas pelo álcool são menos violentas e menos profundas e, muito mais facilmente controláveis, do que a gerada por qualquer outra droga que atinge os centros nervosos com profundidade muito maior e mais rapidamente que o álcool" (CHARBONNEAU, 1988, p.95). O autor não explica nenhum argumento científico que comprove essa afirmação. E, nos parece, não deve ser muito fácil encontrar algum. Em muitos países do mundo, o alcoolismo é considerado um dos mais sérios problemas de saúde pública. Segundo Kaplan, o uso abusivo dessa droga gera "complicações sociais – discussões e dificuldades com a família, com os amigos,

violência quando intoxicado, faltas ao trabalho, perda do emprego, problemas com a lei, tais como prisões por comportamento intoxicado ou acidentes de trânsito por embriaguez". (KAPLAN, s.d., p.462). O alcoolismo é reconhecido como problema familiar (quando há um caso na família, 50% dos pais, 30% dos irmãos, 6% das mães, 3% das irmãs também são alcôolatas). A psicopatologia dos alcôolatas inclui deficiência do critério de realidade, impulsividade, conflitos em questões de dominância-submissão, conflitos de atividade-passividade" (KAPLAN, s.d., p.463). Por outro lado até que ponto a droga poderia ser a responsável pela violência do usuário? Para alguns autores a droga em si não cria nada, mas a sua interação com a personalidade do usuário e num contexto sócio-cultural favorável, sim, na medida em que o uso de drogas liberaria impulsos já latentes. Segundo Baudelaire, "o homem não escapará à fatalidade de seu temperamento físico e moral" e "a droga será um espelho de aumento das sensações humanas, mas sempre espelho, já que o sonho será sempre filho de seu pai" (BAUDELAIRE, 1972, p.72-73). No discurso de Charbonneau não haveria, portanto, uma intenção de absolver o álcool, face às outras drogas, na medida de sua legalidade?

Num segundo momento, quando o autor se refere à Cannabis - maconha - é dito que "a dependência psicológica não demora a manifestar-se e produz mudanças de comportamento as mais variadas (por exemplo, o roubo, a mentira sistemática, etc.)" (CHARBONNEAU, 1988, p.143). Mais uma vez fica comprometido o rigor científico. Segundo Kaplan "existem pessoas que desenvolvem algum tipo de dependência (o autor se refere aqui à dependência

psicológica) da Cannabis" (KAPLAN, s.d., p.452), mas ao que parece a possibilidade da dependência não pode ser generalizada. De maneira geral "diante da droga não existe um destino igual para todos" (OLIEVENSTEIN, 1983, p.2). Pesquisas recentes falam de um uso controlado da maconha, e apontam a existência de controles sociais informais que interferem e contribuem para manutenção do uso, dentro de certos limites (MAC RAE, 1988, p.07).

Essa noção de mecanismos de uso controlado da maconha parece se afirmar quando outros autores se referem "à capacidade de manter um certo grau de objetividade – o fumante é um observador objetivo de sua própria experiência – que pode explicar o fato de que muitos fumantes experientes controlam-se para comporta-se de modo perfeitamente sóbrio, mesmo quando estão altamente intoxicados" (KAPLAN, s.d., p.452). Mas se é possível o uso controlado porque tanta "ameaça à continuidade da vida social?" (SABINA, 1985, p.43). Há autores que acreditam que esse medo advém de fato de que o uso da maconha "cria espaço para um estado de consciência diferente dos estados de consciência prevalentes em nossa cultura ocidental, racionalista, discursiva, intelectual, agressiva, competitiva, egocêntrica" (SABINA, 1985, p.13). Na verdade, "os efeitos relaxantes levemente depressores do Sistema Nervoso Central, alterando a percepção do tempo e do espaço – 10 minutos podem parecer uma hora, percepção aumentada para sons, cores, um sentido de pensamento mais claro, com uma consciência mais profunda do significado das coisas" (KAPLAN, s.d., p.452), não são condizentes com a percepção que prevalece na cultura dominante.

Por outro lado, como justificar a associação maconha e roubo? "Apenas o ingênuo continua a acreditar que a Cannabis conduz à violência. Na verdade ao invés de incitar um comportamento criminoso, a Cannabis tende a suprimi-lo. A intoxicação conduz à letargia que não é condizente à qualquer atividade física muito menos à prática de crimes" (KAPLAN, s.d., p.453). Vários autores corroboram esta opinião no sentido de que virou "moda" associar maconha e criminalidade. "... A hipótese da moda surgiu da verificação empírica de que algumas pessoas presas em flagrante, durante a prática do delito estavam drogadas. Não ocorreu aos modistas que ninguém é (comumente!) preso em flagrante por estar em repouso, por fazer amor, por tocar música – igualmente drogado" (SABINA, 1985, p.114).

Ainda em relação ao uso da Cannabis, o autor do texto base, ora analisado neste trabalho, se refere ao uso medicinal da erva por volta dos anos 2737 a.C.. Ora, a literatura garante que esse uso não ficou perdido assim tão longe de nós. Com relação ao uso médico, a maconha foi usada no século passado como antiepiléptico e como espasmolítico (HENMAN, 1986, p.70), e como sedativo-hipnótico ou ansiolítico (HENMAN, 1986, p. 77). Esse uso médico foi comprovado recentemente e, quanto ao uso como ansiolítico, "o laboratório Ely Lilly sintetizou a Nabilone, já testado em seres humanos e com efeitos hipnótico-ansiolíticos" (HENMAN, 1986, p.79). Aparece mais recentemente seu uso médico "no tratamento de alguns casos de glaucoma, no alívio de efeitos colaterais da quimioterapia do câncer, tais como náuseas" (KAPLAN, s.d., p.453). Quanto à medicina popular o uso

da maconha é referido como forma de superar "o frio e as agruras da vida no mar, indicado nos casos de asma, nevralgias dentárias, gastralgias, cólicas uterinas, em estados dismenorréicos, e para corrigir 'os estragos da idade' (como afrodisíaco)" (HENMAN, 1986, p.31-34).

Esses dados parecem apontar para o fato de que a maior ou menor tolerância em relação a uma droga ou outra muitas vezes é também fruto da legalidade ou ilegalidade do produto que, faz ou não parte de um pacto social, entre os indivíduos que formam uma sociedade. A maconha, droga ilícita, na medida em que é consumida por amplas camadas da população, e dado ao tipo de percepção da realidade que acompanha seu uso, acaba constituindo uma ameaça ainda que os níveis de consumo da droga entre nós sejam bem inferiores ao constatados em países desenvolvidos. Sabe-se que percepção da realidade diferente gera uma relação com a realidade também diferente, ocasionando possibilidades novas (SABINA, 1985, p.15). E quanto ao alcoolismo, que como já dissemos constitui um dos mais sérios problemas de saúde pública em muitos países, sua prática é absolvida, na medida em que a droga é legal, seu comércio é incorporado à economia formal, gerando lucros importantes. O critério na decisão de absorver o álcool parece ser muito mais de ordem política, legal, do que da ordem da saúde. E nesse sentido, o incentivo à uma luta antidroga ilícita pode ser "um pretexto para reforçar a repressão social: aparato repressivo, importante e exaltação do homem normal, racional, consciente, adaptado" (HENMAN, 1986, p.32) ao mesmo tempo em que "no fundo não se procura solucionar um problema de saúde pública, e sim assegurar a representação de

uma 'verdade' científica, monolítica e intolerante, que ao mesmo tempo reflete e justifica o autoritarismo da estrutura política num plano maior" (HENMAN, 1986, p.109).

O uso da maconha visto como distanciado no tempo, neste texto, ao mesmo tempo em que há referência a seu uso explosivo nos dias atuais, afasta educando-educador, criando barreiras, discriminando usuários. O autor parece ignorar a nossa própria história. Há relatos que contam que a maconha entrou no Brasil com os negros escravos vindos de Angola. Gilberto Freyre fala da conivência dos senhores de engenho diante do plantio, em meio aos canaviais, e o uso pelos escravos, como forma de garantir sua tranquilidade (HENMAN, 1986, p.56).

Na medida em que associamos toxicomania e criminalidade, na medida em que nos referimos à "feitiçaria" do uso de drogas ilícitas, vamos construindo um sistema de acusação, conforme descrição de Gilberto Velho (1981), no qual o "drogado" é identificado de início ao doente mental, e em seguida ao criminoso, feiticeiro, ameaçando a manutenção do status quo, numa relação que induz à discriminação, na medida da impossibilidade de conviver com a diferença.

No nosso entender, o discurso preventivo autoritário do uso de drogas praticado neste texto-base "opta pela tendência que sem dúvida nenhuma é mais fácil em pedagogia: mantém um discurso acerca do problema ao invés de se dedicar a ensinar aos jovens a porem em bom funcionamento sua própria máquina de pensar", muito pouco preocupados com a pessoa do toxicômano, em

suas relações com o produto (BERGERET, 1983, p.97-99). Pouco preocupado em desenvolver a capacidade crítica dos jovens que poderia possibilitar escolhas adequadas, desde que tenhamos a coragem de apostar no imprevisível das respostas que possam surgir. O discurso do texto-base opta por adestrar os jovens (grifo nosso) através de quatro fases: definição do problema/conflito; enumeração das escolhas disponíveis; exame das consequências de cada linha de ação; determinação da solução mais satisfatória. Essa escolha, nos parece, ter a ver com "a idéia de disciplina do comportamento e do próprio pensamento, assentada nas noções de ordem e regularidade, e com uma noção muito precisa: a da possibilidade e previsibilidade dos comportamentos. Dessa maneira, ressalta-se a noção de que a ordenação exclui, necessariamente, a dimensão humana da experiência". O discurso deste texto se apresenta "como uma absolutização do que assim é, impossibilitando pensar ou desejar um mundo diferente, numa proposta pedagógica de normalização dos indivíduos" (BERGERET, 1983, p.82-83). As quatro fases descritas acima, são relatadas, como garantia de sucesso do modelo preventivo, "afinal o que precisamos é de técnicas adequadas para obter os resultados almejados" (CHARBONNEAU, 1988, p.34). Parecem "re^uceitas", deixando de lado o essencial em matéria de orientação sobre o uso de drogas e a drogadicção: "a necessidade de uma reflexão em comum entre educador-educando, através de debates com argumentos sólidos (baseados em vivências, realidades afetivas) e capazes de provocar reexames, sem todavia impor, do exterior, uma escolha qualquer à originalidade de quem quer que seja" (BERGERET, 1983, p.101).

O discurso preventivo autoritário, reconhece que a tática do medo é contraproducente, mas insiste em compor um clima de terror inflingido por aqueles que usam/abusam de drogas e um clima de pânico entre aqueles que podem ser envolvidos "até pelos amigos", considerados pelo texto como "iniciadores perigosos". Essa postura ignora por um lado que entre usuários que mantêm uso controlado da droga, as informações são passadas de forma a garantir a manutenção do uso do produto, sem maiores riscos. Essa postura ignora também que "a personalidade do toxicômano grave joga uma 'roleta russa' com a vida, com a morte, daí como pensar que argumentos de tal natureza possam ter algum peso sobre esse gênero de personalidades, afora aquele de acentuar a atração masoquista do risco, e mesmo da morte?" (BERGERET, 1983, p.100).

O discurso preventivo autoritário do uso de drogas e da drogadicção, deste texto-base, corresponde, na classificação de NOWLIS (1975) ao modelo jurídico moral, e na classificação de KOMBLIT (1988) ao modelo ético-jurídico, centralizado na substância e na necessidade de se fazer cumprir a lei. KORNBLIT identifica esse modelo como típico dos anos 60 e hoje mais do que avaliado e ultrapassado pelos seus efeitos negativos. No entanto, bem recentemente, o texto foi publicado, com uma aura de modernidade, e conseguindo mesmo ser recomendado por órgãos normativos do assunto (CONFEN e CONEN-SP).

O segundo texto que nos parece representativo do modelo preventivo autoritário do uso de drogas e da drogadicção é de

autoria do Departamento de Educação dos EUA. Publicado recentemente (1987), sua importância advém para nós, do fato de ser distribuído como manual básico de prevenção para a Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro e para as instituições voltadas para a prevenção e o tratamento da drogadicção, em nosso país (segundo informação obtida no Consulado Americano no Rio de Janeiro).

Trata-se de um manual dirigido a pais, educadores e líderes comunitários. Na medida em que parte de uma situação de consumo de drogas tipicamente americana, sua tradução e aplicação, em nosso país, com uma situação de consumo de drogas diversa, fica comprometida de antemão.

Como no texto anterior, o contexto sôcio-cultural é caracterizado "por um clima de guerra contra as drogas" onde o "inimigo" deve ser identificado e "detido" para que alcancemos "a vitória" e volte "a paz".

As drogas visadas são tanto as lícitas (barbitúricos, tranquilizantes, codeínicos), como as ilícitas (maconha, cocaína, o crack, LSD, mescalina, PCP/pílula da paz), e as drogas de uso ilícito (anfetaminas e diversos inalantes). O uso delas "é errado, perigoso e não será tolerado" (BENNET, 1985, p.11). "Em relação às drogas ilegais, "não existe algo como um uso seguro ou responsável" (BENNET, 1985, p.3). Trata-se de um "perigo que ameaça toda a nação" diante do qual aconselha-se "ser duro" não tolerante nem à primeira experiência". O uso da maconha é considerado perigoso porque a partir dela começaria a escalada

para outras drogas, não havendo possibilidade de uso controlado. O uso de drogas é caracterizado como prejudicial porque mina a autodisciplina. Apesar da referência às drogas lícitas (algumas, nenhum lugar de destaque para drogas tipo tabaco, álcool) todo discurso é voltado para o combate ao uso de drogas ilícitas, que "ameaçam o sistema", "levam à destruição das propriedades e à desordem nas salas de aula" (BENNET, 1985, p.10).

São sugeridas normas de ação para os pais, para as escolas e para as comunidades. Quanto às atividades a serem desenvolvidas pela Escola recomenda-se: "a polícia e os tribunais devem ter relações bem firmadas e mutuamente apoiadoras com as escolas (BENNET, 1987, p.ix). Todas as atividades devem se voltar para o objetivo de se fazer cumprir a lei, daí a ênfase no uso de drogas ilícitas, num combate em que polícia e educadores atuam irmanados.

Às escolas recomenda-se um amplo currículo de prevenção ao uso de drogas desde o jardim de infância até o final do 2º grau, ensinando que "o uso de drogas é danoso e errado, apoiando e fortalecendo a resistência às drogas" (BENNET, 1987, p.ix). Após o exame da situação, para avaliar o grau de consumo, sugerem-se "fortes ações corretivas" que busquem "a eliminação das drogas nas dependências escolares e nas funções escolares" (BENNET, 1987, p.ix). O programa é de tal maneira voltado para "combater drogas, afirmar o império da lei" que até se esquece que no meio do caminho existem indivíduos, correndo-se o risco portanto, como veremos mais adiante, de eliminar drogas e indivi

duos igualmente. Aconselha-se uma política e um programa integrado anti-drogas onde escolas, pais, autoridades aplicadoras da lei (polícia e juizes), organizações de tratamento e grupos privados trabalhem juntos, não havendo diferenças entre as funções das diversas instâncias.

Desde a avaliação do grau de consumo de drogas pelos alunos, já se aconselha apoiar-se "nas autoridades aplicadoras da lei". O pessoal escolar deve ser reunido e convocado a descobrir as áreas onde as drogas são vendidas e usadas. Sugere-se reuniões com os pais, para que fiquem ao par do nível de consumo; sugere-se a elaboração de registros de uso e venda de drogas na escola para possibilitar avaliação dos programas preventivos sendo que esta avaliação deve ser divulgada para toda a comunidade. (BENNET, 1985, p.19).

Em segundo lugar vem as "fortes medidas corretivas" que devem se aplicar "tanto aos alunos quanto ao pessoal escolar", que faça "uso, posse ou venda de drogas". Essas medidas devem ser aplicadas em duas fases: na primeira, reúnem-se representantes da Escola, pais e o aluno transgressor; o aluno deve reconhecer o uso de drogas pelo qual é acusado tendo o direito de se defender (com testemunhas que provem o contrário); na segunda fase "o aluno deve concordar em não usar drogas, e em participar de um aconselhamento sobre drogas ou de um programa de reabilitação - suspensão, transferência, detenção após o horário escolar ou aos sábados, estreita vigilância e exigência de deveres acadêmicos - entrega do caso a um especialista e notificação à polícia" (BENNET, 1985, p.21).

O manual aconselha uma atitude de vigilância em relação aos jovens: "deve-se vigiar suas atividades" (BENNET, 1985, p. 15). São considerados como sinais de uso de drogas: "a posse de cachimbos, papel para cigarros, frascos descongestionantes ou pequenos maçaricos de butano; plantas peculiares, sementes ou folhas nos cinzeiros, nos bolsos; odor de drogas, cheiro de incenso e de outros aromas de 'encobrimento'. Posse de revistas ou slogans relacionados com drogas nas roupas, conversas e brincadeiras que se preocupem com drogas, hostilidade na discussão sobre drogas. Indiferença para com a higiene e a aparência, dificuldade de concentração, lapsos de memória, fraca coordenação física, fala indistinta ou incoerente. Mal aproveitamento escolar. Mudanças de comportamento (mentiras, furtos, fraudes; mudança de amigos; posse de grande volume de dinheiro; redução de motivação na escola e fora da escola)", são alguns dos considerados "sinais de uso de drogas" (BENNET, 1985, p.16). Nos parece que esses sinais-suspeitas podem valer para uso de drogas e outros "usos" que queiramos imaginar desde problemas envolvendo a saúde física e mental do indivíduo, problemas fonoaudiológicos, desajustes em geral característicos da adolescência, reflexos de currículos mal adaptados, e outros.

Mas a simples identificação não resolve o "grave problema" e então o manual aconselha: da suspeita passa-se a discutir o problema de forma objetiva com o jovem (BENNET, 1985, p. 17). No caso de transgressão reincidente aconselha-se "expulsão, ação legal e encaminhamento a tratamento" (BENNET, 1985, p.21). Nos chamou atenção neste manual, a parte de "execução

da política antidrogas nas escolas" que aconselha que a Escola chame pessoal de segurança para vigiar os alunos, que a Escola proceda a "buscas periódicas nas gavetas e mochilas dos alunos" (BENNET, 1985, p.23) e que sejam feitas "varreduras de corredores em meio aos períodos de aula" (BENNET, 1985, p. 28). Qualquer busca até mesmo nos vãos das escadas deve ser consentida desde que haja "fundamentos razoáveis para se acreditar que o aluno violou ou está violando a lei ou as normas da escola" (BENNET, 1985, p.24). As "razões razoáveis" a que se refere o texto, nos parecem subjetivas e vagas. No próprio manual registra-se, felizmente, "a preocupação da Corte Suprema dos EUA, a partir de 1985, no que se refere a apreensões e buscas nas escolas públicas, e muito tem-se discutido no sentido de se evitar desmandos" (BENNET, 1985, p.52).

Não são reconhecidos os diferentes níveis de consumo: primeiras experiências, uso ocasional, consumo regular, dependência (NOWLIS, 1975, p.159). O uso é identificado como abuso. E o reconhecimento dos diferentes níveis de consumo já é considerado, segundo o programa proposto, como atitude pró-droga (BENNET, 1985, p.26).

O autoritarismo da proposta é tamanho que são consentidas "revistas nos alunos desde que vestidos; revistas, sem roupa, são consideradas como invasão de alto grau de intrusão na privacidade dos alunos e vistas com desagrado pelos tribunais" (BENNET, 1985, p.53). É sugerido, em caso de problemas sérios de drogas na Escola, o uso de "cães amestrados para farejamento de alunos desde que não individualmente, para constatar se

hã uso de drogas" (BENNET, 1985, p.54). Medidas tão rigorosas, a nosso ver, alêm do autoritarismo evidente da proposta, tem relaçaõ com um alto consumo de drogas entre estudantes o que parece ser verdade, nos EUA, segundo constataçaõ de Morgado (indicando 36% - de taxa qualquer consumo de drogas ilĩcitas em 1970, MORGADO, 1983, p.171). No nosso paĩs, o consumo parece bem menor: nã dispomos de dados nacionais, mas o mesmo autor se refere a um consumo de 15,89% de qualquer droga ilĩcita em 1973-1974, em Belo Horizonte e algumas cidades mineiras, pesquisa realizada entre estudantes universitãrios e secundaristas. Neste manual se aponta para um alto consumo de maconha nos EUA, o que ẽ comprovado por Morgado: segundo tabelas apresentadas por este autor, o consumo nacional de maconha nos EUA, em 1979, ẽ de 60,4%. No Brasil-Sã Paulo, o autor se refere a um ĩndice de 1,84% para qualquer tipo de consumo de maconha, em 1978 (MORGADO, 1983, p.172). O mesmo autor se refere a um alto consumo de drogas ilĩcitas nos EUA assim como um alto consumo ilĩcito de medicamentos do recituãrio mẽdico (MORGADO, 1983, p.177). No que diz respeito ã nossa realidade brasileira, o consumo de drogas entre estudantes, em 1977/78, Sã Paulo, se distribui da seguinte forma: tranquilizantes (21,9%), estimulantes (16,9%), anorexĩgenos (16,1%), hipnõticos (9,5%), entre as drogas do recituãrio mẽdico; e ainda, maconha (9,3%), LSD (2,5%), cocaĩna (1,6%), opiãceos (0,9%). A distãncia que separa os ĩndices de consumo entre os dois paĩses, ainda que nã tenhamos dados relativos a um consumo nacional, deve corresponder, nos parece, a diferenças entre programas preventivos da drogadicçaõ, nos EUA e no Brasil.

Por outro lado, medidas preventivas tão rigorosas do uso de drogas e da drogadicção evidenciam, ao que tudo indica, a incorporação do discurso legal-policial ao discurso educativo, o que não nos parece recomendável. Não seria demais lembrar que a cooperação entre pessoal de educação/saúde e agentes da polícia e área jurídica não se justifica, na medida em que cabe aos primeiros orientar, tratar, e aos segundos sancionar (OLIEVENSTEIN, s.d., p.12).

Os dois modelos de discurso sobre o uso de drogas e sobre a drogadicção apresentados nos parecem exemplificar corretamente o modelo preventivo autoritário. Em ambos encontramos as características apontadas por M.O. Pey quando se refere ao discurso pedagógico tradicional que, no nosso entender, serve de pano de fundo às práticas realizadas em alguns programas preventivos: a locução da Escola é impermeável aos ouvintes; o objetivo da locução esgota-se em transmitir e determina o silêncio do ouvinte pela imposição de um único sentido (não existe uso controlado, uso possível, qualquer uso é considerado abuso); não há reversibilidade de interlocução; o objeto do conhecimento é mistificado e mitificado, é ideologizado em nome de um saber científico, saber dominante que é apresentado como expressão completa, pronta e inteira do real (PEY, 1988, p.23). Um discurso preventivo do uso de drogas e da drogadicção, nesses termos, estabelece barreiras entre educador-educando, não permite uma aproximação real do objeto do conhecimento, exige do aluno uma reprodução mecânica de regras (PEY, 1988, p.26). Daí, que num país como o nosso, onde historicamente houve desenvolvi

mento de uma sociedade autoritária, havendo forte tendência a que a Escola reproduza mecanismos autoritários em suas relações, mais uma vez fica patente a importância de se refletir sobre os pressupostos ideológicos em que se baseiam tais propostas preventivas, para que o educador não assuma, e o educando não se envolva em relações pouco comprometidas com um estudo mais rigoroso do uso de drogas e da drogadicção.

2.2 – O discurso preventivo de interpretação de texto

Como exemplo do segundo modelo preventivo do uso de drogas e da drogadicção, correspondente ao discurso pedagógico da cópia, da repetição de um conhecimento dado, da interpretação de texto (PEY, 1988, p.19), identificamos a proposta do "Curso Básico sobre substâncias tóxicas – Ciência e Saúde" (CHAVES e MENNA BARRETO, s.d.). Este texto é importante, a nosso ver, na medida em que foi sugerido e utilizado durante treinamento de professores da rede estadual, como texto-base no quadro do Programa Educativo de Prevenção ao Uso de Tóxicos, promovido pela Secretaria Estadual de Educação e Cultura do Rio de Janeiro, no período de 1981-1982.

Nesse Programa foram definidos os objetivos de fornecer ensinamentos "referentes às substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, nos cursos de formação de professores, a fim de promover a transmissão de conhecimentos relativos ao tema, em bases científicas, através dos currículos do 1º Grau, na área da disciplina de Ciências; em segundo lugar foi definido o objetivo de divulgar a Lei Federal 6368

sobre substâncias tóxicas (S.E.E.C./RJ, 1985, p.3). Este modelo preventivo constitui uma forma de fazer cumprir o disposto na Lei.

No primeiro momento de realização, este Programa reuniu 60 professores de Ciências, Biologia e do Curso de Formação de Professores do 1º Grau, representando 48 Escolas Públicas do Rio de Janeiro. Com esse grupo, foi realizado um treinamento intensivo de uma semana, buscando, além dos objetivos acima citados, "prevenir o consumo de substâncias tóxicas pela população, formar atitudes e promover a adoção de comportamentos adequados em relação ao problema, aumentando a responsabilidade individual em relação à própria saúde e desenvolvendo a auto-disciplina" (SEEC/RJ, 1985, p.4).

Na segunda fase deste Programa, os professores já treinados repassaram seus conhecimentos para os demais professores de Ciências e Biologia, das Escolas envolvidas no Programa. Os objetivos permaneceram os mesmos e foi feita a distribuição do "Curso Básico". Ficou estabelecido, nessa época, que os casos de atendimento/recuperação de alunos que usassem drogas seriam resolvidos pela Secretaria Estadual de Saúde que também deveria orientar os professores quanto a aspectos médico-preventivo-terapêuticos, no encaminhamento de casos.

Quando foi feita a avaliação do Programa, foram constatados alguns problemas: falta de material didático (nem todas as Escolas receberam o "Curso Básico"); os professores ainda se sentiam inseguros para abordar o tema com seus alunos; poucos

professores participaram da segunda fase do treinamento, não tendo havido integração do Serviço de Orientação Educacional (SOE). As reuniões se tornaram raras, e houve pouca unidade entre a equipe coordenadora dos trabalhos. Em 1982, constta tou-se a "total estagnação do Programa, talvez pela falta de consciência do significado deste trabalho" (SEEC/RJ, 1985, p.8).

Nesse quadro portanto é que se deu a utilização do "Curso Básico". Calcado nos objetivos definidos pelo Programa Educativo da SEEC/RJ, este manual define a importância do cumprimento da Lei 6368 sobre substâncias tóxicas. "A escola deve se preparar para tal", "todos devem participar", "se possível a Escola convidará pessoas realmente entendidas no assunto, mé dicos, psicólogos e outras, para fazerem palestras para os professores". "Apesar da Lei sugerir a inclusão do assunto na disciplina de Ciências, os mestres das demais áreas também devem participar". "A parte de legislação ficará com o professor de Moral e Cívica", "professores de Língua Portuguesa, Ciências Sociais e Orientadores Educacionais poderão colaborar também". A Escola caberá, segundo os autores "fornecer informação sobre os tóxicos, e é importante que a escola procure estimular atividades extra-classes, promovendo campeonatos esportivos, conursos literários, jogos florais, enfim o que quer que proporcione aos alunos formas saudáveis de empregar o tempo, já que o ócio é um dos motivos que levam os jovens a fazer uso de drogas" (CHAVES e MENNA BARRETO, Manual do Professor, s.d. p.5), o grifo é nosso.

É sugerido aos professores valorizar a saúde "pois são quem lhe dá valor é capaz de dar importância aos perigos que o uso de drogas oferece". Alertar sobre os perigos da automedicação, "propor formas saudáveis de ocupar o tempo", "desenvolver o espírito crítico dos alunos" no sentido de levá-los a "solucionar de forma inteligente os problemas do dia-a-dia" (CHAVES e MENNA BARRETO, Manual do Professor, s.d., p.7).

A proposta defendida no programa do Livro I parece se inspirar, por momentos, na "tendência européia" de programas de educação para a saúde, abordando o uso de drogas como uma questão entre outras questões.

Os autores reconhecem que a "falta de tempo" será um problema que os professores terão que enfrentar e, nesse sentido, se sugere que "se dê prioridade às atividades que desenvolvam o espírito crítico dos alunos". Sugerem também que "todas as atividades sejam planejadas e executadas por todos (palestras, campanhas, entrevistas)" (CHAVES e MENNA BARRETO, Manual do Professor, s.d. p.7).

Os temas propostos no Livro I são os usuais, em se tratando de programas de educação para a saúde: a função dos cinco sentidos; a necessidade de se proteger a saúde/os inimigos da saúde (poluições, plantas venenosas, álcool, tabaco); "a ação desenvolvida pela ciência e pela tecnologia em defesa de nossa saúde"; as drogas legais que, com indicação médica, são boas, e as drogas legais como o álcool/tabaco que são nocivas à saúde. No final, o texto aconselha cuidado na escolha dos amigos,

aconselha a desconfiar dos estranhos, e incentiva a responsabilidade individual pela saúde.

O programa do Livro II, voltado para alunos do segundo segmento do 1º Grau, parece se inspirar na "tendência americana" de programas preventivos diretamente centralizados nas drogas. Os objetivos são quase os mesmos: valorizar a saúde como forma de dizer não às drogas (forma de preservar a saúde), mostrar os perigos da auto-medicação; oferecer informações científicas sobre as drogas, e as desvantagens do seu uso; desenvolver espírito crítico para tornar os alunos capazes de solucionar seus problemas de forma inteligente (CHAVES e MENNA BARRETO, Manual do Professor, s.d. p.25). Aos professores se recomenda "muita leitura, como forma de adquirir segurança".

Os temas propostos visam diretamente as drogas: funcionamento do Sistema Nervoso Central para que entendamos a ação das drogas no organismo; classificação das drogas que "abaixam ou reduzem a atividade mental (narcóticos, barbitúricos, tranquilizantes, álcool), que elevam ou aumentam a atividade mental (cocaína, anfetaminas, antidepressivos), que produzem desvios e distorções da atividade mental (LSD, mescalina e maconha)" (CHAVES e MENNA BARRETO, Livro II, s.d., p.15). Encerrando o seu programa, nesse Livro II os autores se referem ao "perigo das drogas", entendidas aí como as ilegais "não se pode adivinhar a reação que terão no nosso organismo, não se pode garantir a qualidade do produto já que o comércio é ilegal; estamos sempre ameaçados pelo traficante que, a qualquer momento, pode nos

denunciar à família, à polícia, estamos sujeitos à prisão eventual, e à perda da saúde". É colocado também, a necessidade "do combate às drogas" através de convenções internacionais e da Lei Federal 6368.

A proposta pedagógica explicitada no Manual do Professor, é baseada na "informação", na "noção de certo/errado", na "leitura silenciosa do texto dado e verificação da compreensão", na "leitura oral para fixação do texto dado". É incentivada a "pesquisa" e a confecção de murais e cartazes, assim como a elaboração de redações escritas: "as pessoas em quem confio", "meu melhor amigo", no Livro I. São sugeridas campanhas a serem organizadas pelos alunos sob orientação do professor; "a necessidade de se convidar especialistas - médicos - para falar, fazer palestras de esclarecimento" (CHAVES e MENNA BARRETO, Manual do Professor, s.d., p.16 e 29).

O contexto sócio-cultural é descrito como um espaço onde "o governo se esforça para manter a saúde do povo no que diz respeito aos aspectos físicos, através de campanhas de vacinação e de leis contra a poluição; os aspectos mentais através da Lei do Silêncio, e do atendimento nos hospitais e ambulatórios para tratamento psiquiátrico); aos aspectos sociais através da Lei da Economia Popular que proíbe a venda de produtos estragados, das Leis Trabalhistas que regulam as relações entre patrões e empregados; e das Leis do Inquilinato entre proprietários e inquilinos". A sociedade é apresentada como um mundo harmonioso ou pelo menos controlado nas suas disfunções e, para

maior garantia, é preciso fortalecer a responsabilidade individual neste projeto nacional: às crianças cabe "desenvolver hábitos de higiene" (CHAVES e MENNA BARRETO, Livro I, s.d. p.12). Nesse contexto sócio-cultural conforme descrição dos autores, os medicamentos são vendidos em três grupos: livremente (vitaminas e analgésicos), com receita médica (antibióticos, antialérgicos, xaropes contra a tosse), com receita médica, esta ficando retida na farmácia (remédios para a insônia, remédios para emagrecer)" (CHAVES e MENNA BARRETO, Livro I, s.d. p.15). Os autores se esquecem que a teoria na prática é outra, e a dificuldade que a DIMED tem tido para controlar a venda de certos medicamentos como por exemplo os xaropes antitussígenos, à base de codeína. E, como as farmácias em geral vendem sem grande exigências, medicamentos que vem com a recomendação "venda sob prescrição médica".

O discurso pedagógico que transparece nesse programa preventivo do uso de drogas e da drogadicção é, caracterizadamente, baseado na interpretação de texto, na cópia, baseado que é na leitura (silenciosa/oral) de um texto dado e na verificação de sua compreensão. Dessa forma, o saber só pode ter um único sentido e os papéis são pré-fixados: caberá ao professor ser porta voz do conhecimento dado e caberá ao aluno repetir esse conhecimento (PEY, 1988, p.19). Segundo o texto desse programa, o professor deve "ler muito" para "se sentir seguro" (CHAVES e MENNA BARRETO, Manual do Professor, s.d. p.7 e 25), podendo assim esclarecer de forma eficiente as dúvidas de seus alunos. A imaginação do aluno quase não é estimulada: encontramos uma exceção

quando se sugere que alunos confeccionem cartazes e murais pa
campanhas contra o fumo (CHAVES e MENNA BARRETO, Manual do Professor,
s.d. p.16 e 29). A elaboração de composições escritas, que pode
riam sem dúvida contribuir para o desenvolvimento da criativi
dade e expressão do aluno, aparece em dois momentos com uma abor
dagem ideológica comprometedora e após a leitura do texto da
do: "as pessoas em quem confio" e "meu melhor amigo" (CHAVES e
MENNA BARRETO, Manual do Professor, s.d. p.11 e 21), são os títulos das
composições propostas no Livro I, destinado às crianças do 1º
segmento do 1º Grau. No Livro II não encontramos mais a suges
tão de elaboração de composições escritas pelos alunos.

Mas até que ponto o princípio da determinação das pala
vras pode garantir a firmeza, a permanência dos significados?
Valorizar a saúde "porque são quem lhe dá valor é capaz de dar
importância aos perigos que o uso de drogas oferece?" E o que
fazemos da "cultura da droga", desse repassar de informações
sobre uso/efeitos das drogas entre usuários, que dessa forma
buscam criar mecanismos informais de uso controlado (e as pes
quisas estão mostrando que em relação a maconha, por exemplo,
isso é possível)? Como absolver o incentivo ao álcool justifi
cado pela 'legalidade' dessa droga? Na medida em que o uso do
álcool está muito enraizado na sociedade seria melhor evitar
medidas de controle "que poderiam provocar reações violentas e
desastrosas como aconteceu durante a Lei Sêca" (CHAVES e MENNA BAR
RETO, Livro II, s.d. p.16). Mas existem outras drogas - ilegais -
a maconha, cujo uso também está enraizado na nossa cultura, e
no entanto o tratamento da questão é diferente. Será que essa

absolvição do álcool não está relacionada com os lucros advindos da venda das bebidas alcoólicas, drogas legais, mercadorias integradas à economia formal?

As técnicas pedagógicas sugeridas no sentido de alcançar os objetivos propostos se assemelham a propostas behavioristas: formar atitudes, promover comportamentos adequados, identificar na responsabilidade individual a garantia de sucesso, noção de acerto e erro, "condicionando a criança ao discernimento indispensável" (CHAVES e MENNA BARRETO, Manual do Professor, s.d. p.3).

O texto avança em relação ao Programa Educativo proposto pela SEEC/RJ que se limitava a envolver professores de determinadas disciplinas consideradas afins da questão das drogas (biologia, ciências, por exemplo). No "Curso Básico" a preocupação é de um programa que envolva todos os professores. E isso evidencia a compreensão de que o aluno quando precisa de ajuda no caso de problemas com uso de drogas, jamais definirá sua escolha apenas em função da competência técnica do professor, predominando, a nosso ver, o envolvimento afetivo na relação com o professor.

A semelhança com a "tendência européia" de programas de educação para a saúde inespecíficos, sendo a droga abordada indiretamente, fato identificado no Livro I, nos parece ter sido uma escolha mais em função da idade dos alunos a que se dirige (1º segmento do 1º Grau) do que o resultado de uma proposta teórica, considerada mais eficaz. No Livro II, dirigido aos alu

nos do 2º segmento do 1º grau, a proposta é diretamente focalizada nas drogas e seus efeitos e na Lei 6368. Nos parece que a escolha dos temas do Livro I e II se deu no sentido da adequação à capacidade cognitiva, correspondente a cada faixa etária, e não como resultado da escolha de um modelo teórico de prevenção.

Como último objetivo, esse programa propõe "o desenvolvimento do espírito crítico dos alunos" e propõe mesmo "prioridade para as atividades a este item relacionadas" (CHAVES e MENNA BARRETO, Manual do Professor, s.d. p.7 e 25). Será possível alcançar esse objetivo, com a determinação de um texto pré-estabelecido, tão inteiramente delineado? Por que esta proposta tem tanto receio das horas de lazer? ("o ócio é propício ao uso de drogas", CHAVES e MENNA BARRETO, Manual do Professor, s.d. p.7). A nosso ver, lazer se identifica com espaço para criatividade, e há pouco espaço de lazer numa sociedade organizada para a produtividade, onde o lazer é identificado ao consumo. Mas se o conhecimento já é dado, se o professor deve se limitar a ser porta voz desse conhecimento, se ao aluno cabe apenas repetir, se o ócio, o lazer é considerado como perigoso, haverá espaço para a criatividade nesse programa preventivo?

Seria interessante assinalar que na classificação de NOWLIS (1975) o "Curso Básico" teria sua proposta identificada ao modelo jurídico-moral. Na classificação de KORNBLIT (1988), corresponderia ao modelo ético-jurídico. Ambas definem o conteúdo do modelo em função das posições assumidas através do discurso diante das variáveis droga-indivíduo-contexto sócio-cultural. No

modelo de programa preventivo do "Curso Básico" é clara a predominância na abordagem da variável droga associada à questão legal, essa última sendo a garantia de manutenção do momento sócio-cultural que deve ser mantido, sem discussões.

Como segundo modelo preventivo do uso de drogas e da drogadicção - na sua forma de interpretação de texto, cópia - tentaremos analisar a proposta pedagógica explicitada no manual "Como conduzir a educação preventiva" (MEDEIROS, 1987), editado pelo Ministério da Justiça/Conselho Federal de Entorpecentes/Ministério do Exército.

É importante assinalar que, não se trata a nosso ver, de um discurso preventivo tão caracterizadamente fechado em torno da cópia, da interpretação de texto, como o anterior aqui descrito. Sua inserção nesse modelo se deve a uma tendência metodológica que observamos no sentido de adequar o indivíduo a determinados comportamentos, estabelecendo uma relação que pode conduzir o educador à condição de porta voz de um conhecimento dado, e o educando à condição de repetidor.

Notamos a preocupação da autora em situar historicamente a prevenção, e a evolução das propostas preventivas do uso de drogas e da drogadicção. A autora se refere ao fato de que, uma vez constatada a insuficiência da ação da repressão e da fiscalização como formas de controle do uso e abuso de drogas, a UNESCO, a partir de 1970, passa a promover encontros e discussões sobre o tema, tentando dinamizar a prevenção no âmbito da educação das ciências sociais e dos meios de comunicação. Es

sa mesma preocupação de avançar em função das avaliações das atividades já realizadas se manifesta quando a autora se refere à "importância de pessoal capacitado e atualizado", "recursos humanos como ponto chave do trabalho" (MEDEIROS, 1987, p.6) e ainda, "necessidade de trabalho profissional especializado", "fazer a educação preventiva sem amadorismo ou improvisação" (MEDEIROS, 1987, p.8), buscando realizar um trabalho mais cuidadoso.

A proposta pedagógica apresentada neste manual se assemelha ao modelo psico-social abrangente proposto por NOWLIS (1975) na medida em que faz a crítica à orientação em que predomina "o lado moral e religioso do uso indevido, recorrendo a exortações, atemorizações, ameaças e outros apelos dramáticos" (MEDEIROS, 1987, p.4), orientação que se mostrou ineficaz (MEDEIROS, 1987, p.5). Uma vez descartada essa orientação, a autora define as bases de sua proposta: considerar as três variáveis que intervêm na drogadicção ou sejam, droga-indivíduo-contexto sócio-cultural. Para realizar esta proposta a autora sugere uma série de estratégias algumas das quais constituem, indiscutivelmente, um avanço em relação aos modelos exemplificados até agora. Partindo da definição de que droga é "qualquer substância química natural ou sintética que, introduzida no organismo vivo, modifica uma ou várias funções, em particular no sistema nervoso central", sugere: participação da comunidade (instituições, profissionais especializados) na prevenção primária, conjugações de esforços tanto na educação formal quanto na educação não formal lembrando que a educação sobre uso de drogas deve atingir todas as idades; entendimento que as ações preventivas devem

ultrapassar as necessidades puramente cognitivas cuidando da personalidade toda do educando" (MEDEIROS, 1987, vol. 3, p.5); tratar das causas do uso de drogas - insatisfações íntimas que clamam por atendimento, como as de afeto, aprovação social, segurança, autonomia, prestígio, etc."; perceber as diferenças entre os indivíduos e entender que "o aprendizado é um processo muito pessoal" (MEDEIROS, 1987, v. 3, p.6); "promover, desde a infância, a habilidade de criticar as informações recebidas, as pressões inflingidas, os incitamentos sofridos e os modelos oferecidos; habilidade em analisar as próprias motivações e as razões dos outros" (MEDEIROS, 1987, v.3, p.9). Entendendo que "a questão do uso indevido de drogas atinge toda a comunidade, atender prioritariamente jovens e crianças que constituem uma fração considerável da população" nos países como o nosso, e atender também "os que vivem em meio carente de outras opções e aqueles que vivem em ambiente permissivo, quando não de incitamento ao consumo de drogas" (MEDEIROS, 1987, v.3, p.10).

Neste modelo preventivo há o entendimento que toda questão ligada às drogas implica em aspectos ideológicos, filosóficos, antropológicos e éticos e, insiste-se na necessidade dos educadores atualizarem os próprios conhecimentos, a fim de não correr o risco de difundir noções ultrapassadas (MEDEIROS, 1987, v.3, p.6).

Essas premissas, sem dúvida, não são avançam em relação aos modelos preventivos anteriores como abrem, em princípio, espaço para modelos preventivos alternativos da drogadicção. No

entanto, nos parece, a proposta se compromete na metodologia em que se apoia: ainda que se aproximando do modelo preventivo psico-social abrangente descrito por NOWLIS (1975), é colocada uma proposta metodológica de "sensibilizar a opinião pública, mediante campanhas de informação sobre os efeitos das drogas e as sanções correspondentes ao seu emprego indevido, a fim de debelar os problemas existentes e evitar o surgimento de outros correlatos" (MEDEIROS, 1987, v.3, p.4). Esta estratégia já experimentada no passado da educação preventiva, e que a autora declara que deve ser mantida, nos remete ao modelo jurídico-moral referido por NOWLIS, ainda que sem dúvida nenhuma despedido das exortações dramáticas de que vinha acompanhado, mas ainda centralizado na droga e seus efeitos e nos aspectos legais do uso, e não apenas no uso indevido: o uso da droga — ilícita e o uso indevido da droga lícita — são merecedores de sanção.

Outras estratégias são sugeridas nessa proposta preventiva: muitas vezes aparecem expressões como "formas construtivas de lidar com o usuário", "promover o crescimento saudável" (MEDEIROS, 1987, p.4), "gerar um clima social em que o desvio de drogas para fins não médicos ou não científicos, sequer despertasse interesses", "reconhecer o papel capital na conduta das crenças, emoções, motivações, escala de valores e atitudes" (MEDEIROS, 1987, p.5), "formar pessoas habituando-as a maneiras saudáveis de viver", "partir do pressuposto que cidadãos educados assim são irão empregar essas substâncias com propósitos adequados" (MEDEIROS, 1987, p.6), "entender que atitudes e valores são os

grandes alvos da educação porque são eles que regulam o comportamento... incorporando atitudes e valores de rejeição à droga" (MEDEIROS, 1987, p.7). A nosso ver, essas estratégias definem in diretamente o "texto" que depois será interpretado. Se promove mos um "clima social" que objetiva descartar o uso de drogas, exceção feita quando esse uso tem "fins médicos ou científicos", descartamos um pedaço da nossa história passada e futura. Afi nal o homem sempre usou drogas e continuará a fazê-lo por pra zer, para diminuir sua angústia, em rituais, e esses objetivos não se enquadram no campo do científico ou médico. Ao propor essa estratégia, acreditamos que a proposta pedagógica deste Manual incorre em aspectos característicos dos modelos preven tivos já superados historicamente, nos quais predominou o enfo que jurídico-moral, em alguns momentos havendo espaço para o modelo psico-social ou para o modelo sócio-cultural, mas em to dos presente uma abordagem de "cartas marcadas" na qual os ca minhos são muitos mas chega-se sempre no mesmo lugar: o lugar da adequação do sujeito a normas estabelecidas como verdadei ras, o lugar da rejeição ao uso de drogas. A proposta desse dis curso preventivo que, de início, se posiciona contra o abuso de drogas, e essa a nosso ver deve ser - a função e o limite da educação preventiva, no final se coloca contra o uso, na me dida em que "na rejeição à droga" teríamos "uma maneira sadia de viver".

A proposta metodológica é carregada de expressões como "promover crescimento saudável", "habituar as pessoas a mane ras saudáveis de viver", "cidadãos educados a sõ usarem drogas

com propósitos adequados", "regular comportamentos" no sentido de que "se possa prescindir de regras e fiscalizações externas porque estas teriam sido internalizadas". Expressões a nosso ver subjetivas e que comprometem os princípios colocados anteriormente. Nesse manual destinado ao professor, caberá ao professor a promoção desta adequação. Seria esta a função do professor, de maneira geral e especificamente no caso da prevenção da drogadicção, a de adequar os alunos às normas? Não haveria aí risco de uma certa noção de controle social sobre a população? Acreditamos que os princípios básicos deste programa ficam comprometidos pela metodologia que não é absolutamente neutra em suas intenções. O programa se compromete na medida em que propõe a rejeição ao uso de drogas. Teremos que internalizar regras e fiscalizações externas ou teremos que criar os mecanismos de uso controlado das drogas, de forma individual e coletiva, considerando que a grande questão permanece sendo a do abuso? Baudelaire, já se referia, no século passado, comentando a obra de Thomas de Quincey "O comedor de ópio", à possibilidade de uso controlado do ópio (BAUDELAIRE, 1972, p.165). Recentemente, Mac Rae relata experiências de uso da maconha por anos seguidos, numa pesquisa junto a camadas médias urbanas, que controlam seu uso (MAC RAE, 1988, p.4). Quanto a necessidade de internalizar regras e fiscalizações externas, acreditamos será um trabalho árduo, numa sociedade em que o discurso oficial sobre a questão das drogas é ambíguo; trata-se da mesma forma traficantes e usuários; combate-se o uso e o abuso de drogas mas cria-se o espaço e muitas vezes incentiva-se este consumo.

Em relação ao papel do professor, conforme é descrito nesse discurso preventivo, acreditamos que ele confirma o caminho que coloca a relação educador-educando nos limites da interpretação de texto. Cabe ao professor "fornecer informações corretas e adequadas, sugerir caminhos, fazer advertências, e mesmo dar conselhos, porém no final das contas cada pessoa é quem decide a própria vida" (MEDEIROS, 1987, p.9). Ao professor cabe ser porta voz de informações sobre drogas, seus efeitos, e sobre as sanções legais em caso de transgressão. Cabe ao educando ou vir, "internalizar regras e fiscalizações externas" como se fossem suas próprias, limitado à repetição. Claro que, numa certa medida, cada um decide sua própria vida, mas até que ponto por exemplo os "meninos de rua" estão decidindo sobre suas próprias vidas? Nos parece que esse discurso preventivo estabelece indiretamente as bases de uma relação pedagógica de adequação, impossibilitando uma relação dialógica entre educador-educando, e permanecendo nos marcos do modelo preventivo de interpretação de texto.

2.3 – O discurso preventivo "dialógico"

Identificamos na proposta do Projeto Previda, elaborada por Salete M. Vizzolto, algumas características que a aproximam do discurso "dialógico".

O conceito de discurso pedagógico dialógico é descrito por Maria Oly Pey como um discurso que se caracteriza por uma "pedagogia provocante, desafiadora, suscitando questões do lado

do professor e do aluno igualmente, fazendo a crítica do real, buscando identidade com a prática, num estudo rigoroso, comprometido com a transformação e, s^o no final chegando a uma sistematização que é coletiva" (PEY, 1988, p.29). Gadotti também se refere a características essenciais ao processo pedagógico atual: "a necessidade de ser autor, de construir caminhos, de participação na construção desses caminhos; a postura interrogativa substituindo a postura afirmativa, gerando afirmações problemáticas" (GADOTTI, 1983, p.43). O mesmo autor define o papel do educador partindo da compreensão do seu papel político, e de que a manutenção de uma pseudo neutralidade da educação diante das questões é omissão e corresponde a fazer a política da dominação, levando o educador a uma prática educativa contra o educando (GADOTTI, 1983, p.57).

A proposta de Salete Vizzolto coloca, de início, uma intenção de contribuir para que os educadores possam ser "mais do que simples repassadores de conhecimentos". Notamos sua preocupação em situar historicamente a prevenção, de analisar como as avaliações das atividades já desenvolvidas tem contribuído para reformular os encaminhamentos dados à questão. Teria havido uma primeira fase da prevenção caracterizada pela ação judicial ao uso e pela repressão ao tráfico de drogas. Após a guerra e diante do aumento do consumo de drogas, diante do fracasso das tentativas repressivas anteriores, passa a haver uma preocupação em mobilizar a educação como espaço de ações preventivas, através da Escola. A importância dessa instituição se explica porque "ela retém a clientela de maior risco, ou se

ja, as crianças, adolescentes e jovens". Começam então a ser desenvolvidas as propostas pedagógicas de prevenção, seja através dos programas curriculares, seja através de ações educativas mais amplas" (VIZZOLTO, 1987, p.57).

Acreditamos que essa proposta avança em relação às anteriores, na medida em que cria espaço real para que se dê o diálogo entre educador-aluno. Podemos constatar isso quando a autora faz a crítica da forma como vem sendo tratada a questão da informação relativa às drogas. No início teria predominado "a informação sobre o produto e seus efeitos como hipótese que esse conhecimento bastaria para dissuadir os jovens afastando-os da tentação de experimentar a droga" (VIZZOLTO, 1987, p.57). Em vista do aumento do consumo, concluiu-se que a informação apenas, pode aguçar a curiosidade e levar à experiência do uso, sendo mesmo contraproducente. O Projeto Previda sugere a "informação aliada a ações concretas com o objetivo de atuar sobre as causas e, tem por fim evitar o abuso e o uso indevido de drogas". A informação é concebida como investigação, como busca coletiva (VIZZOLTO, 1987, p.58). Nestes termos, nos parece que se abre o discurso preventivo, não sendo colocado a priori um comportamento ideal ou pré-estabelecido que se desejaria obter, mas apostando na originalidade de cada um.

O discurso dessa proposta parece bem delimitado em seus objetivos de evitar o abuso e o uso indevido de drogas, lícitas e ilícitas na medida em que são essas as situações que levam a auto-destruição. Não centrando combate no uso, a proposta pa

rece incorporar a noção histórica de que o uso de drogas sempre existiu e continuará existindo. Nos programas anteriores, reconhece-se o uso de drogas na história da humanidade, desde que esse uso fique relegado ao passado, porque no presente considera-se que o uso deve ser rejeitado. No Projeto Previda trata-se de evitar o abuso e o uso indevido porque esses é que "comprometem a saúde, a preservação, a construção e o sentido da vida" (VIZZOLTO, 1987, p.58).

Curioso notar que aparentemente algumas questões das propostas anteriores são recolocadas, mas na verdade o sentido não é o mesmo: fala-se da necessidade de "formar atitudes", que "os jovens formem um policiamento próprio" no sentido de "dizer não a tudo que prejudica sua saúde física, mental e emocional" (VIZZOLTO, 1987, p.58). A diferença em relação às propostas anteriores, é que nesse caso não se fala em "internalizar fiscalizações externas" mas sim de criar mecanismos "próprios" de controle aliados a uma "busca coletiva". As atitudes se formam a partir da "consciência da própria identidade, consciência política e consciência de classe, sendo os homens considerados enquanto seres históricos e que tem um papel a desempenhar na transformação do contexto sócio-cultural" (VIZZOLTO, 1987, p.63). Nas propostas anteriores, as atitudes se formavam a partir do fornecimento de informações científicas sobre o produto e seus efeitos no organismo, informações fornecidas pelos professores ou autoridade especializada, importando pouco a experiência individual.

Identificamos nesse Projeto, na forma como é colocada a questão do uso de drogas e de como devem ser encaminhadas as ações preventivas da drogadicção, um exemplo de discurso que se aproxima do discurso pedagógico dialógico de Maria Oly Pey, aplicado ao campo da prevenção da drogadicção, assumindo um compromisso político, para além da competência técnica que até então reduzia a relação educador-educando, a uma tecnologia pedagógica, "receitas" de como agir.

O papel que a Escola passa a representar através desse programa preventivo do abuso e do uso indevido de drogas é completamente outro, comprometido com a transformação. "A escola terá que mudar sua prática, de uma escola autoritária para uma escola democrática" (VIZZOLTO, 1987, p.59). A Escola terá que entender que se limitando a fornecer informações ficará distanciada dos alunos que recebem informações muito mais numerosas do lado de fora dos muros da escola. A autora coloca a necessidade de se passar de uma fase de informações "sobre o passado e sobre as realidades já acontecidas" para uma fase atual de informações "sobre o presente e a história a ser construída". A Escola terá que optar se permanece reproduzindo o sistema político-econômico mais geral voltado para a produção e o consumo o que parece "ter levado os alunos à frustração, ao vazio, com seus currículos que não motivam e que tolhem a criatividade e a participação" (VIZZOLTO, 1987, p.62), ou se opta por um modelo aberto, participativo, de incentivo a formação de associações e agremiações de pais, professores e estudantes, "havendo discussão de seus problemas, dificuldades, direitos, deveres" (VIZZOL

TO, 1987, p.63). A autora coloca claramente a "possibilidade da escola reverter o processo de alienação do jovem" na medida em que "advirta o aluno para os perigos de seu tempo: a dominação, a violência, os falsos valores, a dependência de drogas, os preconceitos, o capitalismo, para que consciente deles, ganhe força e coragem para lutar, ao invés de ser arrastado à perdição de seu próprio eu, submetido à prescrições alheias e aos modismos impostos pelos meios de comunicação social e pela manipulação de ideologias dominantes" (VIZZOLTO, 1987, p.63). A escola deve advertir o aluno sobre os perigos do seu tempo e não apenas sobre as sanções legais, em caso de transgressão, como notamos nos outros programas. Afinal qual seria o papel do professor?

Nesse programa preventivo o professor "tem um papel decisivo uma vez que influencia na formação de valores e atitudes e é figura de identificação" (VIZZOLTO, 1987, p.64). Essa definição também aparece de certa maneira em outros programas mas, neste caso, a essência não parece ser a mesma. Antes, as propostas metodológicas aparentavam uma certa neutralidade. Neste Projeto surgem explicações quanto a como concretizar os princípios em que se apoia: "o professor deve arrumar sua cabeça", "deve mudar sua mentalidade, revendo seus conhecimentos, seus preconceitos e conceitos em relação à droga" (VIZZOLTO, 1987, p. 65). Continua sendo necessário o conhecimento sobre o produto e seus efeitos no organismo mas é necessário também conhecer a personalidade do usuário, do dependente de drogas, o contexto sôcio-cultural, econômico. São colocadas algumas questões até então vistas sob suspeita, questões consideradas tão transgres

sivas quanto o próprio uso de drogas: a importância de se refletir sobre "o valor que se dá à liberdade, aos direitos, ao trabalho, a busca de prazer, o significado que se dá à saúde, como questões que influenciam o abuso de drogas". Enquanto que nos demais programas se fala em "crise de valores, falta de valores e que "precisam ser reafirmados", neste Projeto a autora se refere a época atual como um momento em que "muitos valores estão sendo questionados, estruturas estão caindo por terra" e "que o que se vê sob determinado ângulo hoje, daqui há dez anos poderá ser visto de outra maneira completamente diferente" (VIZZOLTO, 1987, p.65). Nota-se que "se estabelece um intercâmbio crítico entre o sujeito do conhecimento e o objeto a ser conhecido" (VIZZOLTO, 1987, p.30), na medida em que a questão não é mitificada, não é vista dentro de uma forma absoluta de pensamento.

Para que o professor possa assumir o papel de orientar seus alunos, ele deve se preparar. Mas não de forma exclusivamente voltada para a questão das drogas e seus efeitos no organismo: sua preparação deve envolver questões específicas relativas à farmacodependência, mas antes de mais nada o professor deve ter uma formação "sobre filosofia da educação, teorias do desenvolvimento da personalidade, valores vivenciados pela escola e pelos pais", entendendo sobretudo que se deve deixar que "as pessoas tirem suas próprias conclusões através das informações proporcionadas" (VIZZOLTO, 1987, p.68). Dessa forma, "passa-se da fase de poder como dominação para a fase do poder como serviço" (VIZZOLTO, 1987, p.61).

São dados exemplos de situações concretas preventivas: casos em que o aluno usuário de drogas ou dependente de drogas pede auxílio, orientação ao professor. Nesse caso, todas as questões sobre tipo de droga usada, quantidade, há quanto tempo, motivações, relação com a família e com a escola são vistas para que "o professor possa sentir a dimensão do problema" e não como "forma de organizar verdadeiros processos discriminatórios do aluno que objetivam, por vezes até, a sua exclusão do ambiente escolar". Sugere-se calma, muito cuidado, sigilo, sendo considerada ineficaz "a atitude repressiva ou fiscalizadora por parte da escola" (VIZZOLTO, 1987, p.82).

No caso do professor perceber o problema sem que haja pedido de ajuda por parte do aluno, os mesmos cuidados são sugeridos: calma, sigilo, nada de encaminhamentos moralistas, repressivos mas, pelo contrário, respeito, amor e uma atitude solidária, sem com isto signifique permissividade. A autora insiste que "transferências, ameaças, penalidades, atitudes de discriminação, envolvendo até os colegas do aluno usuário de drogas, devem ser evitadas" (VIZZOLTO, 1987, p.83).

Ficam claras nesse Projeto as características apontadas por Maria Oly Pey no que se refere ao discurso pedagógico dialógico: a questão da droga enquanto objeto de conhecimento é politizado, em função dos sujeitos do conhecimento; educadores e educandos participam juntos numa busca ativa; o produto do conhecimento não tem forma de verdade absoluta mas constitui uma sistematização do conhecimento existente, e essa sistemati

zação é considerada provisória, abrindo espaço para que os sujeitos "deixem de ser meros repetidores para se tornarem intérpretes, autores do objeto do conhecimento" (PEY, 1988, p.31).

A experiência do aluno é resgatada como uma expressão do compromisso político que o professor tem com o aluno, aproximando os dois personagens. Nota-se reversibilidade total sobre o objeto do conhecimento na medida em que educadores, educandos e pais participam do planejamento das discussões e atividades, nascendo da base, a autoridade. O Projeto se caracteriza como gerador de "participação no desenvolvimento de todos, na busca de objetivos comuns" (PEY, 1988, p.61).

Este exemplo de discurso preventivo da drogadicção - abuso e uso indevido de drogas, na sua forma sem dúvida dialógica, a nosso ver "põe ordem na casa" das discussões sobre a prevenção primária. A realidade da prevenção do abuso e do uso indevido de drogas é atravessada por uma postura de busca de informação, análise e trabalho, compreendendo que "as circunstâncias mudam mas o que importa é a maneira de interrogar" e que não é importante apenas "entender a realidade, mas é preciso intervir" de forma a poder transformá-la (GADOTTI, 1983, p.15-16).

CAPÍTULO III – POTENCIALIDADES DOS EDUCADORES NA PREVENÇÃO
PRIMÁRIA: RELATO DE UMA EXPERIÊNCIA

3.1 – O município e a demanda espontânea

O município onde se desenvolveu esta experiência que passamos a relatar se situa no Estado do Rio de Janeiro, no vale do Rio Paraíba. A região se comunica com as cidades vizinhas, com o município do Rio de Janeiro e com o estado de São Paulo, pela rodovia Presidente Dutra. O município conta atualmente com oito distritos. Segundo o Censo Demográfico de 1980 (IBGE) a área terrestre é de 1.403km^2 .

A população residente na região, em 1980 (IBGE), somava 87.335 habitantes, havendo uma concentração urbana de 68.022 habitantes, sendo que 36.605 residentes no distrito sede onde se deu a experiência relatada. A densidade demográfica, na mesma época, foi estipulada em $62,25\text{hab}/\text{km}^2$. Estima-se que a população, em junho de 1989, alcançou 101.331 habitantes. Segundo a mesma fonte (IBGE) parece haver uma forte concentração urbana. A população de 10 anos e mais, somava, no local, em 1980, 65.313 habitantes, sendo estabelecido um total de 30.642 pessoas economicamente ativas. Há uma forte concentração da mão de obra no setor terciário. Em 31 de dezembro de 1983, estavam registrados 52.903 eleitores.

Segundo a história do município, a região antes da abolição da escravidão foi muito próspera economicamente, tendo tido

um extraordinário desenvolvimento agrícola (cana de açúcar e café) e mineração (ouro). Com a libertação dos escravos a região entra em declínio econômico. Atualmente, sua atividade econômica principal se organiza em torno da pecuária, visando a produção de leite de vaca e sua industrialização. O município é considerado uma das maiores bacias leiteiras do Estado. A região possui o maior centro avícola do Vale do Paraíba. A partir dos anos 50, o município passou a ser considerado enquanto pólo industrial, pela sua situação geográfica privilegiada e pela farta disponibilidade de energia fornecida por uma Central Elétrica localizada nas proximidades. Existem indústrias consideradas, hoje em dia, importantes no município: bebidas, açucareira e cerâmica. Há um desenvolvimento turístico na região, graças às condições favoráveis - clima e reserva florestal.

O povoamento neste município contou, numa primeira fase de sua história, com portugueses, africanos (escravos) e italianos. Posteriormente, tentou-se implantar colônias alemãs, suíças, sírio-libanesas, judaicas e finlandesas, sem muito sucesso.

O sistema municipal de saúde contava, segundo fonte do IBGE (Assistência médico-sanitária), em 1982, com um total de 27 estabelecimentos correspondendo a 612 leitos em hospitais gerais e 295 leitos em hospitais especializados. A região conta também com um hospital geral pertencente a um centro especializado de formação militar que atende prioritariamente a seus alunos, familiares e servidores e, em casos especiais, atende a particulares.

De acordo com dados do Censo Demográfico de 1980, o município dispõe de abastecimento de água com canalização interna e ligado à rede geral, beneficiando 12.518 domicílios, e através de poço ou nascente 2.399. Outros 225 domicílios tem outras formas de abastecimento de água. A rede elétrica beneficia 12.839 domicílios com medidor e 4.076 sem medidor. No município havia um total de 22.566 prédios, em 1980, sendo 22.193 domicílios particulares e 155 domicílios coletivos.

O sistema de educação existente no município conta, segundo os dados do Ministério da Educação e Cultura (Estabelecimentos de Ensino, por localização e dependência administrativa, MEC, 1985), com 37 estabelecimentos de ensino de 1º Grau em zona urbana, sendo 15 estabelecimentos de ensino de administração estadual, 12 de administração municipal e 10 particulares. Na zona rural, foram levantados 11 estabelecimentos de ensino de 1º Grau com administração estadual, 26 com administração municipal, num total geral de 74 estabelecimentos de ensino de 1º Grau. Segundo a mesma fonte, na época, havia 18.861 alunos inscritos no 1º Grau. Entre as escolas de 2º Grau, havia duas escolas estaduais, uma escola municipal e sete escolas particulares, totalizando 2.469 alunos inscritos.

Dados colhidos junto a participantes desta experiência (secretários municipais de saúde e de educação), o ensino de 1º e de 2º Grau é ministrado por estabelecimentos de ensino estaduais, municipais e particulares. A rede estadual conta com 19 escolas que se responsabilizam pelo ensino do pré-primário

ao segundo grau, contando, em 1988, com 10.924 alunos. A rede municipal de ensino dispõe de 50 estabelecimentos de ensino de 1º Grau; duas escolas de 2º Grau com cursos de formação geral, magistério, técnica agropecuária e técnica de escritório. A rede particular conta com nove estabelecimentos de ensino atendendo do pré-escolar ao 2º Grau, com um total de 5.651 alunos inscritos em 1987. Na região existem também estabelecimentos de ensino especial, Sociedade Pestalozzi. Há no município uma Associação de Ensino Superior privada, com cursos de graduação em Economia, Letras (Português e Inglês), Pedagogia (Administração Escolar, Orientação Educacional e magistério) e cursos de pós-graduação lato sensu (Engenharia Econômica, Metodologia do Ensino Superior). Desde 1943, se instalou no município um Centro de Ensino Militar, tendo uma influência significativa sobre a região. Há centros de formação profissional mantidos pelo SENAC. A demanda de formação profissional não se satisfaz entretanto com as possibilidades oferecidas pelo município, havendo evasão de jovens que vão estudar em municípios ou estados vizinhos. O mercado de trabalho municipal não absorve a mão de obra graduada em 3º grau, havendo uma tendência a que esta população de nível universitário, se coloque em postos de nível médio ou elementar. (Dados correspondentes a 1988). Não encontramos nenhum estudo epidemiológico que nos informasse sobre o nível real do consumo de drogas, na região. Este foi o quadro que encontramos e que nos foi relatado pelas pessoas residentes no município e que participaram da experiência.

Mas como teve início esta experiência? Antes de mais nada ela teve como ponto de partida a demanda espontânea do Secretário Municipal de Saúde que nos solicitou uma assessoria no sentido de se organizar, naquela região, uma reflexão sobre o uso de drogas com vistas a elaboração de um programa de ação, à nível Municipal. Na região, professores e orientadores educacionais se sentiam despreparados para lidar com a questão de consumo de drogas nas escolas e haviam solicitado, no início de 1988, ajuda à Secretaria Municipal de Educação. Esta Secretaria buscou apoio na Secretaria Municipal de Saúde, que já conhecia o trabalho que desenvolvíamos através de apresentação de experiências em congressos. Notamos, desde o início, que para além da demanda espontânea, fator fundamental para nós, havia na solicitação daquele município um desejo de se preparar, de se capacitar enquanto agentes multiplicadores, de se organizar face à questão, sendo muito clara a busca de uma ação comunitária, objetiva, "concreta e que não ficasse mais uma vez apenas na conversa". Procuramos nos informar junto ao Secretário de Saúde sobre o nível de consumo de drogas, número de dependentes de drogas, na Região. Apesar da ausência de dados estatísticos sobre consumo de drogas, observamos que "a impressão da drogadicção" atuava fortemente nas atitudes dos agentes de educação e de saúde, contribuindo para que tivessem atitudes discriminatórias em relação aos jovens. Além disso constatamos haver uma preocupação também pelo fato do "município estar localizado, geograficamente, numa rota de tráfico" — Eixo Rio/São Paulo. E assim, aceitamos a demanda de assessoria.

Ficou estabelecido que o Secretário de Saúde daquele município procuraria, num prazo determinado, organizar um grupo de agentes de educação e de saúde interessados na proposta, na verdade mais ou menos os mesmos que buscavam há algum tempo orientação sobre como lidar com o consumo de drogas, por eles "identificado, nas escolas". Nossa assessoria seria prestada gratuitamente, na medida em que este trabalho seria desenvolvido através de uma universidade estadual, durante nosso horário de trabalho normal. Como contrapartida, o município se encarregaria da reprodução do material bibliográfico considerado necessário para aprofundamento das questões, assim como pelo nosso transporte e alimentação na região. Nos comprometemos a levar, para o primeiro encontro com o Grupo, um esboço de programa de trabalho a ser discutido e modificado pelo próprio grupo, à luz das necessidades específicas do Grupo.

3.2 – O Grupo de Orientação e Acompanhamento Institucional Comunitário (procedimentos)

A proposta de organizar, através de discussões sistematizadas, a reflexão e o levantamento de questões ligadas ao uso de drogas, junto a agentes de educação e de saúde, no sentido de possibilitar sua atuação preventiva quanto ao uso abusivo de drogas lícitas e ilícitas, na comunidade, surgiu em função da demanda espontânea de professores e profissionais de saúde, de um determinado município do Estado do Rio de Janeiro, que se sentiam despreparados, quanto a como lidar com jovens usuários.

Atividades preventivas da drogadicção, desenvolvidas através de reflexão e discussão em grupos com educadores, não constituem uma novidade. A questão da demanda espontânea do grupo, como ponto de partida fundamental para nós, na medida em que negávamos uma postura de controle e vigilância sobre a população, por parte das instituições especializadas, também não era novidade. Tínhamos entretanto uma situação nova em termos da demanda: o pedido de orientação não partia, desta vez, de um indivíduo ou de uma instituição, mas sim de um grupo razoavelmente representativo de uma comunidade local; professores e orientadores pedagógicos e educacionais das escolas da rede municipal, profissionais das secretarias de Educação e de Saúde (médicos, psicólogos, educadores), professores de universidades privadas e do estabelecimento de ensino militar locais, assistentes sociais e psicólogos que atuavam no Conselho Municipal de Entorpecentes, entre outros. Não só a demanda nos parecia mais representativa, como o grupo expressava um desejo de encaminhar seriamente a construção de um programa preventivo que desse conta do consumo de drogas no município. Diante desta demanda pensamos que, o desdobramento de nossas atividades, até aquele momento, não se realizava porque algumas modificações se tornavam urgentes, no que se refere a uma melhor explicitação de objetivos e adequação metodológica e, também, porque, instituições isoladas não tinham força interna para estruturar e dar encaminhamento a um programa preventivo. O fato de contarmos, para além da demanda de orientação, com um desejo de transformação dos encaminhamentos até então escolhidos, nos pareceu de fundamental importância.

Assim, o Grupo de Orientação e Acompanhamento Institucional Comunitário, formado a partir da demanda espontânea de agentes sociais que desenvolviam atividades pedagógicas, interessados em desenvolver uma atuação refletida e organizada diante do consumo de drogas lícitas e ilícitas, naquela comunidade, surgiu enquanto uma proposta não acadêmica, *strictu sensu*, de orientar e favorecer a organização daqueles agentes, coletivizando experiências, integrando instituições e a comunidade como um todo face à prevenção ampla da drogadicção: prevenção ampla por que entendemos que a preocupação quanto ao uso (abusivo ou não) de drogas constituiu um ponto de partida nas preocupações daquela população, questão sem dúvida real numa certa medida, mas que muitas vezes mascara outros problemas graves institucionais, comunitários (subnutrição, desemprego, falta de infra-estrutura sanitária e habitacional). Nossa busca seria, portanto, a de criar espaço para elaboração de práticas de prevenção primária da drogadicção (abuso e uso indevido de drogas) e para a reflexão de questões do interesse geral da comunidade no sentido de sua organização para resolver seus problemas. Partiríamos da preocupação básica daquele grupo - o uso e abuso de drogas lícitas e ilícitas, como encaminhar os casos de abuso. Entendíamos entretanto que só um projeto abrangente acolhendo os problemas gerais da comunidade, ultrapassando os marcos da competência técnica e abrindo espaço para o compromisso político, poderia dar conta do problema específico da drogadicção.

Caracterizamos a proposta do Grupo de Orientação e Acompanhamento Institucional Comunitário - em termos de área de co

nhecimento - no campo da saúde pública, da psicologia social e da educação, enquanto uma proposta extra-curricular. A preocupação, desde o início, foi a de refletir sobre "o que é e não sobre o que deveria ser" (MAFFESOLI In: XIBERRAS, 1989, prefácio), num processo de esclarecimento daqueles que lidam diretamente com os problemas sociais.

Neste trabalho preventivo as possibilidades de atuação dos educadores seriam de orientação no sentido de limitar os danos causados pelo abuso de drogas lícitas e ilícitas, numa abordagem não repressiva, não moralista na medida em que entendíamos que o uso de drogas "faz parte da vida, da necessidade de prazer, do lazer, e que apesar de não dar um sentido à vida, pode realçar o sentido que cada indivíduo consegue lhe dar" (BUCHER, 1986, p.135).

Entendemos que todos devem se prevenir - a drogadicção é assunto que concerne a todo cidadão que tenha interesse pessoal e coletivo de buscar uma melhor qualidade de vida. Tínhamos intenção de formar agentes multiplicadores, de certa forma especialistas no assunto até porque sabíamos que ao dar início a um trabalho de prevenção primária surgiria logo a necessidade de de prevenção secundária - diagnóstico e tratamento - o que foi logo percebido pelos participantes do Grupo, que explicitaram a necessidade de que a própria comunidade organizasse suas formas de atendimento.

Não tivemos a menor dúvida que, ao invés das "receitas mágicas", de início solicitadas por alguns que tinham pressa e

queriam resolver problemas graves da forma mais simples possível, até porque a situação gerava muita angústia entre esses educadores, tínhamos que trilhar um caminho de auto-conhecimento do grupo e de nós mesmos - preconceitos, dúvidas, limites e possibilidades de atuação de cada um, teriam que ser revistos. "A droga do ponto de vista do usuário e do não usuário continua sendo um assunto permeado pelo medo. Quando temos medo de alguma coisa, tentamos impedir sua chegada, mas alguns dizem que de tanto pensar no objeto do nosso medo, acaba acontecendo aquilo que tememos" (LAZARUS, 1989, p.87). O discurso sobre a droga - médico, jurídico, policial e educativo, tradicionalmente buscou amedrontar indivíduos como forma de garantir seu objetivo de rejeitar a droga. E esse medo esteve presente, em muitas das discussões do Grupo, nas falas e nos corpos atravessando o imaginário coletivo.

Entendemos que "se é desviante, antes de mais nada, no espírito dos outros e que o que é dito, pensado, imaginado sobre a droga é constitutivo do próprio fato" (MAFFESOLI In XABERAS, 1989, prefácio). Neste sentido, tínhamos que partir do resgate das falas do participante do Grupo, trabalhar em cima das falas, introduzindo o saber científico sem dúvida, mas tentando a partir da experiência cotidiana criar um saber coletivo. Tratava-se de abrir campo para a prevenção primária - "agir antes que se instale a drogadicção, a dependência de drogas, antes que as pessoas se tornem toxicômanas, agir antes para que as pessoas que vão bem, pelo menos em relação à questão da droga, continuem indo bem; intervindo antes que o sintoma apareça; a

prevenção primária não sendo da ordem do diagnóstico ou da ordem dos cuidados, porque não há nada a tratar" (LAZARUS, 1989, p.87). Mas era preciso não perder de vista que o risco faz parte da vida, que a primeira ou as primeiras experiências de uso de drogas não constituem obrigatoriamente dependência, toxicodependência, para não cairmos numa prevenção exacerbada que tende a reprimir as próprias razões de existência, o próprio indivíduo (LAZARUS, 1989, p.87). Nesse sentido, a experiência de trabalho com este grupo constituía uma novidade já que, em geral, é tido como prevenção primária a intervenção sanitária, a proibição legal, a ação policial com uma atuação que não distingue traficantes e usuários/dependentes de drogas. O Grupo de Orientação e Acompanhamento propunha uma prevenção primária sem intervenções drásticas ou moralizantes, mas basicamente uma escuta, um estado de alerta diante da demanda espontânea de ajuda por parte de usuários e dependentes de drogas, um estado de alerta diante dos problemas da comunidade e, sem dúvida, propostas concretas de ação, mas que fossem coletivas.

Procuramos nos apoiar antes de mais nada na bibliografia específica sobre drogas. Do ponto de vista metodológico buscamos referências na pedagogia psicanalítica – pedagogia apoiada na experiência cotidiana, na prática, na observação, "continuação, por assim dizer, da obra de Freud, Psicopatologia da Vida Quotidiana", com o objetivo de criar "fundamentos de um saber empírico e de uma reflexão nascida de uma prática pessoal" (MOLL, 1989, p.147). Orientamos os participantes do Grupo no sentido de que na relação pedagógica há todo um investimento libininal e que há necessidade de diálogo sobre os problemas

psíquicos que perpassam essa relação para que as questões fi quem mais claras. Por outro lado, é preciso não ultrapassar a competência pedagógica, é preciso não cair no erro de 'brincar' de psicanalista" (MOLL, 1989, p.155).

Nos orientamos na compreensão de que a nossa proposta de veria caminhar para um compromisso político, contribuindo para que aquele Grupo e, posteriormente a comunidade, se organiza se em torno dos seus direitos no que se refere ao uso e abuso de drogas. Cabe ressaltar que nos propusemos a assessorar o grupo daquela comunidade, e deixamos claro que, enquanto profis sionais de uma instituição especializada e, localizada fora da aquele município, não substituiríamos o grupo na sua atuação di reta, este sim considerado o agente principal.

A proposta do Grupo de Orientação e Acompanhamento Insti tucional Comunitário se organizou, a princípio, em duas fases. Na primeira fase, procedemos à reflexão e à discussão internas no grupo, de questões institucionais e comunitárias ligadas ao consumo de drogas lícitas e ilícitas e à prevenção ampla da dro dadicção. Foram resgatadas as situações concretas, de interes se imediato dos profissionais envolvidos, através de dinâmicas de grupo que foram essenciais para que as defesas de cada um diminuíssem diante de um tema que é tabu na palavra de quem fa la sobre o assunto, que é tabu na forma como a sociedade trata o usuário, que é tabu porque a sociedade não permite a expli tação da fala do próprio usuário. Tudo isso foi preciso resga tar para que a discussão se aprofundasse. Na segunda fase ca

beria ao grupo elaborar uma proposta de prevenção primária ampla da drogadicção, em forma de ante-projeto, a ser discutido e aprovado posteriormente pela comunidade local.

O Grupo foi coordenado por profissionais da instituição pública especializada no tratamento da questão do uso abusivo de drogas ligada a uma Universidade Estadual. Os encontros foram realizados na comunidade local, em uma sala cedida por uma das instituições participantes, num total de 8 (oito) encontros. Durante esses encontros foram abordados, para reflexão e discussão, os conceitos básicos relativos ao consumo de drogas e as substâncias tóxicas mais usadas; a personalidade do usuário de drogas; a influência do meio sôcio-cultural no qual se dá este uso ao abuso. Dessa forma, procuramos levar em conta os três fatores essenciais da equação drogadicção: o produto, a personalidade de quem usa e o espaço sôcio-cultural (OLIEVENSTEIN, s.d.).

Em relação a esses fatores, considerados essenciais, procuramos esclarecer quanto ao que a literatura especializada relatata sobre eles, para compreensão da questão e possibilidade de uma atuação educativa refletida.

3.3 – Três fatores essenciais na compreensão da drogadicção

No desenvolvimento desta experiência, consideramos ser necessária a reflexão sobre como cada um dos participantes do Grupo percebia a droga, a personalidade do usuário e o momento sôcio-cultural no qual se dão os diferentes usos, fatores essentiais.

ciais na compreensão da drogadicção. Esse entendimento seria fundamental na busca de uma ação preventiva.

Consideramos que a droga em si é um produto inerte não sendo aconselhável maximizar a importância dos efeitos farmacológicos das substâncias sobre o organismo. Entendemos a necessidade de esclarecer alguns conceitos - o que é droga, drogas lícitas e ilícitas, dependência física e psicológica, síndrome de abstinência, tolerância, diferentes níveis de uso, uso e abuso de drogas. Entendemos também, ser necessário esclarecer que, dependendo da estrutura de personalidade do sujeito, o encontro com a droga redundaria ou não no estabelecimento de uma relação adictiva, a drogadicção. Nesse encontro, o momento sócio-cultural sem dúvida tem uma influência, mas ao indivíduo não caberia apenas "sofrer" esta influência, sendo ele capaz, uma vez consciente de suas possibilidades, de agir, reagir, transformar esse momento. Acreditamos que, por esse caminho, a drogadicção e outras formas de relação com as drogas, seriam melhor compreendidas, abrindo espaço para uma ação educativa daquele Grupo, mais tarde a ser desenvolvida pela própria comunidade.

3.3.1 - A droga

Definimos como droga, "qualquer substância que introduzida no organismo, por qualquer via de administração, pode modificar uma ou mais funções deste organismo, nesta definição incluindo-se todos os medicamentos, as substâncias psicoativas do ponto de vista farmacológico" (FREIRE e SOLER, 1981, p.4). Observa

mos uma tendência no Grupo em privilegiar o uso de substâncias com indicação terapêutica, drogas do receituário médico, em detrimento do uso de drogas de uso ilícito, ainda que compreendessem que o uso abusivo de ambas pudesse ser identificado à drogadicção.

Procuramos identificar as drogas mais usadas na região, de acordo com as "impressões" dos participantes do Grupo, na medida em que não havia nenhum estudo epidemiológico que desse conta do nível de consumo local. Acreditamos que um levantamento desse tipo teria um interesse pedagógico imediato, seria útil na elucidação dos conceitos relativos às diferentes substâncias, ainda que não tivesse nenhum valor estatístico.

Entre as drogas lícitas, permitidas por lei, vendidas livremente, e pertencentes ao receituário médico foi relatado o uso generalizado do Gardenal, barbitúrico, depressor do sistema nervoso central, entre as crianças das escolas do município. Ainda que sob prescrição médica, a indicação do uso dessa droga se dava em função da "agitação das crianças em sala de aula" sem que houvesse possibilidades de comprovação de um estado patológico que justificasse esse uso (no município havia um só médico neurologista). Ficou reconhecida a gravidade de uma prática de prescrição médica pouco criteriosa considerando a tolerância - "estado adaptativo caracterizado por respostas diminuídas a uma mesma quantidade de uma droga, havendo necessidade de doses crescentes para obtenção dos mesmos efeitos" (FREIRE e SALER, 1981, p.14) - induzida pelo uso do Gardenal.

Ainda entre as drogas lícitas, foram relatados casos de alcoolismo. Resgatamos a noção de que o consumo do álcool "se constituiu em torno de uma sólida tradição da viticultura, o álcool sendo utilizado com fins recreativos, populares, religiosos (XIBERRAS, 1989, p.110). Relembramos que desde a Antiguidade, o hábito de beber durante as refeições, depois das refeições e, principalmente, à noite, é um verdadeiro rito social, admitido por todos (VILLARD, 1988, p.477). O consumo do vinho, de bebidas destiladas de uma maneira geral sempre contou com a simpatia e a tolerância da sociedade, ainda que medidas restritivas tenham sido tomadas ao longo do tempo.

A preocupação em agravar, dobrar as penas aplicáveis a um delito, quando se somava o uso do álcool, é uma constante nas legislações das mais antigas às atuais (VILLARD, 1988, p.451). A história se refere a tentativas de controle do gin - "agua vitae" alcoolizada - entre 1721 e 1736, na Inglaterra, quando altas taxas foram impostas à sua venda. No entanto, as leis se tornaram inaplicáveis e não aplicadas "diante da reação popular e das pressões dos proprietários de terra que eram os mesmos que faziam as leis no Parlamento, interessados em garantir o lucro advindo do consumo da droga" (HALINI, 1988, p.463 e 469).

Nos EUA, em 1789, "200 fazendeiros de Lichfield formam uma liga anti-álcool, e em 1805 surge a "sober society" na qual também militam médicos (NOURRISSON, 1988, p.491). Assinalamos que nessas tentativas de controle, sempre houve ou a interdição religiosa influência do protestantismo que considerava o uso da

droga como pecado grave. Num processo de alcoolização crescente da sociedade, essas tentativas esbarravam com a defesa de uma atividade lucrativa que se fosse por demais controlada ou proibida causaria enormes danos ao orçamento do Estado (HALINI, 1988, p.463). Ainda que os médicos defendam a idéia de que o controle do uso traz ganhos em termos da saúde da população maiores que os prejuízos causados pelo alto consumo, este prevalece também porque entre outras razões "há necessidade de se manter a classe operária num certo nível de embriaguez que muitas vezes é a única escapatória de uma vida de privações e frustrações" (NOURRISSON, 1988, p.495).

Nas discussões sobre a questão do alcoolismo foi registrado no Grupo a fragilidade do conceito de drogas lícitas ou ilícitas: o álcool que tem seu uso permitido por lei em muitos países, tem seu consumo absolutamente proibido em alguns países islâmicos nos quais há uma forte integração da religião no Estado (caso da Líbia e da Arábia Saudita, por exemplo).

A convivência com o abuso do álcool, resultado da licitude e sólida tradição de seu consumo, foi considerada como um obstáculo a uma atuação preventiva do abuso desta droga que induz à tolerância: "muitos estudos indicam que o prejuízo começa quando os níveis de álcool no sangue alcançam aproximadamente 0,5%. A maioria das pessoas fica completamente descoordenada com níveis sanguíneos de 10% ou mais de álcool. O consumo abusivo dessa droga é um dos problemas mais sérios de saúde pública em muitos países", trazendo sequelas físicas, sociais-in

individuais e coletivas (KAPLAN, s.d., p.463). Foi assinalado como "tem sido brutal a forma com que a nossa sociedade autoriza certas formas de intoxicação e exclui outras" (XIBERRAS, 1989, p.15), não levando em conta os problemas de saúde pública, causados pelo uso de certas drogas.

Entre as drogas ilícitas, foi citado o uso ocasional, regular e controlado da maconha. Nas discussões com o Grupo foi assinalada a legalidade de certas drogas que tem utilidade terapêutica - medicações produzidas pelos laboratórios farmacêuticos internacionais, e a ilegalidade da maconha que tem, entretanto, também, utilidade terapêutica, "desde o século passado, sendo reafirmada recentemente: antiemético em pacientes submetido à terapia anti-câncer; anti-epilético; usada como hipnótico em casos de insônia; como broncodilatador nos casos de asma e também usada nos casos de glaucoma" (HENMAN, 1986, p.78). Ainda que na literatura alguns autores se refiram à dependência psicológica induzida pelo uso da maconha (Tancredi, 1987, p.27), outros autores apontam para a possibilidade de uso controlado (MAC RAE, 1988); nas discussões do Grupo foram relatados casos de consumo controlado por mecanismos individuais e ou coletivos, sem que nenhuma manifestação, como por exemplo chamada Síndrome amotivacional - "perda lenta e progressiva do entusiasmo em participar de atividades sociais" (MORGADO, 1983, p.57).

Casos de consumo abusivo de cocaína, numa situação drogadicção, foram relatados nas discussões do Grupo. Droga ilícita, seu consumo é favorecido pela situação geográfica da região

- rota de tráfico dessa droga passando pelo município, no eixo Rio-São Paulo. O consumo de cocaína foi considerado como uma questão grave a ser levada em conta numa atuação preventiva na medida da dependência física, da dependência psicológica e da tolerância advindos do seu consumo. Nas discussões do Grupo definiu-se a dependência física como "um estado adaptativo causado pelo surgimento de transtornos físicos intensos quando se suprime a administração da droga, transtornos que compõem o que se chama de síndrome de abstinência, quadro específico de sinais e sintomas característicos da dependência de cada tipo de droga". Definiu-se também a dependência psicológica "como um estado em que a droga produz uma experiência de satisfação e uma pulsão a absorver continuamente a substância para aliviar uma sensação de mal estar" (definições da Organização Mundial de Saúde, citadas por MORGADO, 1983, p.5). A tolerância foi definida como um "estado também adaptativo caracterizado por respostas diminuídas a uma mesma quantidade da droga, havendo uma necessidade crescente de aumento das doses para obtenção dos mesmos efeitos" (FREIRE e SOLER, 1981, p.14). Droga estimulante do sistema nervoso central, a cocaína é principalmente inalada podendo também ser injetada. Foi registrado no Grupo o consumo da cocaína por via injetável como um fator de risco de contaminação da Síndrome de Imunodeficiência adquirida (S.I.D.A.) e que esse fato deveria ser pensado em termos de uma prática preventiva da drogadicção (no que se refere à reutilização ou troca de seringas, considerando-se a gravidade da epidemia). Não foi identificado nenhum caso de uso controlado (ou que tivesse

alguma ligação com aspectos culturais) dessa droga, na região.

Consideramos importante resgatar aqui, referências de uso de drogas "caipiras" (drogas típicas da região) como o consumo de chás à base da flor "saia branca", típica do município, e à base de um cogumelo também característico da região, encontrado no pasto de criação de zebus. Assinalamos como referências e não como relatos de casos de consumo, em maiores detalhes, já que os participantes do Grupo apenas conheciam a existência deste uso, desconhecendo as condições de sua prática.

Verificamos que os conceitos de uso e abuso de drogas eram empregados pelos participantes do grupo como sinônimos, como se alguém ao fazer uso de uma droga passasse, quase que automaticamente, ao abuso e isso valendo para qualquer tipo de droga, para qualquer pessoa. Identificamos nesse uso sinonímico reflexos do discurso jurídico-legal que define uso em termos do que é permitido por lei, e abuso como um termo legal, daquele que infringe a lei. "A lei proíbe o uso de certas drogas logo quem as consome estaria incorrendo em abuso" (MORGADO, 1983, p. 13). Outros autores definem o abuso de drogas como falta de controle - uso não terapêutico, não prescrito pela autoridade médica, uso fora dos limites impostos pela sociedade (FREIRE e SOLER, 1981, p.18): O uso de uma droga ilícita ou lícita (sem prescrição médica) seria identificado ao abuso.

Procuramos trazer para a discussão do Grupo outras abordagens sobre o conceito de uso de drogas percebido como em opo

sição ao conceito de abuso. "Seria um cerceamento à liberdade das pessoas negar o direito de uso de drogas. Seguindo este raciocínio, o uso de certas drogas não levaria à uma compulsão ao consumo em doses crescentes, havendo sim, um desejo, uma opção por outras formas de percepção da realidade (MORGADO, 1983, p.13). Afinal a história da humanidade está cheia de exemplos de uso controlado de drogas, através de mecanismo de controle individuais e coletivos. De maneira geral todas as sociedades fizeram uso de drogas, "precisam delas, quaisquer que sejam, o essencial ainda sendo o 'bom uso' que convém fazer da droga tradicional ou da que tende a predominar; o importante seria adquirir uma certa 'sabedoria da desordem' e aceitar uma 'prática homeopática' controlada, individual e coletivamente, respeitando os limites físicos e psíquicos de cada um" (XIBERRAS, prefácio, 1989).

Explicitamos também a necessidade de entendimento de que há o "utilizador - aquele que procura por meio artificial, um alívio, uma escapatória para seu mal estar, para a monotonia da vida, para um vácuo afetivo, para o desinteresse pelos estudos áridos e desligados da realidade e por um trabalho sem perspectiva", a droga aí tendo um sentido de compensação das angústias, das inquietudes através de uma estimulação/depressão "perturbação artificiais. Numa outra situação teríamos o toxicômano "que estabelece com o produto uma relação tão íntima e tão intensa que a vida toda do sujeito se orienta no sentido de não romper esta ligação" (WEREBE, 1981, p.322). Enquanto que no primeiro caso haveria um controle do sujeito sobre o produto,

no segundo, esse controle se torna impossível, não estando em jogo apenas a quantidade do produto consumido e nem apenas o tipo de droga de escolha, mas a personalidade do sujeito usuário e o momento sócio-cultural no qual se dá o consumo. Esta questão era claramente percebida pelos participantes do Grupo que identificavam em seus relatos de casos de uso de drogas a distinção entre usuários ocasionais que efetivamente tinham um controle do seu uso, e toxicômanos para os quais esse controle se tornava inviável.

Consideramos a necessidade de que os participantes do Grupo diferenciassem os diversos tipos de drogas através da discussão de vários tipos de classificação das substâncias. "As drogas podem ser classificadas segundo sua origem, segundo sua estrutura química, segundo sua ação farmacológica (como atuam a nível bioquímico e metabólico), segundo as manifestações que sua administração produz (classificação clínica) e segundo considerações sociológicas" (FREIRE e SOLER, 1981, p.25).

De acordo com a sua origem, as drogas são classificadas como naturais - obtidas a partir de vegetais e não necessitando de nenhum processamento especial para seu consumo (a maconha, a folha de coca, os cogumelos); as drogas sintéticas são fabricadas através de meios técnicos, em laboratórios (O LSD, as anfetaminas); as drogas semi-sintéticas são as que necessitam de algum nível de manipulação para serem usadas (é o caso do ópio e da heroína que são obtidos a partir da purificação da papoula; é o caso da cocaína que é produzida a partir da folha da coca).

Ainda segundo FREIRE e SOLER, podemos considerar a estrutura química das drogas. Esses autores apontam inconvenientes nessa classificação, na medida em que algumas drogas tem estrutura química quase semelhante e efeitos farmacológicos opostos: a morfina, por exemplo que tem efeito de sedação e a nalorfina que tem efeito de excitação, sendo mesmo usada para neutralizar os efeitos da morfina. Por outro lado, substâncias que tem estrutura química diferente podem ter efeitos similares: a cocaína e as anfetaminas, ambas excitantes do sistema nervoso central.

A classificação das drogas segundo os efeitos farmacológicos do produto no organismo humano é questionada por esses autores, na medida em que seria mais uma vez, ainda insistir na supremacia do produto na drogadicção. Seria ignorar que uma mesma droga pode produzir efeitos diferentes em função da personalidade do sujeito, da dose, da via de administração e da situação, do momento no qual se dá o consumo.

Considerando os efeitos das drogas no comportamento do sujeito, sugerimos a classificação clínica elaborada por Lewin, que data de 1927 (LEWIN, 1970, p.27). Segundo este autor as drogas podem ser agrupadas em euphorica, hipnótica, inebriantia, excitantia e phantastica.

A classificação de Lewin, define como drogas euphorica, as drogas do êxtase "que induzem o estado mais próximo da euforia, no sentido estrito do termo, estimulando menos do que na verdade suspendem todas as funções de emotividade ou de percepção

ção externas" (XIBERRAS, 1989, p.57): os exemplos desses tipos de drogas seriam o ópio e todos os seus derivados, morfina e heroína, "verdadeiros calmantes da atividade psíquica". Segunda categoria nessa classificação são as drogas hipnóticas, as que provocam sono, os barbitúricos sendo uma exemplificação (o Gardenal). Essa mesma autora chama a atenção para o fato de que "outras drogas como o ópio, o álcool e mesmo a cannabis são suscetíveis de provocar um estado de sonolência, sono, desde que as doses ultrapassam os limites de tolerância" (XIBERRAS, 1989, p.58).

As drogas do tipo inebriantia correspondem às que produzem embriaguêz, iniciando com uma fase de excitação cerebral logo seguida por um estado de depressão. O álcool, o clorofórmio os solventes (cola de sapateiro), são alguns exemplos.

Conduzindo a uma estimulação física e psíquica, sem alterar o nível de consciência, as drogas excitantia - cafeína, café, cacau, chá, tabaco - constituem o terceiro grupo desta classificação proposta por Lewin. É curioso notar que em doses muito fortes, essas drogas provocam efeitos inversos, ou seja, falta de atenção. Xiberras assinala que a cocaína não é uma droga incluída por Lewin no Grupo das excitantia, ficando este produto incluído no grupo das drogas euphoria - na medida em que "produz um estado de excitação próximo dos sentimentos de megalomania ou de intensa satisfação de si próprio" enquanto que as drogas do tipo excitantia produzem, quanto a seus efeitos, "um primeiro nível de euforia no sentido de que o indivíduo per

manece lúcido face ao aumento de suas capacidades, invadido por uma doce exaltação" (XIBERRAS, 1989, p.56). Vem, por último, nesta classificação, as drogas do "transe", phantastica, de que são exemplos "todos os produtos agentes de ilusões, de alucinações ou de visões, reagrupando desde as substâncias leves como a cannabis, nas suas diferentes formas de utilização, ou as substâncias mais violentas, tais como os cogumelos alucinógenos, a psilocibina, o peiote, a mescalina, o LSD" (XIBERRAS, 1989, p.58).

Considerado o interesse histórico desta primeira classificação, sugerimos também a classificação elaborada por (DENIKER, 1977, p.259), na qual as drogas, ainda em função dos efeitos provocados no comportamento, são agrupadas em três categorias: as drogas depressoras do sistema nervoso central (hipnóticos; tranquilizantes menores, tipo benzodiazepínicos; clorofórmio, éter, álcool; inalantes como a cola de sapateiro, fluído de isqueiro, solventes de tintas) e os analgésicos (ópio, morfina, codeína, heroína, meperidina, metadona, elixir paregórico); as drogas estimulantes do sistema nervoso central (cocaína, anfetaminas, moderadoras de apetite, xantinas, teofilina) e as drogas perturbadoras do sistema nervoso central (alucinógenos propriamente ditos como o LSD, a mescalina, a psilocibina; os derivados da cannabis, maconha e haxixe; a harmina ou Santo Daimé).

Esclarecemos que ao estabelecer um tipo determinado de classificação das drogas, os diferentes autores assumem uma po

sição face ao uso de drogas. Freire e Soler consideram que toda droga é perigosa e deve ser proibida, do ponto de vista da saúde pública. Segundo esses autores, quantificar a periculosidade de uma droga é abrir espaço para o conceito de drogas leves e drogas pesadas, apoiando a legalização do uso das primeiras. Entendem, entretanto, que esse conceito é real, na medida em que "drogas leves não induzem à dependência física", mesmo considerando que este não seja o único critério para estabelecimento do uso pesado. De qualquer forma, condenam o uso de drogas, "exceto quando se trata de uso de psicofármacos, em situações controladas pela autoridade médica" (FREIRE e SOLER, 1981, p.40).

Xiberras propõe uma classificação de drogas, segundo um uso clássico e um uso moderno. Segundo esta autora, a toxicomania clássica correspondeu a um período sócio-cultural caracterizado pela fidelidade a um só produto, sendo esse uso regulado por mecanismos sociais individuais e coletivos. As drogas de escolha eram as que produzem uma expansão da energia vital". A toxicomania clássica se constrói, principalmente, com o uso das inebriantia (segundo classificação de Lewin), com base numa forte tradição da viticultura. O uso do álcool permitiria "uma comunicação mais fácil permitindo também a partilha do prazer comum, até mesmo entre classes diferentes, ainda que isso se dê por um instante fugaz" (XIBERRAS, 1989, p.110). A mesma autora assinala que cada continente privilegia um tipo de droga: as phantastica são preferidas no Oriente; as inebriantia, no Ocidente enquanto que a América Latina se volta para o consumo

da coca, classificada no grupo das euphorica (XIBERRAS, 1989, p. 64).

As toxicomanias modernas se caracterizam "pela poli-intoxicação (decorrente de um mercado do trafico que comanda a oferta), pelo uso de drogas depressoras da energia vital - este tipo de uso se constituindo como uma prática solitária, de busca de anestesia, de esquecimento, de fim de si próprio". Além da escolha das drogas inebriantia, Xiberras assinala também o uso de drogas euphorica, como característica da toxicomania moderna, na medida em que produzem o êxtase, uma sensação de bem estar que leva a um corte entre o sujeito e o mundo que o cerca. Este seria o sentido do uso de drogas atual, do uso abusivo, desritualizado, ainda que "hoje em dia encontremos formas de uso que contêm todos os sentidos do passado, como que sedimentados em comportamentos coletivos e individuais" (XIBERRAS, 1989, p.19). Citando Oughourlian, a mesma autora, se refere a uma classificação de três tipos de toxicomania: as toxicomanias de massa, por exemplo o uso do álcool, no ocidente; as toxicomanias de grupo, comunitárias - o uso da cannabis; e o das toxicomanias solitárias, individuais, na qual se estabelece uma relação muito particular entre o sujeito e a droga, havendo um corte na relação entre o sujeito e o mundo exterior, sendo exemplos de drogas mais usadas, a heroína, e por vezes a cocaína e os medicamentos psicoativos (XIBERRAS, 1989, p.30).

Esses seriam alguns dos tipos de classificação das drogas. Explicitamos, durante a experiência com o Grupo de Orien

tação e Acompanhamento Institucional Comunitário, que cada uma dessas classificações procura dar conta da complexidade do fenômeno social da drogadicção.

3.3.2 – *A personalidade do toxicômano*

Prosseguindo na abordagem dos fatores considerados essenciais para entendimento da drogadicção, tentamos refletir sobre a personalidade do usuário de drogas, do dependente de drogas. Sentimos, de imediato, a mesma pressa, a mesma busca de pistas simples e simplificadoras, a busca de um padrão de personalidade que permitisse: a identificação do toxicômano, e o encaminhamento do caso a uma instituição especializada que se encarregaria de resolver o problema. Sem dúvida, obsecados pela noção de causalidade, continuavam buscando a "receita mágica" e, temerosos diante da questão, sem muito espaço pessoal em meio ao autoritarismo característico na relação educativa que quer identificar, para punir, para isolar, tentavam afastar o conflito através do encaminhamento para outra instância. Contraditoriamente, em alguns momentos, explicitavam uma possibilidade real de atuação preventiva primária, e mesmo de prevenção secundária.

Tentando adotar uma formulação pedagogicamente necessária, definimos, segundo a Organização Mundial de Saúde, a drogadicção a toxicomania como um estado em que "o indivíduo apresenta uma farmacodependência ou psicoddependência, ou as duas" (BERGERET, 1973, p.9). Essa afirmação levava ao entendimento de que indivíduos dependentes de drogas lícitas são igualmente dro

gadictos, toxicômanos, o que não foi difícil para o grupo aceitar, ainda que reconhecessem haver um nível de aceitação maior em relação a esses casos do que em relação à dependência de drogas ilícitas.

Olievenstein afirma que não podemos falar de uma infância específica do usuário de drogas "afinal conhecemos milhares de pessoas que as consomem e não são nem se tornarão toxicômanas" mas que, por outro lado, "existe uma infância específica do toxicômano" (OLIEVENSTEIN, 1983, p.10) e que "essa diferença se constitui desde a primeira infância, ainda que, muitos que possuem essas aquisições em seu patrimônio não venham a se transformar em toxicômanos". Para que isso aconteça, "seriam necessárias duas condições: o encontro com a droga e que a relação com a lei (imaginária ou real) seja modificada" (OLIEVENSTEIN, 1983, p.11).

É ainda Olievenstein que define que, em termos de prevenção podemos considerar os jovens em termos de grande, médio e pequeno risco no que se refere ao uso de drogas. No primeiro caso, segundo esse autor, há os jovens que "tiveram na infância um traumatismo psíquico importante e que estarão sempre à procura de sua identidade; manifestam uma falta de medida, um exagero, no seu comportamento: perturbações do sono, inadaptação escolar, falta de medida nos jogos, mais tarde na sexualidade (masturbação, androgenia, travestismo)". O tratamento dessas crianças, "escapa às possibilidades do educador e o caso deve ser encaminhado ao especialista para psicoterapia" (OLIEVENSTEIN, s.d., p.6).

No que se refere às crianças de risco médio face à droga dicção, "a questão fica bem mais complicada e é preciso evitar dois problemas: psiquiatrizar em excesso ou negligenciar a or ganização de uma personalidade patológica, cabendo ao educador e à família reforçar o modelo de identificação através de medi das de prevenção individual e coletiva" (OLIEVENSTEIN, s.d., p.7). No terceiro caso, "é preciso não esquecer que as crianças vivem em meio a outras, mais perturbadas, numa cultura que acena com satisfações imediatas" (OLIEVENSTEIN, s.d., p.8). Aí, mais uma vez, fica claro o papel dos pais e dos educadores: "autenticidade na relação, dedicação de tempo de escuta dos problemas dos jo vens, transmissão de um sistema de valores coerentes, entenden do que pais, educadores não são colegas de seus filhos, alunos, mas tem um papel a desenvolver - mesmo que isso se dê com o pre ço de uma revolta momentânea do adolescente no aprendizado dos limites e no aprendizado das regras do jogo social" (OLIEVENS TEIN, s.d., p.8).

Amaral Dias se refere ao papel do professor na Escola, em termos de prevenção primária da drogadicção, como da "sensi bilização" e, em termos de "descoberta conjunta da possível ação psicoterapêutica do professor sobre o jovem que, na trajetória de sua crise encontra a droga, bem como sobre sua família". O autor se refere ao "estatuto interno do educador em relação com a vida mental do adolescente" (Amaral Dias, 1979, p.61) segundo o qual o professor seria "um objeto mutativo na dialética da passagem dos objetos de amor parentais para os objetos de amor pós-edipianos, facilitando o luto pela infância, e também en

quanto objeto mutativo, tolerando a reintrodução das pulsões parciais numa organização que tende para a pós-edipificação, isto é, ajudando à resolução espontânea da crise narcísica da adolescência" (AMARAL DIAS, 1979, p.62). "Enquanto objeto mutativo, o professor facilita a passagem do pensamento ligado ao processo primário e à passagem ao ato, ao pensamento ligado ao processo secundário, o qual está naturalmente ligado à ação refletida" (AMARAL DIAS, 1979, p.63). Nesse sentido, o professor teria possibilidades de influir "na modificação da estrutura interna do aluno e seria, portanto, desde que consciente do que pode representar para o adolescente e sua família, um objeto privilegiado na tentativa de resolução do problema da droga, sinal e sintoma de uma crise interna mais ou menos profunda" (AMARAL DIAS, 1979, p.63), através de uma escuta e orientação de casos de uso e abuso de drogas baseados na demanda espontânea e garantidas pelo sigilo.

Procuramos deixar claro em todas as discussões que no campo da drogadicção "há diversas pistas mas é impossível apontar todas" (XIBERRAS, 1989, prefácio), que o fenômeno não é estático e que existe uma contiguidade entre os diversos fatores que interferem na drogadicção mas que não há uma relação de causa e efeito. Insistimos na necessidade de se entender que "trata-se de uma rebelião e uma recusa de um tempo vivido definido pela norma" (OLIEVENSTEIN, 1989, p.31) e que, diante desta experiência, a escuta consistiria numa primeira possibilidade de atuação preventiva.

Entendendo as diferenças entre o psiquismo infantil, no qual predomina o instinto do prazer - sō tendo valor o que dā prazer - e o psiquismo adulto orientado pelo princĭpio de realidade, seria necessārio compreender que cabe aos adultos colocar limites no desejo primitivo infantil mas sem se deixar levar pelo que Reich chama de "compulsāo a educar", "fruto provavelmente de um desejo de corrigir a prōpria infāncia, como uma forma de vingança, a vontade educativa comportando em si uma compulsāo sādica de educar, fundamentada no inconsciente" (REICH, 1973, p.90). Discutimos com os participantes do Grupo como a sensaçāo de prazer sem dūvida obtida com o uso de drogas seria melhor compreendida pelos educadores na medida em que evitassem a compulsāo a educar, que resgatassem suas possibilidades prōprias de prazer. Definimos que a omissāo dos educadores diante do uso/abuso de drogas (pelos seus alunos) tem gerado desconfiança, enquanto que a disponibilidade para a escuta, discussāo e reflexāo, educadores e alunos numa busca coletiva estabelece uma relaçaō de confiança, os educadores contribuindo para a manutençaō, o restabelecimento de controles individuais e coletivos do uso de drogas, e para a limitaçaō dos estragos causados pela drogadicçaō. A compulsāo a educar de forma autoritāria e rĭgida sō tem agravado problemas psĭquicos (REICH, 1973, p.93), o educador contribuindo inconscientemente para a cristalizaçaō da marginalidade a que estāo sujeitos os usuārios de drogas.

3.3.3 – O momento *sócio-cultural*

No que se refere a reflexão sobre o momento *sócio-cultural*, entendeu-se que o consumo de substâncias tóxicas sempre fez parte da história da humanidade, afirmação mais do que aceita pelos participantes do Grupo. Entretanto alguns aspectos que envolvem esta prática tem se modificado de um momento para outro, até mesmo de uma região para outra no mesmo espaço de tempo. Daí que, a sua contextualização foi considerada fundamental para o entendimento da questão na sua complexidade.

Ao fazer referência ao momento *sócio-cultural* em que se dá o uso de drogas atualmente, fez-se uma crítica ao sistema *sócio-econômico-cultural* que "não responde ou responde agressivamente às necessidades do homem: da necessidade de ter uma casa à necessidade de amar" (BASAGLIA, 1980, p.100). É verdade que num sistema que busca um padrão de produtividade acelerada e que deve ser continuamente ultrapassada, o uso de certas drogas é vivido como uma ameaça. Numa sociedade que considera seus valores como os ideais a serem garantidos, a busca de uma outra percepção da realidade que não a estabelecida, não pode ser aceita. Entretanto, o consumo de drogas foi identificado como necessidade do homem, "toda a sociedade precisa de drogas, quaisquer que elas sejam, o essencial sendo o 'bom uso' que se faça delas" (XIBERRAS, 1989, prefácio), entretanto o sistema capitalista atual não conseguiria incorporar a prática desse uso na medida em que considera que "drogam-se os mais fracos, biológica e socialmente" (BASAGLIA, 1980, p.102).

Compreende-se que tem havido uma "maior ou menor flexibilidade das culturas e sociedades em lidar com diferenças internas". O Brasil enquanto um país que "desde a colonização portuguesa, tem uma tradição centralizadora e autoritária através de um Estado todo poderoso que regula e fiscaliza a sociedade civil" estaria vivendo atualmente um momento sócio-cultural marcado por um grande paradoxo: ao mesmo tempo em que o sistema político e econômico é altamente gerador de diferenças, não se consegue conviver com esta realidade a não ser através de mecanismos agressivos e repressivos, na medida em que é considerada essencial a busca de normalização dessas diferenças (GILBERTO VELHO, 1981, p.62).

Foi reconhecido como um outro paradoxo, característico do momento sócio-cultural em que vivemos atualmente, o fato de que a mesma sociedade que proíbe o uso de drogas ilícitas, incentiva o consumo de drogas lícitas, no máximo alertando contra os riscos da auto-medicação. Essa questão seria tanto ou mais grave na medida em que se sabe que os critérios levados em conta para que uma droga seja considerada lícita ou não, não atendem à consideração dos problemas que o seu uso possa trazer à saúde. Os critérios considerados tem sido da maior parte das vezes de ordem política e econômica (BUCHER, 1986, p.136).

Considerou-se que a grande ameaça vivida pela sociedade de hoje, não seria a do uso de drogas em si mesmo, na medida em que há todo um discurso de incentivo ao consumo exacerbado das drogas lícitas - álcool, tabaco e medicamentos vendidos li

vrememente. A grande ameaça seria, sim, o estilo de vida daqueles que se drogam com substâncias ilícitas, numa busca de uma outra percepção da realidade que não aquela tida como natural e necessária a ser mantida. O consumo de drogas teria "uma função simbólica de aceder à vida adulta, de provar as frutas da árvore do conhecimento numa tentativa de resgate do prazer repudiado pelo ritmo implacável da vida social (BUCHER, 1986, p. 137). Essa busca de uma outra percepção é vivida pelo poder dominante como uma "crise de oposição" que vai colocar de um lado aqueles que vão viver" um estado de rebelião permanente" e de outro lado aqueles que "vão exercer uma repressão permanente" (BASAGLIA, 1980, p.101).

"Toda sociedade tem necessidade de um agressor, e o agressor atual é o drogado que assume o lugar do desigual". Diante deste sujeito, a sociedade responde com medidas repressivas e/ou assistencialistas quando seriam preciso o atendimento das necessidades vitais. Mas quais seriam as necessidades dos que se drogam? Seria preciso recuperar o "discurso das necessidades perdidas, que nunca foram colocadas porque nunca as possuímos, porque as necessidades do sistema capitalista são induzidas" (BASAGLIA, 1980, p.106). Este sistema que não considera o desejo individual mas sim a lógica do mercado, abre espaço para buscas alternativas de realização entre as quais se situa o uso de drogas e este uso, desvinculado de mecanismos de controle individuais e coletivos, evolui no sentido da drogadicção.

Um obstáculo à recuperação das "necessidades perdidas" seria o atraso na tomada de consciência dos direitos civis, que "sempre foram patrimônio da classe dominante", do direito ao próprio corpo numa ótica ligada ao desejo individual e não mais subordinada à lógica de produção. Basaglia assinala, citando Gramsci, a importância da tarefa dos "intelectuais orgânicos" nessa tomada de consciência de estabelecer uma relação entre a dimensão pessoal e a dimensão política, propondo uma sociedade diversa, já que nesse sistema social atual "a droga não é libertação, porque é alienação, porque elimina (tanto quanto o sistema capitalista) a problematização, dá falsas soluções, criando falsos problemas" (BASAGLIA, 1980, p.105).

Houve entendimento de que o uso de drogas tem sido supervalorizado na sociedade brasileira atual, havendo uma tendência a explicar qualquer problema do indivíduo, pela droga, como em alguns momentos tem sido utilizada também a subversão. Essa supervalorização se explica, segundo Morgado, "pela resistência que a sociedade tem de reconhecer suas próprias mazelas, pelo conhecimento científico virtual que privilegia estudos experimentais em detrimento dos estudos com grupos de usuários, pelo sucumbimento intelectual diante da realidade de outros países, estes sim grandes consumidores"; essas "razões" tem muitas vezes justificado medidas repressivas sobre a população (MORGADO, 1985, p.124).

O usuário de drogas ilícitas foi identificado como marginal "aquele que, voluntariamente ou não, se afasta das normas

da sociedade em que vive. Este afastamento pode ser passageiro, ou pode se tornar definitivo e, muitas vezes, ele é condenado pela cultura dominante e, mais ainda, pela legislação vigente". Ao mesmo tempo, entendeu-se que o marginal, é o espelho em negativo da própria sociedade (WEREBE, 1981, p.319). O usuário de drogas, considerado um marginal, na sua prática, estaria vivendo de uma maneira particular, as mesmas incertezas e problemas da sociedade (FATELA, 1980, p.4).

O grupo, em suas discussões manifestou conhecimento de que, na história do consumo de drogas, teriam existido dois grandes momentos: nos anos 60, com a busca de prazer, de maior comunicabilidade, de novos estilos de vida e de trabalho, numa procura da esperança; atualmente, a motivação do uso de drogas seria principalmente a fuga da monotonia, da angústia, busca de um embrutecimento para esquecer a realidade, a fuga da desesperança (WEREBE, 1981, p.324).

O usuário de drogas ilícitas foi considerado um sujeito que tem uma escala de valores específica, uma visão de mundo, uma noção de indivíduo e de tempo particulares, em relação a outros grupos. Quando o uso de drogas diz respeito às camadas sociais de baixa renda, a sociedade se vale de argumentos estigmatizantes "a figura do negro maconhado" - mas quando o uso se dissemina, a questão é vivida como uma ameaça global ao sistema: é o projeto social em crise, "pela falência dos mecanismos de controle social e de domesticação, pela falência do projeto de ascensão social, questionado por aqueles que não se sensibilizam

com a ideologia produtivista". Por outro lado, qualquer problema social, qualquer comportamento independente, "será remetido e resolvido através da acusação de drogado, numa lógica de acusação" (WEREBE, 1981, p.356). Chamou-se a atenção também para a característica de heterogeneidade cultural e sociológica da sociedade moderna e da necessidade de uma proposta pluralista no sentido da garantia da liberdade individual (WEREBE, 1981, p.357), como forma de superação do paradoxo já apontado por GILBERTO VELHO (1981, p.62): a proposta de pluralismo no lugar da busca de normalização.

"Na sociedade em que vivemos, complexa, heterogênea, a disfunção faz parte do seu funcionamento, podendo mesmo aperfeiçoá-lo" (XIBERRAS, prefácio, 1989, p.9). Admitir esse princípio seria um ponto de partida básico para entendimento do uso de drogas na forma que assume no momento atual. O não reconhecimento da diversidade, da diferença como uma necessidade do espaço social foi considerado como uma abertura para propostas autoritárias, abrindo caminho para "cruzadas" anti-drogas.

Numa análise do momento sócio-cultural como fator importante na compreensão da drogadicção, Xiberras define dois grandes momentos que caracterizam o uso de drogas. Segundo esta autora, no momento sócio-cultural que caracterizou o século XIX, houve espaço para o que chama de "toxicomanias clássicas. Nesse período, o uso de drogas teve um sentido de busca estética, de busca de aumento da capacidade criativa. No século XX, o uso de drogas predominantemente passa a ter um outro significau

do. Nos anos 60, "o uso de drogas tem um sentido político, um sentido de meio de luta contra a ideologia liberal capitalista" (XIBERRAS, 1989, p.19). As drogas mais usadas são expansoras do psiquismo, são "parte do sonho, da utopia, promovem a comunicabilidade". São toleradas numa certa medida porque esse uso se limita a determinados grupos sociais (hippies, meio artístico) e se mantém regulado por mecanismos de controle sociais.

Na medida em que o uso de drogas, a experiência da droga se generaliza no corpo social, a imagem de um espaço "onde o homem podia se encontrar na sua própria liberdade e antes de mais nada, em relação a seu corpo" (OLIEVENSTEIN, 1989, p.32), é dificilmente tolerada, passando a ser vivida enquanto ameaça. Os anos 70 abrem espaço para "a filosofia da morte, e a ação da sociedade se radicaliza numa política dura contra as drogas". A partir desse momento, segundo Xiberras, a toxicomania na sua forma moderna "assume o rosto da morte", "parte maldita"; as drogas que predominam são as depressoras do psiquismo, e seu uso disseminado inquieta a sociedade. "Diante da radicalização da luta contra as drogas, a nova geração como se vinga - no jogo com a morte - do sonho absurdo das gerações anteriores". Nesse momento não há mais busca de modos alternativos de vida. Diante da falência de um modelo social tradicional, o abuso de drogas corresponde a uma aniquilação do sujeito. (XIBERRAS, 1989, p.122).

Levantou-se como uma característica do momento sócio-cultural em que se dá o uso de drogas atualmente, a questão da in

gestão voluntária e involuntária de substâncias tóxicas. Na sociedade brasileira, a noção de ingestão voluntária de drogas tem sido ligada ao consumo de drogas ilícitas (maconha, cocaína) e ao uso indevido de drogas lícitas (solventes, medicamentos usados sem controle médico). Seria preciso considerar também a ingestão involuntária de drogas "resultado do lixo industrial", da poluição ambiental, de que são exemplos os episódios de contaminação de alimentos pelo mercúrio, e o caso do césio em Goiânia. Esse uso involuntário "leva uma quantidade enorme de pessoas que não sabem e não tem poder de decisão, a consumir substâncias que são danosas a seu organismo, sem que possam evitar ou controlar esses danos" (WEREBE, 1981, p.355). Assinalou-se aqui, a enorme tolerância por parte dos governos, principalmente nos países subdesenvolvidos, no que se refere ao consumo involuntário de drogas, assim como a falta de incentivo das autoridades no sentido do estabelecimento de mecanismos que controlassem esse tipo de uso tão particular quanto danoso.

A disseminação do uso de drogas, já referida, também foi apontada como uma característica do momento atual. Além da própria questão da disseminação do uso considerou-se uma característica particular dos países subdesenvolvidos o uso de drogas que "atinge mais e mais parcelas fragilizadas do corpo social". O significado do uso de drogas característico dos anos 60, de "exaltação de novos modos de viver", "militantismo cordial", teria assumido uma outra face, qual seja a de "expressão de violência", de auto-destruição. (BUCHER, 1981, p.133). Caracteri

zou-se o uso de drogas atual como "uma prática silenciosa, com sequência de uma recusa a comunicar-se com outrem porque a possibilidade mesma de comunicação, minguou". Também foi assinado o uso de drogas como substituto da fome "no caso dos jovens dos subúrbios, das favelas, dos menores de rua, crianças desnutridas e marginalizadas, para os quais o uso de solventes - drogas lícitas compradas livremente e baratas - são um substituto mirabolante da fome e da miséria, causando danos às vezes irreversíveis no organismo" (BUCHER, 1981, p.134).

Como aspecto fundamental a ser considerado do momento sócio cultural no qual se dá o uso de drogas neste século, a questão do narcotráfico foi colocada "como um dos eixos de maior importância das relações da América Latina com os EUA, tendo uma série de implicações que envolvem questões estratégicas de segurança nacional e coletiva", sendo considerado um erro a redução deste problema a uma abordagem policial ou delinquencial - "simplificação grosseira que oculta sua real complexidade, sua verdadeira dimensão como um problema econômico, social e político que desequilibra o Estado e a sociedade latino-americana" (ALVAREZ, 1988, p.3). Explicitou-se que a força do narcotráfico se constituiu principalmente em países onde não houve uma consolidação do Estado. O narcotráfico, atividade ilícita, entretanto absorveria os mesmos padrões de reprodução do capital - cabendo à América Latina a exportação de produtos primários (maconha e cocaína) (ALVAREZ, 1988, p.4), num fenômeno chamado por Alvarez como "second economy" (1988, p.6). Este fenômeno "corresponderia a uma expressão da economia informal, ati

vidade não sujeita a controle em suas contas, nem regulado o seu funcionamento" (ALVAREZ, 1988, p.7). Citando Doria Medina, Alvarez explica que face à crise econômica dos anos 80, "as estruturas formais não respondem aos requerimentos da população e dessa forma houve margem para a economia informal: o emprego informal, o comércio especulativo, a poupança e o financiamento informal, o contrabando de exportações, a evasão fiscal, a especulação com o dólar, e fundamentalmente o narcotráfico" (ALVAREZ, 1988, p.7), com uma importância econômica e militar surpreendente, divulgada pelos meios de comunicação diariamente, e constituindo um poder paralelo ao Estado. Assinalou-se também aqui a importância do narcotráfico como importante empregador, face a incapacidade crescente de absorção da mão de obra ativa do país. Esse aspecto relativo ao narcotráfico foi levantado como motivo de preocupação pelos participantes do Grupo de Orientação e Acompanhamento Institucional Comunitário.

Durante as discussões com os participantes do Grupo de Orientação e Acompanhamento Institucional Comunitário, alguns participantes manifestaram preocupação quanto a uma possível ação de prevenção primária da drogadicção naquela região, onde o narcotráfico se mostrava organizado pela própria situação geográfica do município, situado no caminho de cidades importantes para a rota de comercialização.

Esclarecemos, que as ações preventivas que surgissem teriam de ser sempre resultado de uma proposta comunitária e não fruto de ações isoladas e heróicas. O próprio Grupo levantou

a hipótese, confirmada por relatos de casos pelos próprios participantes, de uma atuação, sobretudo sedutora e não agressiva de traficantes sobre sujeitos dependentes do uso de drogas, naquela região. Esses relatos diziam respeito à relação singular entre traficante-dependente. Haveriam sem dúvida situações, não relatadas naquele município, nas quais o poder do narcotráfico tem submetido, pelo poder da violência militar, populações desorganizadas face aos seus direitos e, desassistidas pelo Estado.

Finalizando na análise do momento sócio-cultural em que se dá o consumo de drogas lícitas e ilícitas, não pudemos deixar de fazer referência ao texto da Lei 6.368, de 21 de outubro de 1976, lei incluída no Código Penal Brasileiro, dispondo sobre a prevenção, tratamento e recuperação de usuários de drogas, assim como sobre os crimes e penas em que incorrem usuários e traficantes.

Assinalamos a importância do conhecimento do texto legal na medida em que, profissionais com atuação pedagógica são, muitas vezes, chamados a intervir, enquanto intermediários, entre usuários de drogas e órgãos jurídicos e policiais. Constatamos uma dificuldade inicial do Grupo em discutir um texto por eles considerado "muito especializado e fora do nosso alcance". Insistimos que tal concepção é, entre outras razões, fruto de um discurso oficial que deseja manter o cidadão afastado da reflexão, elaboração e possibilidade de intervenção nas leis que regem a sociedade. Insistimos na necessidade fundamental de que

cada cidadão conheça as questões legais que interferem no nosso cotidiano, que interferem na possibilidade de transformação social e de como seria perigoso ignorar este texto, atitude que limitaria a defesa de nossos direitos e mesmo podendo nos levar, enquanto profissionais investidos de uma autoridade pedagógica, a participar de aplicação de medidas, sem plena consciência.

A partir daí nos propusemos a levantar algumas questões relacionadas com a prevenção da drogadicção, assim como são colocadas no texto da lei, e que careciam de uma reflexão.

Chamamos a atenção para o Capítulo I, Artigo 1º, segundo o qual "é dever de toda pessoa física ou jurídica colaborar na prevenção ao tráfico ilícito e uso indevido de substância entorpecente ou que cause dependência física ou psíquica": fruto de um momento constitucional de exceção, ditadura do General Ernesto Geisel, esse texto coloca o termo "colaborar" de uma forma que abre espaço para a delação, na medida em que estende às pessoas físicas o que seria um "dever jurídico de agir" (dever da enfermeira de prestar socorro a pessoas em perigo de vida, dever do pai prestar assistência a seus filhos). Ao mesmo tempo, neste artigo, em seu parágrafo único, pune-se "as pessoas jurídicas que, quando solicitadas, não prestarem colaboração nos planos governamentais de prevenção ao tráfico ilícito e uso indevido de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica" (Lei de Repressão ao Tóxico, 1976). O texto ao introduzir a sanção parece confundir atividades que,

a nosso ver, não devem se misturar, qual sejam, atividades repressivas de combate ao tráfico ilícito e atividades de orientação e prevenção ao uso indevido de substâncias tóxicas, cabendo estas últimas às instituições de educação e de saúde, às instituições civis de maneira geral. Notamos que a colaboração e ou identificação de atividades distintas assinalada no texto legal tem contribuído para que as instituições civis absorvam um discurso jurídico-repressivo, privilegiando a sanção em detrimento da orientação e acompanhamento de casos de usuários de drogas (suspensão, expulsão, transferência de pessoas que fazem uso, ou parecem fazer uso de drogas), até mesmo com notificação dos casos às autoridades competentes. Ou então, segundo relatos de casos pelos participantes do Grupo, as instituições civis se paralisam, se omitem face à prevenção do uso de drogas na medida em que se sentem incapazes de assumir tarefas que ultrapassam sua competência, por exemplo "prevenir o tráfico ilícito". Esclareceu-se portanto a impossibilidade de uma atuação combinada entre as instituições civis e os órgãos jurídicos-repressivos, na medida em que as primeiras em sua atuação educativa atuam com base no sigilo profissional, no anonimato daquele que demanda ajuda, como um dos fatores fundamentais de sucesso do seu trabalho. Definiu-se também que o que constitui um direito da instituição civil orientar, educar não deve ser confundido com "colaborações" que não sendo prestadas, determinariam a suspensão de auxílios e subvenções, conforme expresso no parágrafo único do Artigo 1º.

Na medida em que, entre os participantes do Grupo, estava um membro do Conselho Municipal de Entorpecentes, daquela região, viu-se a necessidade de uma atuação articulada - comunidade e Conselho - este entendido como órgão que deve representar as posições da comunidade junto às instâncias superiores, no sentido de revisão da Lei sobre tóxicos, no sentido de advogar as causas pertinentes.

Assinalamos os Artigos 4º e 5º, como não cabíveis num texto penal. Mais uma vez se insiste na idéia de que "os dirigentes de estabelecimentos de ensino, ou hospitalares, ou de entidades sociais, culturais ou recreativas, esportivas ou beneficientes, adotarão de comum acordo e sob orientação técnica de autoridades especializadas, todas as medidas necessárias à prevenção do tráfico ilícito e uso indevido de substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, nos recintos ou imediações de suas atividades". No parágrafo único, diz-se que "a não observância do disposto neste Artigo implicará a responsabilidade penal dos referidos dirigentes. No Artigo 5º fica assinalado que "nos programas dos cursos de formação de professores serão incluídos ensinamentos referentes a substâncias entorpecentes ou que determinem dependência física ou psíquica, a fim de que possam ser transmitidos com observância dos seus princípios científicos", e em seu parágrafo único é dito que "dos programas das disciplinas da área de ciências naturais, integrantes dos currículos dos cursos de 1º Grau, constarão obrigatoriamente pontos que tenham por objetivo o esclarecimento sobre a natureza e efeitos das substâncias entorpecentes".

pecentes ou que determinem dependência física ou psíquica". Chamamos a atenção para o abuso da instância penal em querer regulamentar questões que deveriam ficar na alçada da legislação pertinente ao Ministério da Educação e Cultura, numa proposta clara de controle das instituições civis, tão característico daquele período constitucional de exceção. Insistimos na impossibilidade de ação combinada entre os órgãos educativos e os órgãos jurídicos-repressivos, sob pena de por em risco qualquer possibilidade de atuação preventiva da drogadicção desenvolvida por educadores, sempre a ser protegida pelo sigilo profissional, pela garantia de anonimato daquele que demanda ajuda, orientação. Esclarecemos que as instituições civis tem normas de funcionamento interno e que cabe à instância jurídico-repressiva garantir a tranquilidade dos cidadãos na via pública, constituindo uma exorbitância colocar sob a responsabilidade das instituições educativas, hospitalares, recreativas, etc, a manutenção da ordem nas suas imediações. Lembramos que há um abuso de poder legal, na proposta de sancionar tais instituições caso não dêem conta do "tráfico ilícito", atividade que não constitui uma obrigação sua, não fazendo parte de suas normas de funcionamento. Foi assinalado por todos os participantes do Grupo, a inexistência de qualquer informação sobre substâncias entorpecentes ou que causem dependência física ou psíquica, nos cursos de formação para professores, e que havia falta de preparo para enfrentar problemas advindos do uso de drogas nas instituições escolares. Constatou-se que a manutenção da informação sobre o uso de drogas no âmbito das aulas de ciên

cias naturais, sobre a natureza e efeitos das substâncias entorpecentes ou que causem dependência física ou psíquica, mantêm a noção de supremacia do produto na equação drogadictiva, não levando em conta aspectos de personalidade e do momento sócio-cultural, que intervêm na questão. Por outro lado, esse discurso ignora que a demanda de ajuda por parte de um usuário de drogas não se baseia no conhecimento virtual do problema, na competência técnica do educador que é procurado, mas também depende de fatores afetivos, e mesmo se dá em função do aluno sentir que tal ou qual professor manifesta um compromisso com os educandos para além das questões estritamente pedagógicas. Concluiu-se que o discurso preventivo caracterizado no texto legal mantêm a noção da prevenção ainda muito identificada à noção de repressão, não se dando por acaso, portanto, a inclusão do tema no Código Penal.

Procuramos também refletir sobre o Capítulo II, na medida em que educadores muitas vezes também se colocam como intermediários entre os dependentes de drogas e os órgãos de saúde e tratamento. Assinalamos a necessidade de reflexão sobre Artigo 9º "as redes dos serviços de saúde dos Estados, Territórios e Distrito Federal contarão, sempre que necessário e possível, com estabelecimentos próprios para tratamento dos dependentes de substâncias a que se refere a presente lei". O texto legal parece muito indulgente com o Estado - afinal tudo será feito deste que "seja possível", Estado que não assume sua responsabilidade de criar uma rede de serviços de atendimento aos dependentes de drogas, quando anteriormente foi tão exigente

em relação às instituições civis. No Artigo 10, o texto coloca "o tratamento sob regime de internação hospitalar obrigatório quando o quadro clínico do dependente ou a natureza de suas manifestações psicopatológicas assim o exigirem", sem que fique claro a quem caberá diagnosticar tal situação, e colocando obrigatoriamente de internação, negada pelas instâncias de saúde voltadas para esse problema, na medida da importância da demanda espontânea para que haja possibilidade de sucesso do tratamento, e considerando a possibilidade de tratamento ambulatorial da drogadicção.

Fizemos uma rápida menção ao Capítulo III, dos crimes e das penas, salientando que a criminalização do usuário e do dependente de drogas ilícitas que necessitam muito mais de tratamento e que no entanto podem, segundo este texto, receber sanções semelhantes às dispensadas aos traficantes. O Artigo 12 diz que "importar ou exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda ou oferecer, fornecer ainda que gratuitamente, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, ou entregar, de qualquer forma, a consumo, substância entorpecente ou que determine dependência física ou psíquica, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar", sendo que a pena nesses casos varia de três a quinze anos! Notamos no texto não haver distinção clara entre traficantes que em geral importam, exportam, produzem, fabricam, vendem, expõem à venda, e usuários que podem oferecer, guardar, trazer consigo, ter em depósito para uso próprio substâncias entorpecentes ou que cau

sem dependência física ou psíquica. Nas mesmas penas incorre quem "contribuir de qualquer forma para incentivar ou difundir o uso indevido ou tráfico ilícito" de drogas, e quando se mistura o uso indevido com quem faz tráfico ilícito, fica clara a intenção de não diferenciar o tratamento. Chamamos a atenção de forma geral sobre este Capítulo, na medida em que profissionais com atuação pedagógica, muitas vezes despreparados para lidar com a questão do consumo de drogas, também confundem usuários, dependentes de drogas e pessoas ligadas ao tráfico ilícito e de que como esta não diferenciação contribui para agravamento dos problemas vividos pelos educandos, muitas vezes o educador contribuindo inconscientemente para a marginalização dos jovens, sem plena consciência.

3.4 – Os encontros e as "falas"

Participaram desta experiência preventiva da drogadicção, 35 profissionais de educação e de saúde. Se inscreveram, livremente e sem qualquer obrigatoriedade ou premiação, um professor de Ciências, escola de 2º grau, estadual; o Secretário Municipal de Educação e Cultura, na época; o Secretário Municipal de Saúde, na época; um assistente social, coordenadora do Projeto Gente Grande, para crianças de 7 a 14 anos; quatro orientadores pedagógicos de 1º e 2º graus; três orientadoras educacionais de 1º grau, curso regular e supletivo, sendo que uma delas também professora de O.S.P.B. (Moral e Cívica), 13 orientadoras educacionais de 2º grau, escolas municipais; um professor do Curso de Formação de Professores, local; uma professora

de 1º grau, coordenadora de um CIEP; três psicólogas, sendo que duas ligadas à Clínica Municipal de Atendimento Psicológico e uma ligada diretamente à Prefeitura Municipal; um médico, professor da Faculdade de Educação, local (estabelecimento privado), professor aposentado do Centro de ensino militar, local e, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde; dois inspetores de ensino da Secretaria Municipal de Educação e Cultura; uma assistente social e orientadora educacional no SENAI, local; um orientador educacional e coordenador de cursos de graduação e pós-graduação no Centro de ensino militar local; um médico do Centro de Saúde do município.

Foram realizados oito encontros com o Grupo, entre 15 de setembro e 08 de dezembro de 1988, numa média de dois encontros por mês. O último encontro com o grupo, realizado, extraordinariamente aos 16 de janeiro de 1989, se deu fora do período previsto tendo em vista questões locais que atrasaram o desenvolvimento da programação (participantes envolvidos em elaboração de relatórios anuais de atividades, a serem entregues para a nova prefeitura, recém-eleita).

Consideramos como mais significativos para relato, o primeiro, o segundo e o último encontros com o Grupo. Acreditamos que a história de cada um desses encontros, na sua programação e nas falas dos participantes que procuramos resgatar, indicam, na prática, a validade de uma atuação preventiva da drogadicção.

No primeiro encontro com o Grupo, estava programada a apresentação de uma proposta de trabalho que levaríamos para

discussão com os participantes e a definição de um programa, de acordo com as necessidades locais. Achamos entretanto ser necessário, antes da apresentação da proposta, solicitar que cada um dos participantes falasse a respeito de suas expectativas sobre o que viria a ser o Grupo de Orientação e Acompanhamento Institucional Comunitário, na medida em que não se tratava de uma proposta acadêmica, mas que pretendia ser fruto, inclusive, da construção do próprio Grupo, a partir de suas experiências quotidianas. Propusemos também que abordassem, caso as tivessem, experiências diretas ou indiretas com relação ao consumo de drogas lícitas ou ilícitas.

No resgate das falas dos participantes, as expectativas levantadas se referiam à necessidade "de aprender a como agir com os adolescentes", "troca de experiências", "conhecer as características das pessoas que usam drogas, se é fácil identificar...", "procurar opções de ajuda", "saber como chegar na família", "ampliar conhecimento para melhor trabalhar em prevenção, com mais segurança", "corresponder a uma missão de ajudar colegas orientadoras educacionais", "ter certezas porque em geral a gente só tem dúvidas", "como chegar na comunidade, como fazer um trabalho com a comunidade", "entender o trabalho da instituição especializada", "contar com ajuda de outros órgãos", "trabalhar não só na escola mas na comunidade", "ter abertura sem tratamento de choque", "encontrar medidas concretas, propostas reais", "conhecer bem o problema porque vamos encaminhar o problema, mas nós é que acusamos", "como resolver a questão do tráfico, o aluno que vira traficante para poder comprar a

droga, como ajudá-lo", "transmitir aos oficiais militares como devem lidar com os soldados que usam drogas", "achar um enfoque educacional e não tão médico, anatômico, técnico até hoje como tem sido feito", "como agir com pessoas que a gente desconfia", "informar e formar atitudes".

Esclarecemos nesse encontro algumas questões que consideramos básicas. De forma rápida, na medida em que entendíamos que só mesmo o desenrolar da experiência iria abrir novas possibilidades de ação preventiva. Haveria possibilidades de aprender a lidar com adolescentes, adultos, usuários de drogas; haveria espaço para troca de experiências, aprender a como encaminhar, mas tentando encontrar formas de lidar diretamente com as questões, entendendo, entretanto que "receitas mágicas" de como agir, não existem; cada caso seria um caso diferente, ainda que a experiência do lidar com os casos, sem dúvida pudesse ajudar. Ampliar conhecimentos seria possível, entendendo como conhecimento não apenas o saber científico mas procurando incorporar saberes populares, usos populares, resgatando o discurso dos usuários, numa prática refletida que incorporasse a competência técnica sobre as drogas, o compromisso político com uma atenção adequada aos usuários que solicitassem ajuda, o compromisso político de garantir espaço de discussão sobre a questão, o compromisso político com uma qualidade de vida melhor a que todos tem direito. Impasses, haveriam muitos, afinal não existem apenas possibilidades de atuação preventiva, existem também alguns limites, principalmente se a ação se mantém nos marcos institucionais e não consegue ganhar

a comunidade. Nos preocupou a expectativa de "corresponder a uma missão de ajudar colegas", discurso que podia encontrar paralelo nas famosas cruzadas anti-drogas que tem contribuído para o agravamento de problemas psíquicos, sociais. "Aprender a identificar, detectar" nos pareceu reflexo de um discurso jurídico-repressivo, assimilado inconscientemente, e que leva em geral à punição, ao legislar sobre o outro, à discriminação: seria essa a função do educador? Medidas concretas, sem dúvida, tentariamos encontrar, sendo nosso objetivo a elaboração de um anteprojetivo preventivo que seria apresentado à comunidade, ela sim capaz de dar conta do consumo de drogas, ocasional e na sua forma de dependência, e de abrir possibilidades de mecanismos de controle coletivos do consumo de drogas. Notamos que durante as falas, os participantes todos profissionais já com um período de prática pedagógica razoável, assumiam uma postura, em geral, caracterizada como a de alunos: olhar ávido de curiosidade, dificuldade em ficar "convenientemente" sentados, risos de crianças, como se o assunto durante tanto tempo calado, saísse agora pelos poros.

Achamos curiosa a idéia de que "os oficiais militares devem ser capacitados a lidar com os soldados - estes sim - usuários de drogas". Não chegamos a aprofundar essa questão apesar de haver um outro discurso entre os participantes (nos momentos de intervalo e não durante as discussões coletivas) relativo à presença do Centro de ensino militar na região, presença contraditória na medida em que ao mesmo tempo em que trouxera avanços para o município, por outro lado essa corporação nem

sempre era bem vista por causa de seus privilégios - habitação condigna, escola própria, hospital próprio - sem equivalente para a população residente.

Sem dúvida alguma as questões do consumo de drogas e da drogadicção tem sido colocadas em "termos técnicos, médicos, anatômico", como que afastando as pessoas de uma reflexão mais cotidiana sobre o assunto, como se a drogadicção pudesse ser tratada como uma ciência exata. Como uma forma de apenas reconhecer corpos que devem trabalhar e produzir, e nesse sentido a droga muitas vezes prejudica esse tipo de projeto. Ignorando que esses corpos tem desejos, sonhos, necessidade de prazer.

Não era nossa proposta apenas informar e "formar atitudes". Nossa intenção era de, com o respaldo que tem as instituições especializadas no consumo de drogas, abrir espaço para a reflexão e possibilitar a abertura de caminhos a serem criados, transformados, repensando atitudes que interessassem ao Grupo e à comunidade, porque seriam eles próprios os autores de um texto criado, não havendo um modelo a ser imposto e pré-estabelecido por quem quer que seja.

Nas falas dos participantes muitas vezes identificamos sentimentos de angústia, de insegurança, de perigo, desconfiança, suspeita, agressão: "você chama atenção encima de uma coisa que não é, e ela passa a ser", frase dita no relato de um caso de uma menina de escola primária, transferida para outro estabelecimento de ensino, porque o inspetor descobrira "folhinhas feias na mochila da garota". "Como lidar com adolescentes

que a gente desconfia?", "lidar com viciado é perigoso", "a gente discrimina porque tem medo", frases que eram frequentes na discussão.

Ao mesmo tempo, observamos que os participantes do Grupo apesar desses sentimentos manifestados, das expectativas tão abrangentes, tinham propostas claras desde o primeiro contato: criar opções de ajuda; necessidade de garantir sigilo, principalmente numa cidade pequena onde todos sabem de tudo e de todos; aprender a como agir com adolescentes, adultos, família, comunidade, integrando as instituições da comunidade. Apesar de dificuldade pessoais do próprio educador, apesar dos limites institucionais ("a escola tem medo"), apesar dos limites do próprio local ("esse trabalho pode vir a incomodar os traficantes da região") o Grupo sugeria propostas de caminhos a serem trilhados.

Ainda nesse encontro, como era previsto, apresentamos uma proposta de trabalho. Abrimos a possibilidade de discussões sistemáticas, reflexão e levantamento de questões relativas à drogadicção, a serem realizados com o Grupo, com vistas a uma atuação preventiva futura, na comunidade. Num segundo momento, caberia à comunidade como um todo se organizar face ao consumo de drogas local. Definimos muito claramente que em momento algum nos substituiríamos aos participantes do Grupo, em sua ação preventiva posterior. Nos colocamos, enquanto membros de uma instituição especializada e não residentes na região, enquanto assessoria, jamais substituindo aqueles que considerávamos os agentes principais.

Indicamos com objetivos da proposta orientar o Grupo na instrumentalização da prevenção ampla da drogadicção, coletivizando experiências institucionais e comunitárias; integrar instituições e comunidade face à prevenção ampla da drogadicção; criar as bases para que os participantes - agentes sociais de educação e de saúde - pudessem intervir de forma integrada diante do problema do consumo de drogas. Abrimos possibilidade de participação no Grupo para qualquer profissional da comunidade que tivesse interesse em atuar a nível da prevenção ampla da drogadicção.

Em relação a metodologia, nos propusemos a assessorar o Grupo no levantamento das questões institucionais/comunitárias, direta ou indiretamente ligadas à questão do consumo de drogas lícitas e ilícitas. Nos dispúnhamos a trabalhar as questões de interesse imediato dos participantes, parte de seu cotidiano, através de dinâmicas de grupo, mobilizando atividade intelectual e corporal. Iríamos ao município para realizar os encontros, e abrimos, desde o início, a possibilidade de que o Grupo viesse ao município do Rio de Janeiro, para conhecer o trabalho desenvolvido pela instituição especializada a que pertencíamos, no sentido de contribuir, com nosso dia a dia, para a sua organização própria local.

Na época, acreditamos que em apenas duas fases - reflexão sobre como cada um vivia as questões ligadas ao uso de drogas e elaboração de um ante-projeto de prevenção ampla da drogadicção, a ser apresentado à comunidade - realizaríamos a proposta.

Consideramos como questões básicas para reflexão, as substâncias tóxicas mais usadas, recuperando aspectos locais com relação ao produto usado, formas de uso; a personalidade toxicômano; o espaço da sociedade, a intervenção da Lei 6.368 que rege a questão do uso de drogas; os limites e as possibilidades da prevenção primária da drogadicção, num sentido amplo. Ao mesmo tempo em que resgataríamos o cotidiano vivido pelo grupo no que se refere ao uso de drogas, nos apoiaríamos em textos básicos sobre os temas propostos (a Secretaria Municipal de Educação se encarregou, assumiu, desde o início, a responsabilidade da reprodução das matrizes).

Haveria uma avaliação final, no 8º encontro, no Grupo, sendo também prevista uma avaliação do ante-projeto, a ser elaborado pelo Grupo, avaliação feita pela própria comunidade.

Solicitamos a liberação dos participantes durante o horário de trabalho, para que pudessem participar da experiência, como uma forma inicial de comprometimento institucional e comunitário, no programa. Previmos oito encontros, de três horas de duração cada um, num total de 24 horas para desenvolvimento do programa. O número de 35 inscrições, previsão máxima de participantes, foi alcançado, não no primeiro encontro, mas no segundo, quando as inscrições foram fechadas, na medida do reconhecimento de que, com a progressão dos encontros, não seria possível a entrada de novos participantes, uma vez iniciado o processo. Esclarecemos que horários, frequência, assiduidade, questões muitas vezes tomadas de forma burocrática, teriam que ser

respeitadas. Assim, quem não estivesse presente ali, poderia chegar no segundo encontro. A partir de então, as inscrições não seriam mais aceitas na medida em que era necessária uma continuidade.

Distribuimos tarefas entre o grupo: cada tema, objeto de nossa reflexão, seria apresentado por um dos participantes, todos tendo direito à fala, esta não apenas centralizada na asessoria especializada. Através e com o resgate dessas falas sobre o saber científico relativo ao uso de drogas, e recuperando experiências quotidianas estaríamos possibilitando uma capacitação para lidar com o consumo de drogas ainda que um preparo absoluto não fosse considerado possível.

Sentimos, enquanto assessoria, que muitas questões, emoções, teriam que ficar sem aprofundamento, não seriam objeto de aprofundamento. Tratava-se de um grupo com o qual estabele cíamos uma relação pedagógica, não psicanalítica, ainda que a psicanálise tenha nos ajudado. Entendemos que não podíamos "brincar de psicanalistas", não tínhamos esse direito e não fizemos essa opção.

Em função da dificuldade dos participantes em externar uma relação mais próxima com a questão do uso de drogas - experiências de consumo ou de orientação, atuação preventiva - utilizamos técnicas projetivas que permitiram o afloramento das questões. Seguindo princípios da pedagogia psicanalítica - resgate da experiência quotidiana - optamos por técnicas de mobilização (no primeiro encontro) e de integração onde os proces

sos de projeção e introjeção puderam resultar numa elaboração interna das questões relativas ao uso e abuso de drogas.

Acreditamos que essa proposta tenha contribuído para que a discussão no segundo encontro, se modificasse substancialmente. Sem dúvida a relação estabelecida no primeiro encontro já quebrara um pouco o gelo entre as pessoas no Grupo, e entre as pessoas e a assessoria. Entretanto a opção por técnicas de projeção e introjeção criaram um certo distanciamento das questões abordadas e, muito mais facilmente, cada participante, passou a explicitar suas próprias experiências. Nos seus relatos os participantes se mostravam conhecendo a questão do uso de certas drogas, sabendo orientar usuários que solicitavam ajuda, conhecendo um mínimo instituições de tratamento para dependentes de drogas, sabendo se colocar à escuta da demanda de ajuda solicitada, garantindo o sigilo necessário à continuação da comunicação entre usuário de drogas e o educador. Permanecia o sentimento de desconfiança e de suspeita, muitas vezes comprometendo a comunicação com usuários de drogas: "Represento um grupo de pais de alunos de escola, a maioria dos pais representados aqui neste grupo. É muito difícil esta desconfiança da droga na família. Os pais estão desesperados, pedindo socorro, estão com medo. O pai desconfia que o filho se droga, e aí começa aquela tensão, ele prende o filho, ele tem um colega viciado, daí que o pai tem medo, encima de uma suspeita". Assinalamos mais uma vez como a suspeita, a desconfiança não dita, não resolvida, desencadeia reações de discriminação, violência que só agravam problemas já existentes, ou não.

Um dos participantes se colocou como um adolescente "interessado em saber o que os adultos estariam pensando dele" "porque se diz que os adolescentes não tem uma posição muito definida em relação às coisas, e que os adultos, pelo menos aqueles do Grupo, também não pareciam muito seguros, quando em geral, assumem uma postura absolutamente segura das situações, se colocam como grandes conhecedores, o que dificulta a relação". Foi relatado o quanto era tranquilizador constatar que "estavam todos procurando saber alguma coisa sobre essa questão do uso de drogas, numa procura coletiva", abrindo possibilidades de comunicação.

Casos de uso ocasional e de uso dependente de drogas foram relatados, e os participantes não apresentaram dúvidas, da possibilidade e necessidade desta diferenciação, ainda que alguns expressassem a idéia de que o uso ocasional leva, pode levar de forma mais ou menos inexorável, ao uso dependente. Esclareecemos nas discussões desse mesmo encontro, que era possível o desenvolvimento de mecanismos individuais de controle do uso, dependendo do tipo de produto usado, da personalidade do usuário e do momento sócio-cultural no que se dava o uso da droga. Um dos participantes se manifestou "preocupado com esse Grupo, porque tem gente que vai se sentir incomodado com esta discussão que estamos tendo". Apesar disso teria vindo à reunião "por achar que não precisa ter receio na medida em que a proposta de trabalho deste Grupo lhe parecia boa". Perguntamos a esse participante se usava algum tipo de droga e a resposta foi de que "sim, de leve, a maconha. Sou tranquilo, sei até

onde posso ir, sei o que tiro da maconha", manifestando desta maneira a possibilidade efetiva de mecanismos de controle do uso.

A discriminação, estigmatização pelo uso de drogas, sem que fosse definida a situação de dependência, foi explicitada de forma direta (sobre o próprio usuário) e de forma indireta - caso relatado de um menino de oito anos que se sentia "discriminado por professores e colegas, pelo fato de que seus pais fumavam algum tipo de droga não identificada". A criança era discriminada na escola porque "cheirava a fumo".

Um dos objetivos da proposta era de esclarecer sobre a possibilidade dos educadores terem um papel a desempenhar face ao uso de drogas, desde que conscientes de que influenciam os jovens na formação de valores, sendo figura de identificação na infância e adolescência. Esse papel, foi considerado decisivo na prevenção da drogadicção, indo além do mero encaminhamento dos dependentes de drogas às instituições especializadas. Ficou clara a necessidade dos educadores reconhecerem suas possibilidades de orientar, esclarecer os alunos abrindo espaço para que esses alunos chegassem às suas próprias conclusões. Nos surpreendeu o relato de um caso de um ex-dependente de drogas - maconha e heroína - : este ao ser expulso de casa pelos pais que não sabiam como enfrentar a questão, fora acolhido por uma tia, semi-analfabeta que decidira ajudá-lo, que decidira promover seu "tratamento". O que esta participante do Grupo nos trouxe foi a descrição de um "tratamento de desintoxicação" ori

entado por uma pessoa não especializada. Segundo o relato, a tia ao receber o sobrinho em casa lhe disse "você vai conseguir parar com a droga, ficando na minha casa, isolado", numa proposta de abstinência da droga, por um período não pré-fixado, mas com o objetivo claro de desintoxicação. O sobrinho aceitou a proposta e pediu que "quando ficar desesperado, a dependência é tão grande, a senhora me tranca no quarto e tira a chave". A forma de "tratamento" nos pareceu se assemelhar a modelos de desintoxicação já propostos desde o século passado, consistindo em isolamento do paciente por um determinado período, método seguido até hoje pelas comunidades terapêuticas. (DUGARIN, 1989, p.67). Semelhante porém não igual, esta proposta de tratamento, inteiramente não especializado, acrescentou dados interessantes: a tia aceitou a proposta de "incarceramento" do sobrinho, mas não o deixou isolado, entrando no quarto com ele, e ajudando-o a vencer a crise de abstinência, na medida em que entendia a necessidade de aceitá-lo como ele era - dependente de drogas - ainda que com a perspectiva de liberar-se desta dependência. A tia entendia a necessidade de aceitar o sobrinho, vencendo a atitude de rejeição ao drogado, tão comum, entendendo a necessidade de aceitar o problema, o espaço da própria dependência para que a desintoxicação se efetivasse porque "afinal não é por isso (pela dependência do uso de drogas) que ele vai deixar de ser amado, mas muito mais por isso, vai ser amado". Este relato em muito nos surpreendeu na medida em que nós tentávamos abrir espaço para uma atuação dos educadores junto aos usuários de drogas de modo geral, entendendo que em ca

casos de dependência de drogas teria que haver, obrigatoriamente, um atendimento especializado. Nos surpreendeu porque abria possibilidades de uma atuação educativa até mesmo em casos mais graves, principalmente porque o relato nos informava sobre o sucesso do "tratamento": "o rapaz hoje em dia não tem nenhum tipo de vínculo com drogas tendo uma vida equilibrada". Cabe assinalar também, neste relato, o uso da heroína, caso único de consumo de uma droga que é raramente consumida no nosso país.

Deste encontro, ficou uma clareza maior quanto ao nível de conhecimento dos participantes do Grupo na questão do consumo de drogas - produto, personalidade do toxicômano e momento sócio-cultural (questões ali abertas para discussão e que aprofundamos no decorrer dos encontros seguintes) e de clareza que os mesmos tinham dos limites e possibilidades de uma atuação preventiva da drogadicção, atuação que alguns já desenvolviam com uma maior ou menor dificuldade, mas de forma concreta.

O último encontro com o Grupo tinha como objetivo a elaboração de um ante-projeto de prevenção ampla da drogadicção a ser apresentado, posteriormente, à comunidade, com vistas ao estabelecimento de uma política geral de enfrentamento do problema, a nível do município. Este último encontro se realizou em dois tempos. Em dezembro, quando nos reunimos com o Grupo, muitos dos participantes não puderam comparecer e, os que vieram, explicaram suas dificuldades de cumprir o objetivo previsto, na medida em que todos estavam envolvidos com a elaboração de relatórios finais de atividades, a serem apresentados à no

va Prefeitura, recém-eleita. Na medida em que a nova prefeitura pertencia a um partido oposicionista à anterior, havia um certo grau de insegurança entre os participantes do Grupo, com relação às funções que até então exerciam, alguns com expectativas de serem confirmados em seus postos, outros já prevendo afastamentos. Notamos também um certo grau de insegurança entre os participantes do Grupo, quanto ao destino daquela experiência que desenvolvíamos, na medida em que tinha sido iniciativa da prefeitura anterior. Esta insegurança foi rapidamente resolvida em função da presença, no Grupo, de educadores que, comprometidos com o partido que vencera as eleições e, entusiasmados com a experiência, garantiam a continuidade do projeto. Naquele momento foi feita uma discussão sobre o momento que viviam, de transição na prefeitura, que na verdade não traria impedimentos a elaboração do ante-projeto. Foi marcada nova data, com o objetivo de cumprirmos o previsto, em janeiro, no ano seguinte.

O encontro de janeiro aconteceu sem que houvesse novos desdobramentos. Alguns dos participantes estavam envolvidos com as atividades previstas pela nova prefeitura e não compareceram. A frequência foi entretanto acima da média, mas o objetivo previsto não foi cumprido. Os participantes não conseguiram trazer o ante-projeto elaborado coletivamente. Foi apresentado, entretanto, um Plano de Ação-Programa de Saúde Escolar do município, elaborado pelo Secretário de Saúde local. Este Plano constava de uma descrição do município - aspectos históricos, geográficos, econômicos e educativos não constando uma

abordagem da questão do consumo de drogas na região; em seguida era feito um balanço da experiência do Grupo de Orientação e Acompanhamento Institucional Comunitário, "equipe multidisciplinar preocupada com a questão da droga e buscando formas de abordagem pedagógica da questão, na medida em que a Secretaria de Saúde só podia oferecer uma abordagem médica". Reconhecendo a complexidade do problema, entendendo que não bastava informar mas que era preciso proceder a uma reflexão coletiva e que, antes de mais nada, era necessário que os educadores revissem suas próprias dúvidas e angústias o tema, a experiência do Grupo teria aberto oportunidades para que se efetivasse a discussão necessária. No Plano de Ação há uma proposta de continuar o contato com a instituição especializada, responsável pela coordenação do Grupo, no sentido de um acompanhamento mensal, para avaliação dos casos de uso de drogas no município.

Num processo de avaliação posterior e interno à assessoria que coordenara esta experiência, procuramos entender por que não tínhamos conseguido chegar ao objetivo previsto - de elaboração de um ante-projeto de prevenção ampla da drogadicção a ser apresentado e discutido pela comunidade local, com vistas ao estabelecimento de uma futura política de prevenção a nível do município. Entendemos que a primeira fase da experiência tinha tido êxito: conseguimos realizar uma reflexão, com base na experiência quotidiana dos participantes, sobre as drogas mais usadas na região, sobre as características da personalidade do dependente de drogas e os vários graus de uso, sobre o momento sócio-cultural no qual se dá este consumo, e sobre

os limites e possibilidades da atuação preventiva do educador associando à competência técnica, à necessidade de compromisso político com os direitos, interesses da comunidade. No entanto, esta primeira fase cumprira apenas um objetivo, fundamental sem dúvida, de abrir um espaço de escuta de problemas que dificultavam a atuação daquele Grupo de educadores diante do uso de drogas. O tempo previsto para esta primeira fase fora muito curto - oito encontros com o Grupo - e a reflexão tinha se dado internamente no Grupo, sem que houvesse, durante este primeiro período, contatos com a comunidade no sentido de coletivização da experiência, de levantamento das questões de interesse comunitário sendo portanto compreensível a não realização do ante-projeto. Se tivéssemos chegado a elaboração de um ante-projeto, este seria no máximo uma proposta de continuação da experiência - o que foi feito no Plano de Ação apresentado pelo Secretário de Saúde local, como forma de desdobramento - ou poderia sugerir a repetição da experiência com outros grupos de educadores. Entendemos que a não realização do ante-projeto idealizado se explicava pela passagem brusca da primeira fase para a fase de elaboração de uma proposta, quando deveriam haver pelo menos dois momentos intermediários: após a reflexão interna ao Grupo deveria ter havido uma pesquisa exploratória na qual os educadores, em contato com a comunidade, através das instituições onde trabalhavam ou diretamente em seus bairros, procurariam levantar as questões de interesse comunitário, entre as quais apareceria a questão do uso de drogas. Após este levantamento de questões, o Grupo estaria de posse de um material, construído coletivamente. Numa terceira fase,

interna ao Grupo, poderia-se, aĩ sim, passar à elaboração de um ante-projeto de prevenção ampla da drogadicção que não seria resolvida em apenas um, mas que deveria prever vários encontros. Na medida em que questões de interesse comunitário mais gerais e que, sem dũvida, interferem e propiciam a drogadicção teriam sido indentificadas, a experiẽncia do Grupo, realizada na primeira fase, teria se estendido. Compreendemos tambẽm que, se por um lado o Grupo era numeroso e tinha contado com profissionais de educação e de saũde, a preocupação dominante tinha sido de como lidar com o uso de drogas no espaço dos estabelecimentos de ensino e as possibilidades de tratamento de dependentes no prõprio municĩpio. Sem dũvida estas questões eram importantes, mas não criavam as possibilidades de elaboração de projetos preventivos mais abrangentes. Nesta compreensãõ, consideramos a experiẽncia em aberto, devendo ser retomada, com novo planejamento de atividades, mantida a validade do objetivo final, de organização de uma polĩtica preventiva ampla da drogadicção para aquela regiãõ. Esta intenção foi sentida pelo Grupo como uma necessidade e os contatos entre a instituiçãõ especializada que coordenou a experiẽncia e o municĩpio continuam sendo mantidos, ainda que a experiẽncia não tenha sido retomada de forma plena.

OS IMPASSES E OS CAMINHOS DA PREVENÇÃO PRIMÁRIA DO USO DE DROGAS: A TÍTULO DE CONCLUSÃO

Não pretendemos aqui indicar conclusões mas sobretudo apontar em que medida o estudo que efetivamos e o material analisado, assim como os contatos que mantivemos com instituições e associações que se voltam para a prevenção primária do uso de drogas, indicam caminhos a serem aprofundados.

Procuramos mostrar de que maneira determinados discursos preventivos do uso e do abuso de drogas comprometem as propostas de atuação nas Escolas. Abordagens autoritárias ou que pretendam fazer dos educadores meros repassadores de princípios pré-estabelecidos, perpassadas de uma necessidade de controle exacerbado sobre os jovens, não tem contribuído para evitar e ou limitar os casos de abuso de drogas.

Não nos parece que o uso abusivo de drogas ilícitas deva ser considerado como um dos maiores problemas no nosso país, atingindo um nível de consumo de massa. Ao que tudo indica, o índice de primeiras experiências de drogas é elevado, mas esse nível de consumo não deve ser identificado à dependência, à drogadicção. Acreditamos que o uso indevido de drogas lícitas — medicamentos do receituário médico — seja elevado, na medida em que a falta de atendimento de saúde, gratuito e generalizado, leva à auto-medicação, quando o poder aquisitivo ainda permite. O incentivo alarmante ao consumo de certas drogas lícitas — álcool e tabaco — é constante numa sociedade que induz ao

consumo generalizado, sendo a droga, nesse contexto, considerada como uma mercadoria como outra qualquer. O uso de algumas drogas, vendidas livremente e a baixo custo, sem maiores controles apesar de sua toxicidade – a cola de sapateiro – se explica sobretudo como uma forma de enfrentamento da miséria e falta de alternativas. Entendemos, também, que mesmo tendo seus problemas sociais básicos resolvidos, os homens continuarão buscando, através das drogas, formas de aliviar seus sofrimentos, formas de desenvolvimento de sua percepção da realidade e experiências de prazer. Por outro lado, é preciso considerar também que muitos dos problemas vividos pelos alunos tendem a ser explicados pelo consumo de drogas, havendo uma tendência entre os educadores de tudo explicar pela droga, muitas vezes questões de difícil solução ou diante das quais os estabelecimentos de ensino não querem tomar posição, açoberbados que são com tantos problemas a resolver.

Observamos que há um desejo geral entre os educadores no sentido de encontrar um discurso preventivo já pronto, descartando a necessidade de enfrentar suas dúvidas e as decisões a serem tomadas. A esse desejo, os especialistas na prevenção primária do uso e do abuso de drogas, as instituições de ensino, como que respondem: "não tema o começo. Estamos aqui para te mostrar que o discurso está na ordem das leis, cuidamos dele há muito tempo. Se ele servir para alguma coisa, esse poder, ele deve a nós" (FOUCAULT, 1971, p.9). Desse desejo e dessa resposta, abre-se espaço para discursos preventivos autoritários ou de interpretação de texto (verdadeiros comentários), fazendo do

educador um porta voz de idéias de um outro que não ele, mas que tem poder de acalmar suas inquietudes diante dos poderes e perigos subentendidos na opção pelo uso de drogas. Os discursos preventivos assim forjados, revestidos de uma tecnologia moderna, são tão repetidos que acabam perdendo as suas asperezas, sendo incorporados por muitos educadores.

"Em toda a sociedade a produção do discurso é ao mesmo tempo controlada, selecionada, organizada e distribuída por um certo número de procedimentos que tem por função conjurar e controlar o acontecimento aleatório, fugir de sua temida materialidade" (FOUCAULT, 1971, p.10). O espaço do discurso sobre o uso de drogas é um discurso controlado. A fala do usuário é proibida, a não ser que seja a do ex-usuário, o depoimento do arrependido. As circunstâncias do uso não são partilhadas a não ser entre os próprios usuários. Tornam-se de domínio público nos casos de "overdose", num conhecimento indireto, porque aí o relato do usuário não pode mais ser ouvido. O direito de falar sobre o uso de drogas é privilégio de especialistas no assunto ou de autoridades investidas de algum nível de poder. Não há espaço para discussão de questões que envolvam esta prática, havendo sim espaço para o exercício do poder que teme a materialidade de outro tipo de percepção da realidade que não a sua. Exercício de um poder que vive o acontecimento aleatório, o acaso, como uma ameaça.

Os discursos de prevenção do uso e do abuso de drogas, na sua forma autoritária e de interpretação de texto, não traduzem apenas sistemas de dominação, mas traduzem também a necessidade

de controle sobre corpos produtivos, mais do que um interesse em corpos saudáveis.

O discurso de quem usa drogas – ocasionalmente ou de forma abusiva – não pode circular livremente. É temido como o discurso do louco, porque "sua verdade escondida tem estranhos poderes: denuncia o outro lado" (FOUCAULT, 1971, p.15). Ao mesmo tempo é considerado sem importância, sem força, sem verdade.

Se os educadores aceitam o discurso preventivo autoritário ou de interpretação de texto, se se colocam no interior desses discursos, como porta-vozes a defenderem princípios como se fossem seus, a contradição entre o que é verdadeiro e o que é falso, não parecerá violenta. Mas se se colocarem na posição daquele que se pergunta em que medida sua vontade de verdade, sua vontade de saber foi realmente satisfeita, por certo se sentirão tão excluídos quanto seus alunos que fazem uso de drogas ilícitas (os que usam drogas lícitas, numa certa medida, serão absolvidos).

"O discurso dos poetas gregos, no século VII, correspondia ao discurso verdadeiro: era o discurso pronunciado por quem de direito e segundo um ritual requerido, o discurso sobre a justiça, atribuindo a cada um a sua parte" (FOUCAULT, 1971, p.17). O discurso do usuário sendo considerado como maldito, ele é substituído pelo discurso especializado. Os rituais do uso de drogas se banalizam, se estendem a outros usos, ou se esvaziam na prática solitária do dependente. A prevenção garante uma justiça no mínimo ambígua: incentiva-se o consumo de drogas lícitas

tas, criminaliza-se o uso de drogas ilícitas, algumas, muitas vezes igualmente danosas ao organismo. A figura dos educadores e educandos, enquanto autores do conhecimento, como que se apaga, figura que deveria ser mantida como essencial na elaboração do discurso preventivo, sendo a garantia de verdade do enunciado. Diante da falência do discurso preventivo autoritário, a proposta de interpretação de texto surge como uma maneira de reformular indefinidamente a mesma idéia: a rejeição ao uso de drogas de forma absoluta. Como reverter, como transformar esse processo que, na verdade, não tem contribuído para resolução dos problemas advindos desse consumo?

As tentativas de prevenção primária do uso e do abuso de drogas lícitas e ilícitas, através de educadores, tem sido raras e assistemáticas. A maioria dos educadores não se beneficia de uma formação adequada para lidar com a questão ao mesmo tempo em que vive uma situação de desprestígio profissional que em nada ajuda. Alguns Centros especializados na prevenção e no tratamento do uso e do abuso de drogas, em algumas capitais do país, organizam Cursos de Capacitação para educadores sobre as possibilidades de atuação na área da prevenção primária. Através desse trabalho, abre-se um espaço para um conhecimento sobre o uso de drogas que admite a fala do usuário, sem por isso incentivar o consumo, buscando formas de controle do uso sem abuso do poder. Através desse trabalho, apontam-se alguns mitos, esclarece-se sobre a possibilidade de atitudes emocionais que não discriminem os usuários, diminui-se, penso, a histeria sobre o assunto.

Acreditamos que esse trabalho possa avançar sobremaneira se houver uma reflexão sobre o conteúdo das diferentes propostas de prevenção primária existentes, proporcionando aos educadores que se beneficiam dessa formação, uma escolha mais consciente do papel que desejam assumir frente aos educandos.

Entendemos que é preciso superar definitivamente os discursos preventivos autoritários: associando a rejeição às drogas de forma absoluta a uma prática de sanções exemplares aplicadas aos alunos usuários de drogas, contribuem para o agravamento da marginalização a que já estão sujeitos esses alunos.

A prevenção primária deve ter desdobramentos para além da questão do uso de drogas, porque essa prática que é temida como desestabilizadora, é ao mesmo tempo produzida pela própria sociedade, seu outro lado que ela não deseja assumir e do qual necessita — espelho em negativo — para se perenizar.

As potencialidades de atuação dos educadores na prevenção primária do uso e do abuso de drogas são imensas, desde que se coloquem à escuta dos usuários em sua demanda de orientação e ajuda, desde que construam um discurso preventivo que incorpore o desejo de prazer e se libere das imposições do poder constituído. Não poderão dar conta inteiramente dessa questão, e nem devem ter esta ilusão, mas podem, abrir espaço para o desenvolvimento de experiências que venham a ser verdadeiros exercícios de cidadania. Há um esforço imenso a se fazer no sentido de "desintoxicar" a sociedade cuja preocupação tem sido apenas de reprimir situações que ela mesma produz.

BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, M.G.C. Narcotráfico, um novo item nas relações entre os EUA e a América Latina. Texto apresentado no XI Encontro da ANPOCS, Água de São Pedro, 1988, mimeo.
- AMARAL DIAS, C. O que se mexe a parar: estudos sobre a droga. Ed. Afrontamento. Coimbra, 1979.
- ANGEL, P. Es utópica la prevención de la toxicomania? In: Educación y Drogas: Prevención. Ed. UNESCO, 1987, p.9-13.
- BASAGLIA, F. Em busca das necessidades perdidas. Rev. Encontros com a Civilização Brasileira nº 27. Rio de Janeiro, 1980, p.101-108.
- BAUDELAIRE C. Les paradis artificiels. Ed. Le Livre de Poche. Paris, 1972
- BENNET, W.J. Escola sem drogas. Ed. Dep. Educação. EUA. 2a. edição. Washington, 1987.
- BERGERET, J. Toxicomania e personalidade. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1983, p.95-101.
- BRETECHER, P. Au service des urgences. Rev. Analytica, nº 53. Ed. Navarin, Paris, 1989, p.53-63.
- BUCHER, R. O consumo de drogas: evoluções e respostas mais recentes. Rev. Psicol. Teori. Pesqui., vol. 2, nº 2, maio/agosto, Brasília, 1986, p. 132-144.
- _____. e Equipe do CORDATO. Prevenção ao uso de drogas. Vol 2. Ed. Universidade de Brasília, Brasília, 1989.
- CARNEIRO LEÃO, E. Os valores na educação. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos, INEP, vol. 66, nº 152, Brasília, 1985, p.121-141.
- CHARBONNEAU, P. Drogas, prevenção e escola. Ed. Paulinas, São Paulo, 1988

- CHAVES, M. e MENNA BARRETO, J. de D. Ciência e Saude: curso básico sobre tóxicos. Ed. Rennes. Livro I e Livro II, Rio de Janeiro, s.d.
- _____. Manual do Professor. Ed. Rennes. Rio de Janeiro, s.d.
- CHAUI, M. O que é ideologia? Ed. Brasiliense, São Paulo, 1984.
- COMPARATO, F. K. Educação, estado e poder. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1987.
- COOPERSTOCK, R. Estratégias para reducir la demanda de drogas: estudios monográficos. Cuadernos de Salud Pública, nº 73. O.M.S., Genebra, 1981, p.205-213.
- CORMAN, L. L'éducation éclairée par la psychanalyse. Ed. Dessart. Bēlgi ca, s.d.
- COTRIM, B.C. e PINSKY, I. Prevenção ao abuso de drogas na escola: revisão da literatura internacional recente. Cad. Pesq., nº 69, São Paulo, maio de 1989, p.48-52.
- DENICKER, P. Entretiens de Bichat. Ed. Expansion Scientifique Française. Paris, 1977.
- DUGARIN, J. e NOMINÉ, P. Toxicomanie: historique et classifications. Revue Histoire, Économie et Santé, 4º trimestre. Ed. C.D.U. & S.E.D.E.S., Paris, 1988.
- DUGARIN, J. Le moment de la crise. Rev. Analytica, vol. 53. Ed. Navarin, Paris, 1989, p.64-74.
- DURKHEIM, E. Educação e Sociologia. Ed. Melhoramentos. São Paulo, 1978.
- EDWARDS, G. Prevención con equilibrio de estratégias. Cuadernos de Salud Pública, nº 73. OMS. Genebra, 1981, p.262-272.
- FATELA, J. Métamorphoses. Rev. Esprit, vol. 11-12, França, 1980. p.7-15
- FOUCAULT, M. L'ordre du discours. Ed. Gallimard. Paris, 1971.
- _____. C'est demain la veille. Ed. Seuil. Paris, 1973.

- FREIXA e SOLER. Toxicomania: um enfoque multidisciplinario. Ed. Fontanella. Barcelona, 1981, p.3-41.
- FRIEDERICH, N. Un nuevo programa de la UNESCO. In: Educación y drogas: prevención. Ed. UNESCO, Paris, 1987, p.15-26.
- GADOTTI, M. Educação e poder: introdução à pedagogia do conflito. Ed. Cortez, São Paulo, 1983.
- _____. Educação e compromisso. Ed. Papirus. 3a. edição, São Paulo, 1988
- GILLY, M. Psychologie de l'éducation. In Psychologie Social, organização de Serge Moscovici. PUF, França, 1984, p.473-493.
- HALIMI, S. La bataille du gin en Algèterre dans la première moitié du XVIII siècle. Rev. Histoire, Economie et Sociêté, 4º trimestre, Paris, 1988, p.461-474.
- HENMAN, A. e PESSOA JR. O. Diamba sarabamba: uma coletânea de textos sobre a maconha. Ed. Grow, São Paulo, 1986.
- IBGE. Censo Demográfico, Rio de Janeiro, 1980.
- _____. Assistência Médico-sanitária. Estado do Rio de Janeiro, 1982.
- _____. Informações básicas municipais. Estado do Rio de Janeiro, 1984.
- KALINA, E. Aos pais dos adolescentes. Ed. Francisco Alves, Rio de Janeiro, 1985.
- KAPLAN e SADOCK. Compêndio de Psiquiatria Dinâmica. Ed. Artes Médicas. Porto Alegre, s.d.
- KORNBLIT, A.L. Actualizaciones sobre prevención de la drogadicción. Bol. de Invest. Ed. Convivir, Año III, nº 4, Buenos Aires, 1988.
- KUHAR, M. Cocaína e abuso de drogas. Rev. Ciência Hoje, vol. 7, nº 40. Rio de Janeiro, 1987, p.12-13.
- LAZARUS, A. Tous prevenus. Rev. Autrement. Paris, 1989, p.87-96.

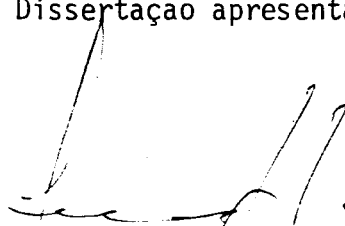
- LIMA, P.C.A. Repressão aos Tóxicos - Lei 6.368. Ed. Trabalhistas. Rio de Janeiro, 1976.
- LEWIN, L. Phantastica. Ed. Payot. Paris, 1970.
- LOURIA, D.E. Vitória sobre as drogas, um programa de ação. Ed. Agir. Rio de Janeiro, 1972.
- MAC RAE, E. A antropologia e o uso de drogas: a questão da maconha. In: Rev. Temas/Imesc. São Paulo, 1986, p.195-202.
- _____. Investigação sobre uso habitual e controlado na maconha em cama das médias urbanas. IMESC/PUC/SP. São Paulo, 1988, mimeo.
- MINISTÉRIO da Educação e Cultura. Estabelecimentos de ensino por localiza ção e dependência administrativa. 1º Grau, Rio de Janeiro, 1985.
- MEDEIROS, E.B. Por que tanto uso indevido de drogas? Ed. Min. Justiça/CONFEN/Min. do Exército. 2a. edição, vol. 1. Rio de Janeiro, 1987.
- _____. Como conduzir a educação preventiva? Ed. Min.Juстиça/CONFEN/Min. do Exército. 2a. edição, vol. 3. Rio de Janeiro, 1987.
- _____. Como o professor pode ajudar a prevenir o uso de drogas? Ed.Min. da Justiça/CONFEN/Min. do Exército. 2a. edição, vol. 7. Rio de Janeiro, 1987.
- MILLOT, C. Psicanálise e Educação. Rev. ORNICAR. Ed. Folha Carioca. Rio de Janeiro, 1976, p.144-153.
- MOLL, J. La pedagogie psychanalytique. Ed. Bordas, Paris, 1989.
- MORGADO, A. Dependência de drogas: descrição de uma pesquisa empírica e revisão de alguns aspectos para sua prevenção. Tese de Doutorado. Fac. de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1983, mimeo.
- _____. e Outros. Consumo de drogas: um enfoque pouco emocional. Cader nos de Saúde Pública. Vol. 1. Rio de Janeiro, 1985. p.124-130.
- MOSCOVICI, F. Desenvolvimento Interpessoal. Ed. Livros Técnicos e Cientí ficos S.A. Rio de Janeiro, 1985.

- MUCCHIELLI, R. O trabalho em equipe. Ed. Martins Fontes. São Paulo, 1980.
- NOURRISSON, D. Aux origines de l'antialcoolisme. Rev. Histoire Economie et Sociétés. 4º trimestre, Paris, 1988, p.491-506.
- NOWLIS, H. A verdade sobre as drogas. Ed. IBESC/UERJ. Rio de Janeiro, 1975.
- OLIEVENSTEIN, C. Os drogados não são felizes. Ed. Nova Fronteira, Rio de Janeiro, 1977.
- _____. A vida do toxicômano. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1983.
- _____. A droga. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1984.
- _____. La prévention, les adolescents et la drogue. Paris, s.d. mimeo.
- _____. En désespoir de cause. Rev. Autrement. Paris, 1989, p.28-39.
- PEY, M.O. A escola e o discurso pedagógico. Ed. Cortez, São Paulo, 1988.
- PORTELA, F. Drogados da vida. Ed. Traço. São Paulo, 1983.
- REICH, W. Psicanálisis y educación. Ed. Cuadernos Anagrama. Barcelona, 1973. p.73-93.
- ROMA, P. Repressão aos tóxicos. Ed. Trabalhistas. Rio de Janeiro, s.d.
- SABINA, M. (organização). Maconha em debate. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1985.
- SANCHEZ, A.M.T. Drogas e drogados. Ed. EPU, São Paulo, 1982.
- SCHUCKIT, M.A. Drug and alcohol abuse. 2a- edição. Plenum Press. New York. 1984.
- SECRETARIA Estadual de Educação e Cultura (SEEC). Programa educativo de prevenção ao uso de tóxicos. Rio de Janeiro, 1980-1981, mimeo.
- _____. Projeto de treinamento de professores de 5a. a 8a. séries do 1º Grau. Rio de Janeiro, 1985. mimeo.
- _____. Projeto de mobilização de recursos humanos: prevenção ao uso de drogas. Rio de Janeiro, 1988. mimeo.

- SONTAG, S. Aids e suas metáforas. Ed. Cia das Letras. São Paulo, 1989.
- S.O.S. Drogue International. Dossier de présentation. Paris, 1986, mimeo.
- TANCREDI, F.B. As toxicomanias do ponto de vista da medicina e da saúde pública. In: Drogas e Drogados. Ed. EPU. São Paulo, 1982.
- VELHO, G. O estudo do comportamento desviante: a contribuição da antropologia social. In: Desvio e Divergência. Ed. Zahar. Rio de Janeiro, 1979, p.11-28.
- _____. Duas categorias de acusação na cultura brasileira contemporânea. In: Individualismo e Cultura. Ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1981, p.55-64
- VERSIANI, M. Incongruências na atual abordagem do abuso de drogas. J. Bras. Psiq. nº 29, 1980, p.379-383.
- VILLARD, P. Ivresses dans l'Antiquité classique. In: Rev. Histoire, Economie et Sociétés. 4º trimestre, Paris, 1988, p.443-460.
- VIZZOLTO, S.M. A droga, a escola e a prevenção. Ed. Vozes, Petrópolis, 1987.
- WEREBE, S. Toxicomanias como uma das formas de marginalização na nossa sociedade. In: Ciência e Cultura. Rio de Janeiro, março de 1981.
- XIBERRAS, M. La société intoxiquée. Ed. Meridiens Flincksieck. Paris, 1989.

Dissertação apresentada aos senhores

Nome dos componentes
da Banca Examinadora:



GAUDÊNCIO FRIGOTTO



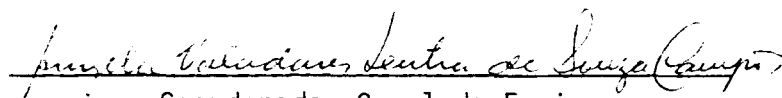
ESTHER MARIA DE MAGALHÃES ARANTES




EDWARD MAC RAE

Visto e permitida a impressão

Rio de Janeiro, 12/12/89.


Coordenador Geral de Ensino


Coordenador Geral de Pesquisa